



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

GISELE DA SILVA LOPES DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ITAITUBA/PA DE 1997-2016**

**Santarém-Pará
2018**

GISELE DA SILVA LOPES DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ITAITUBA/PA DE 1997-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

**Santarém-Pará
2018**

GISELE DA SILVA LOPES DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ITAITUBA/PA DE 1997-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

CONCEITO:

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Orientador (a) - UFOPA

Prof. Dr. José Roberto Rus Perez (UNICAMP)
(Examinador Externo)

Prof. Dra. Débora Cristina Jeffrey (UNICAMP)
(Examinador Externo - Suplente)

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues
(Examinador Interno - Suplente)

A Deus, autor da vida, por me conceder a graça
de estar no mestrado;

A minha família que me apoiou todos os dias;

Aos meus amigos que me incentivam a buscar
meus objetivos;

A minha orientadora pelas contribuições
precisas e pela amizade;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas História,
Sociedade e Educação no Brasil Histedbr
Ufopa pelo aprendizado e crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor da minha fé, pai de bondade e força que ilumina meus passos. Àquele que concedeu essa oportunidade única de estar realizando mais um sonho em minha vida: o título de mestre em educação. Agradeço a ele por ter me dado forças por esses dois anos, por ter superado a ausência da minha família e por ter vencido todas as tribulações que surgiram durante essa etapa. Louvado seja o seu Santo Nome pelos séculos dos séculos, amém! A Ele toda honra, glória e adoração!

Ao meu filho Rafael e ao meu esposo Rodrigo, meus sinceros agradecimentos, pois sem o apoio deles seria ainda mais difícil chegar até aqui. Agradeço, pois sei, que em várias vezes, eles sofreram com minha ausência e nunca me cobraram, sempre me dando forças e incentivo. Pelos abraços apertados e pelos beijos que sempre recebi ao retornar para casa. Sentimentos que renovavam as minhas forças, sinais vivos do amor de Deus em minha vida.

A minha família e amigos, em especial minha mãe Maria Zuila, meu pai Rosivaldo, meus irmãos Gercylene e Gerciane, Gerson e Gerciney e meu cunhado Fabrício, pela acolhida, pelo incentivo constante, pela compreensão, pelo apoio nas idas e vindas, pelas orações dedicadas e principalmente pelo amor e carinho que recebi durante todo esse curso.

A minha sogra Anaildes Monteiro que me ajudou nos cuidados com o meu filho e nas tarefas de casa para que eu pudesse me dedicar mais a esta pesquisa, pelo carinho e pelas orações constantes nos momentos de mais dificuldades.

A minha orientadora e amiga professora Dra. Lília Colares, pelas orientações precisas, pela competência e responsabilidade com que direcionou esta pesquisa. Agradeço pelos ensinamentos preciosos recebidos durante esse período que servirão por toda a minha vida. Agradeço também pela amizade, pelos encontros agradáveis e necessários para tornar a vida mais doce e alegre. De coração, o meu muito obrigada!

Aos membros da banca examinadora de qualificação e defesa, Profa. Dra. Edna Cristina Prado, Profa. Dra. Débora Cristina Jeffrey, Prof. Dr. José Roberto Rus Perez e Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues pelas críticas e contribuições para melhoria desta pesquisa e pela disponibilidade.

Aos meus amigos do mestrado e membros do grupo Histedbr/Ufopa de forma especial a minhas amigas e irmãs Eli Tapajós e Anniê por partilhar bons momentos e também momentos de dificuldades. Aos colegas da Linha 1 pelos aprendizados e pelos lanches partilhados. Aos membros do Histedbr/Ufopa que nos ajudaram no crescimento por meio da partilha de

conhecimentos, muito necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Aos colegas da Linha 2 que também compartilharam bons e momentos difíceis em uma troca mútua de conhecimentos.

A Ufopa e colegas da Proplan, meus sinceros agradecimentos a minha Instituição de trabalho pela oportunidade de realização desse mestrado e também pela qualificação e formação acadêmica. Aos colegas e amigos servidores da Pró-reitoria de Planejamento pelos incentivos constantes pela busca desse sonho. Meu agradecimento especial à servidora Alice França (*in memoriam*) por todos os momentos que passamos juntas, pelo aprendizado, pela paciência e doçura e principalmente por me ensinar o amor pela família. Saudades, Alice!

Aos professores do PPGE/ Ufopa 2017. Agradeço a todos os professores do programa de mestrado em educação em especial aos professores doutores Luiz Percival Leme Britto, José Roberto Rus Perez (Prof. Visitante Sênior), Maria Lília Imbiriba Colares, Ivonete Tamboril (UNIR), por compartilharem conhecimentos para nosso crescimento enquanto pesquisadores e pela partilha de momentos agradáveis.

A Sra. Regina Lucirene, do museu Aracy Paraguaçu, agradeço pelo carinho e acolhida com que me recebeu e pelas informações raras e guardadas com toda dedicação pela mesma, as quais foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também aos servidores da Semed/Itaituba, representados aqui na pessoa da Sra. Elenilda, Coordenadora de Ensino, responsável por me encaminhar aos setores, pela acolhida e pelas informações prestadas, mesmo em meio as muitas tarefas desenvolvidas na secretaria. O meu muito obrigada!

Aos meus amigos e irmãos de caminhada, ex-membros do grupo de oração Jovens Unidos em busca de Cristo, meus agradecimentos pelo apoio, amizade e oração!

“A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”.

Libâneo

RESUMO

A presente pesquisa discute as políticas educacionais em âmbito municipal e tem como objetivo central identificar as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Itaituba/PA, no período de 1997 a 2016, considerando os marcos históricos e legais da educação brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, Constituição Federal de 1988, destacando o processo de municipalização do ensino e as reformas educacionais ocorridas a partir de 1990, o que permitiu realizar o registro histórico das políticas voltadas para a melhoria da educação municipal. Dentre os fundamentos teóricos, destacamos as contribuições de Sousa (2006), Libâneo (2016), Frigotto e Ciavata (2003), Oliveira (2009) e Sanfelice (2016) que abordam a educação como política pública social e a educação escolar como direito de todos e dever do Estado. Destacamos também a tese de Colares (2005), a dissertação de Santos (2016) e o texto de Perez (2010), que foram base para construção dessa pesquisa. Quanto aos pressupostos metodológicos utilizamos a pesquisa qualitativa, a partir do estudo de caso tendo como *locus* a Secretaria Municipal de Educação e como categorias de análise: gestão democrática, formação docente, rede física e didático-pedagógico-curricular. Como instrumento para coleta de dados utilizamos a análise documental (fontes primárias e secundárias) e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram, considerando o processo de descentralização a autonomia, previstos pela LDB 9394/96 e CF 1988, que o município passou por um período de adaptação e aprendizagem administrativa, frente aos desafios da municipalização do ensino. A Semed passou por reestruturações tanto de infraestrutura física quanto de aumento do quantitativo de servidores para atender às novas demandas do ensino. Quanto ao atendimento educacional, no início do processo de municipalização do ensino, em 1998, ocorreu um aumento no quantitativo de alunos, exigindo da gestão, ações de reformas, ampliações e construções de novas escolas, bem como contratação de pessoal e realização de concurso público. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundef foi fundamental para esses investimentos. Os resultados também apontam a estagnação da educação pública estadual, desproporcional ao crescimento da educação pública municipal, em termos quantitativos (número de escolas, docentes e matrículas), o que nos sugere uma falha no regime de colaboração entre o estado e o município. Apesar da tentativa da participação coletiva na elaboração das políticas educacionais, as redes municipal e estadual parecem caminhar paralelas. As gestões deram importantes passos rumo à gestão democrática, incentivando a participação da comunidade nas decisões referentes à educação municipal. A formação docente, desde as primeiras gestões foi priorizada pelos projetos da Semed. A ampliação da rede física e reformas das escolas foram prioridade no início da municipalização, pois o município precisava se adaptar à nova realidade. Vale destacar a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para as ações de reformas e ampliação da rede física das escolas. Os programas e projetos didáticos-pedagógicos-curriculares das últimas gestões apresentaram estreita relação com o sistema de avaliação da educação básica – SAEB, voltados para o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Em síntese, apesar do avanço na educação municipal, assim como a realidade dos outros municípios brasileiros, em especial, aos do estado do Pará, ainda há muito o que melhorar, na infraestrutura das escolas e valorização dos profissionais da educação para a oferta de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Política Pública Educacional. Município de Itaituba/PA.

ABSTRACT

The present research discusses educational policies at the municipal level, whose main objective is to identify the educational policies implemented by the Itaituba / PA Municipal Department, from 1997 to 2016, considering the historical and legal frameworks of Brazilian education, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDB nº 9.394 / 96, Federal Constitution of 1988, highlighting the process of municipalization of education and educational reforms occurred since 1990, which allowed the historical record of policies aimed at improving education municipal. Among the theoretical foundations are the contributions of Sousa (2006), Libâneo (2016), Frigotto and Ciavata (2003), Oliveira (2009) and Sanfelice (2016), who address education as a public social policy and school education as everyone's right and duty of the State. As for the methodological assumptions, we used qualitative research, based on the case study of the Municipal Secretariat of Education as a locus of analysis and as categories of analysis: democratic management, teacher training, physical and didactic-pedagogical-curricular network. As a tool for data collection, we used document analysis (primary and secondary sources) and semi-structured interviews. The results pointed out, considering the process of decentralization of autonomy, foreseen by LDB 9394/96 and CF 1988, that the municipality underwent a period of adaptation and administrative learning, facing the challenges of municipalization of education. Semed has undergone restructurings both in physical infrastructure and in increasing the number of servers to meet the new demands of education. As for the educational service, at the beginning of the process of municipalization of education, in 1998, there was an increase in the number of students, requiring the management, reforms, extensions and construction of new schools, as well as hiring of personnel and public tendering. Fundef Fundamental Education Development Fund was fundamental for these investments. The results also point to the stagnation of state public education, disproportionate to the growth of municipal public education, in quantitative terms (number of schools, teachers and enrollments), which suggests a lack of collaboration between the state and the municipality. Despite the attempt of collective participation in the elaboration of educational policies, the municipal and state networks seem to move parallel. Governments have taken important steps towards democratic management, encouraging community participation in municipal education decisions. The teacher training, from the first management was prioritized by Semed projects. The expansion of the physical network and school reforms were a priority at the beginning of municipalization, since the municipality needed to adapt to the new reality. In the last three administrations, it is important to highlight the importance of the National Education Development Fund (FNDE) for reforms and expansion of the physical network of schools. The didactic-pedagogical-curricular programs and projects of the last administrations presented a close relationship with the system of evaluation of basic education - SAEB, aimed at increasing the Basic Education Development Index - Ideb. In summary, despite advances in municipal education, as well as the reality of other Brazilian municipalities, especially those in the state of Pará, there is still much that needs to be improved in the infrastructure of schools and the valuation of education professionals for the provision of a quality education.

Keywords: Education. Public Educational Policy. Municipality of Itaituba / PA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População residente rural e urbana - Itaituba - 2010

22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo populacional.....	21
Quadro 2 – Composição Econômica do Município de Itaituba	23
Quadro 3 – Prefeitos de Itaituba/PA por Gestão/Período.....	28
Quadro 4 – Primeiro grupo de textos.....	30
Quadro 5 – Segundo grupo de textos.....	31
Quadro 6 – Terceiro grupo de textos.	31
Quadro 7 – Quarto grupo de textos.	32
Quadro 8 – Quinto grupo de textos.	33
Quadro 9 – Fontes consultadas.....	33
Quadro 10 - Levantamento de Ações/Políticas/Programas do Governo Federal para Educação.	47
Quadro 11 - Levantamento de Ações/Programas do Governo Federal para Educação Básica - 2003-2006, 2007-2010.	54
Quadro 12 - Levantamento de Programas/Ações do Governo Federal para Educação Básica - 2011-2014, 2015-2016.	61
Quadro 13 – Proposta de Municipalização do Ensino do Estado do Pará.....	68
Quadro 14 – Escolas Indígenas em Itaituba Pará de 2005 a 2007.....	98
Quadro 15 – Escolas da rede estadual e conveniadas que ofertam o ensino médio, Itaituba/PA, 2017.	111
Quadro 16 - Secretários de Educação de Itaituba/PA por Gestão/Período.	115
Quadro 17 – Perfil dos secretários municipais de educação, período de 1997 a 2016.....	116
Quadro 18 – Área de abrangência das escolas – Demonstrativo.....	118
Quadro 19 - Quantitativo de servidores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD de Itaituba, por departamento – ano de 2007.....	124
Quadro 20 - Quantitativo de servidores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD de Itaituba, por departamento – ano de 2007.....	139
Quadro 21 – Síntese dos Programas e Projetos da Semed Itaituba– 2009-2012.....	147
Quadro 22 – Síntese dos Programas e Projetos da Semed Itaituba– 2013-2016.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente no município por faixa etária.....	22
Tabela 2 – Receitas Municipais 2011-2014	24
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano 1991/ 2000/ 2010	26
Tabela 4 - Evolução da matrícula no Ensino Fundamental no Brasil por dependência administrativa 1997-2001.....	46
Tabela 5 - Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos por sexo – Brasil - 2007-2016 .	51
Tabela 6 - Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 – Brasil - 2007-2016.	51
Tabela 7 - Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 – Pará - 2007-2015 (%).	52
Tabela 8 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos por sexo – Brasil - 2007-2015.	52
Tabela 9 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais por sexo – Brasil - 2007-2016.	53
Tabela 10 - Municípios da mesorregião do Sudoeste paraense que Municipalizaram o ensino – 1997 a 2004.	69
Tabela 11 – Transferências constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEF/FUNDEB 1997-2010 (R\$ 1,00) para o Município de Itaituba/PA.	71
Tabela 12 – Unidades escolares por dependência administrativa e localização – rede municipal e rede estadual – Itaituba/PA - 1973-1976.	75
Tabela 13 – Matrículas iniciais por grau de ensino – Itaituba/PA - 1989/1995.	76
Tabela 14 – Estabelecimentos por grau de ensino – Zona Urbana e Zona Rural de Itaituba/PA – 1989/1995.	77
Tabela 15 – Número de matrículas totais – Rede pública – Brasil/Região Norte/Pará/Itaituba – intervalo de 1997/2016.	79
Tabela 16 - Número de estabelecimentos, matrículas, docentes – rede municipal – Itaituba/PA – 1997-2016.....	80
Tabela 17 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede municipal – Itaituba/PA – intervalo entre as gestões.....	82
Tabela 18 - Índice desenvolvimento da Educação – (Ideb) – Itaituba, Pará e Brasil - 2005-2015.	87
Tabela 19 – Distribuição das escolas de Educação Infantil por dependência administrativa – Itaituba/PA – 2007-2016.	88

Tabela 20 – Distribuição de creches por dependência administrativa – rede pública e privada – Itaituba/PA – 2007-2016.	89
Tabela 21 – Matrícula Educação Infantil – rede municipal – Itaituba/PA – 1999-2016.....	89
Tabela 22 – Percentual de atendimento da população de 0 a 3 anos por ano – rede municipal de ensino – Itaituba/PA – 2010-2015.	91
Tabela 23 – Percentual de atendimento da população de 4 e 5 anos por ano – rede municipal de ensino – Itaituba PA.	91
Tabela 24 – Matrícula Ensino Fundamental Regular – Rede Municipal – Itaituba/PA – 2000-2015.	93
Tabela 25 - População de 6 a 14 anos que frequentam a escola – Itaituba/PA – 2010-2015...	94
Tabela 26 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede municipal – Itaituba/PA – 1997-2016.	95
Tabela 27 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Fundamental - rede municipal – Itaituba/PA – 1999-2016.	97
Tabela 28 - Matrículas e Estabelecimentos da Educação Infantil Indígena – Creche e Pré-escola – Itaituba/PA – 2007-2016.	99
Tabela 29 – Matrículas e Estabelecimentos do Ensino Fundamental na Educação Indígena – Itaituba/PA – 2007-2016.	99
Tabela 30 - Matrículas de Ensino Fundamental no campo – Itaituba/PA – 2007-2016.....	101
Tabela 31 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação geral – Itaituba PA – 2007-2016.....	104
Tabela 32 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – atendimento rede pública – Itaituba/PA – 2008-2016.....	104
Tabela 33 – Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso – rede pública municipal – Itaituba/PA – 2009-2016.....	105
Tabela 34– Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso – rede pública estadual - Itaituba/PA – 2009-2016.	105
Tabela 35 – Porcentagem de escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida – rede pública - Itaituba/PA – 2009-2016.	106
Tabela 36 – Número de estabelecimentos, matrículas, docentes – rede estadual – Itaituba/PA - 1997-2016.....	107
Tabela 37 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede estadual – Itaituba/PA – intervalo entre as gestões.	109

Tabela 38 – Matrículas Ensino Médio – rede pública de ensino (estadual e municipal) – Itaituba/PA - 1998-2016.	110
Tabela 39 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos – EJA – rede estadual – Itaituba/PA – 1999-2016.	112
Tabela 40 – Matrículas de Alunos com necessidades educacionais especiais – rede estadual – Itaituba/PA – 2007 a 2015.	113
Tabela 41 - Levantamento sobre quantidade de professores ano/nível – rede pública municipal – Itaituba – 2007-2015.....	176



ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASCOM	Assessoria de Comunicação de Itaituba/PA
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição da República Federativa do Brasil, 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEJA	Coordenação da Educação de Jovens e Adultos
CPADC	Centro Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
DRE	Divisão Regional de Educação
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EETEPA	Escola Estadual de Educação Tecnológica do Pará
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional Técnica
FAI	Faculdade de Itaituba
FAT	Faculdade do Tapajós
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FAT	Faculdade do Tapajós
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fórum Nacional de Educação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social do Pará
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPA	Instituto Federal do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
IPExp	Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis e de Direitos
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações
ITR	Imposto Territorial Rural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OREALC	Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe
PAGEM	Plano de Gestão da Educação Municipal de Itaituba
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCCR	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público do Município de Itaituba
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PEIF	Programa Escolas Interculturais de Fronteira

PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Nacional de Bolsas de Iniciação à Docência
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação de Itaituba/PA
PMI	Prefeitura Municipal de Itaituba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação 2011-2020
PNEI	Política Nacional de Educação Infantil
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro no Ensino Médio
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNTEE	Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRADIME	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
PRASE	Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROINFO	Programa de Informática na Escola
PROLIND	Programa de Licenciaturas Interculturais
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais
PROME	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROINFANTIL	Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
PSD	Partido Social Democrático
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Itaituba
SEMEDCD	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
SEFA	Secretaria da Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Pará
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Pará
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
URE	Unidade Regional de Educação
ZAPS	Zonas de Atendimento Prioritário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA PÓS 1990 E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO.....	42
2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2002	42
2.2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DE 2003 A 2010: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS	49
2.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 2011-2016.....	56
2.4 O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA EDUCACIONAL NO ÂMBITO MUNICIPAL: DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA	63
2.5 MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ E NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA: OS PRIMEIROS PASSOS	68
3 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ITAITUBA.....	73
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA	73
3.2 ATENDIMENTO ESCOLAR NO PERÍODO DE 1997-2016	79
3.2.1 Rede Municipal (1997-2016)	80
3.2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB.....	87
3.2.3 Educação Infantil.....	88
3.2.4 Ensino Fundamental	92
3.2.5 Ensino Médio Regular.....	94
3.2.6 Educação de Jovens e Adultos.....	96
3.2.7 Educação Indígena	98
3.2.8 Educação do campo	100
3.2.9 Educação Especial	103
3.3 REDE ESTADUAL (1997-2016).....	107
3.3.1 Ensino Médio	107
3.3.2 Educação de Jovens e Adultos.....	111
3.3.3 Educação Especial	112
4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA NO PERÍODO DE 1997-2016	114

4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DA SEMED POR PERÍODOS.....	114
4.1.1 Dependências Físicas	114
4.1.2 Gestões da Semed	115
4.1.3 Perfil dos secretários	116
4.1.4 Rede de Ensino Atendida pela Semed	117
4.2 POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELA SEMED	120
4.2.1 Descentralização e autonomia: os caminhos para a auto-organização municipal das políticas educacionais	120
4.2.2 Descentralização e autonomia: a organização administrativa da Semed.....	122
4.3 PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SEMED (1997-2016).....	127
4.3.1 Programas e Projetos: Período de 1997 a 2000.....	127
4.3.2 Programas e Projetos: Período de 2001 a 2004.....	132
4.3.3 Programas e Projetos: Período de 2005 a 2008.....	137
4.3.4 Programas e Projetos: Período de 2009 a 2012.....	145
4.3.5 Programas e Projetos: Período de 2013 a 2016.....	158
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICE.....	189

1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais brasileiras, ao longo da história, estiveram estritamente relacionadas com questões políticas, econômicas e sociais de cada época: fatores determinantes nas escolhas dos governos, direcionando os rumos da educação, conforme os interesses ligados a essas questões. Como afirma Sousa (2006) as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade e estão, portanto, vinculadas a interesses de grupos que estão à frente das negociações econômicas.

Nesse contexto, a educação escolar pública brasileira vem sendo objeto de negociações entre fazedores de políticas e a educação oferecida nessas escolas que deveria funcionar como meio para a ascensão social, promovendo estabilidade social entre as classes sociais e reduzindo a pobreza, mas acaba se tornando uma ferramenta para favorecer uma minoria que faz da educação instrumento de dominação social. A educação no país sempre foi motivo de disputas sociais entre aqueles que estão no poder e os que lutam pelos seus direitos civis e políticos de acesso a uma educação pública e gratuita, atualmente assegurados pelas Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96.

Um fator decisivo na conquista do direito à essa educação está na descontinuidade das políticas educacionais, o que a acordo com Santos (2012, p. 20) “o que traz desafios para garantia do exercício da democracia e cidadania da população”. Ao considerarmos a educação como papel do Estado e que deve ser assumida em regime de colaboração entre as unidades federal, estadual e municipal, conforme prevê o Art. 211 da CF de 1988 e o Art. 8º da LDB 9.394/96, entendemos que o papel do município é de fundamental importância na garantia da oferta do ensino escolar público, ao mesmo tempo que compreendemos que esse processo seja desafiador para “as secretarias municipais de educação, considerando a história da sociedade brasileira, de exclusão social e do acesso à educação” (SANTOS, 2016, p. 20).

Partindo dessas considerações, a presente pesquisa tem como tema as políticas educacionais em âmbito municipal, tendo como *lócus* investigativo a Secretaria Municipal de Educação do município de Itaituba, estado do Pará, no período de 1997 a 2016. A escolha desse Município está no fato de haver ainda poucos estudos voltados para a temática de políticas educacionais. Após consultas no reservatório de dissertações e teses, constatamos apenas duas pesquisas voltadas para a educação no município. Outro fator relevante para essa escolha foi o fato de se tratar de um município, situado na região Oeste do Pará, entre os maiores em extensão

territorial e em número de habitantes, aos quais compõe o rol de municípios para mapeamento das políticas públicas, a partir do desejo de ampliar tais discussões nessa Região.

O município de Itaituba está localizado na região Sudoeste do Estado do Pará. Atualmente está constituído pelo distrito-sede: Itaituba e pelas unidades distritais de Miritituba, Campo Verde, Moraes Almeida e Creporizão, possuindo extensão territorial de 62.041 km². Sua população, de acordo com o último censo do IBGE em 2010, é de 97.493, mas a estimativa para o ano de 2017 foi de 98.523 habitantes, mas a prefeitura dimensiona que a demanda do município está em fase de crescimento por conta da implantação de Portos Graneleiros e do Complexo Hidrelétrico do Tapajós que está em fase de estudos. Já se estima 130 mil habitantes com base no Cadastro Único da Assistência Social.

Quadro 1 – Comparativo populacional

Ranking Populacional	Colocação
No país	288º
No Estado	14º
Microrregião ¹	1º

Fonte: IBGE/2010

Elaborado pela autora, 2017

O Brasil possui um total de 5.570 municípios. Destes 144 municípios estão localizados no estado do Pará. O município de Itaituba é bastante populoso. No estado do Pará é o 14º município e o primeiro da microrregião com maior número de residentes. Belém, a capital do estado ocupa o 1º lugar com 1.393.399 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). Está também entre os 10 municípios mais extensos do Estado. Esses dados influenciam diretamente na educação escolar do município, que necessita de um atendimento escolar que supra às necessidades populacionais, com mais escolas e mais profissionais atuando na educação.

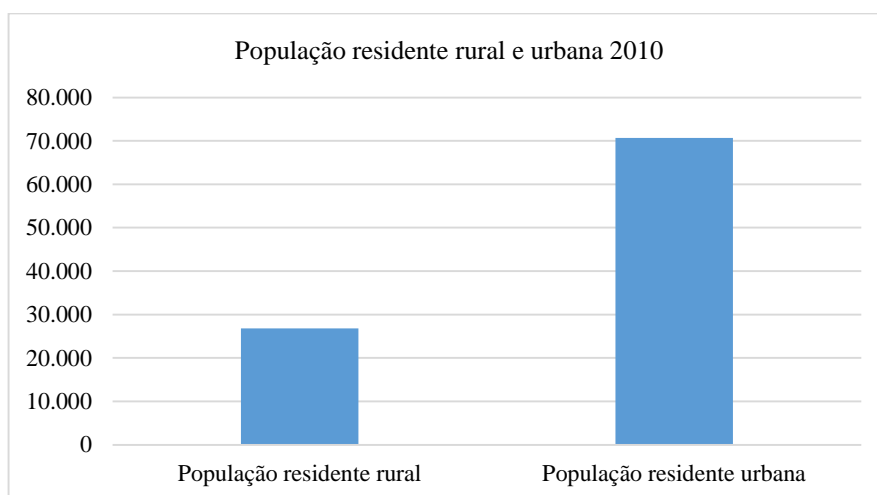
¹ Microrregião é de acordo com a constituição brasileira de 1988 (art. 25, §3º), uma região composta de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. A microrregião de Itaituba é uma das microrregiões do estado brasileiro do Pará pertencente à mesorregião Sudoeste Paraense. Sua população foi estimada em 2016 pelo IBGE em 247.275 habitantes e está dividida em seis municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Possui uma área total de 189.592,952 km². A microrregião de Itaituba é cortada por duas importantes rodovias A BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), e pela BR-230 (Rodovia Transamazônica). Futuramente abrigando várias obras entre elas o complexo Tapajós e o porto de Miritituba, ambas as obras em Itaituba. Fonte: Wikipédia, acesso: 20 de set. de 2017.

Tabela 1 – População residente no município por faixa etária.

Ano	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
2000	36.424	27.737	13.368	13.250	3.971	94.750
2010	30.810	29.105	13.923	17.618	6.037	97.493

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A tabela 1 também nos ajuda a compreender o panorama da educação escolar no município, revela que a maior parte da população de Itaituba está na faixa etária entre 0 a 14 anos, tanto em 2000 quanto em 2010. Os dados evidenciam que um número considerável da população está entre idade escolar que vai da educação infantil ao ensino fundamental séries finais, o que justifica a necessidade de um número maior de escolas municipais.

Gráfico 1 – População residente rural e urbana – Itaituba – 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O gráfico 1 mostra que em média 70.000 habitantes residem na zona urbana do município, no entanto ainda há um número considerável de habitantes na zona rural, apesar do êxodo rural ocorrido em todo o país. A Secretaria Municipal de Educação, em 2017, atendeu um total de 94 escolas localizadas nas regiões rurais e de garimpo, divididas em 4 grandes pólos, mas, vem se reduzindo a cada ano. Em 2013 a Secretaria atendia um total de 108 escolas. Segundo a Coordenação de Educação no Campo, das Águas e das Florestas da Semed algumas escolas fecham por falta do número mínimo de alunos para formar turmas, muitas vezes, turmas multiséries.

O acesso ao Município pode ser feito por via aérea, por meio do aeroporto de Itaituba que funciona com voos nacionais regulares para cidades da região norte e do país; por meio do

transporte terrestre e pelas Rodovias BR 163 (Rodovia Santarém-Cuiabá) e BR 230 (Transamazônica). Vale ressaltar que por falta de manutenção, no período chuvoso que compreende de dezembro a maio, o acesso pela BR 230 fica muito difícil. Atoleiros são constantes nessa época, dificultando bastante a viagem. Essa realidade já é bastante antiga e, até hoje, não houve apoio do governo federal para sanar essa dificuldade. Outra forma de acesso, uma das mais comuns na região, é a fluvial, por meio do Rio Tapajós. Diariamente embarcações de pequeno, médio e grande porte, tais como lanchas com capacidade para transportar entre 70 a 200 passageiros, barcos e navios, que transportam entre 200 a 400 passageiros, além de balsas que transportam objetos pesados como carros, entre outros, fazem viagens para diversos municípios vizinhos, entre eles Belém, Santarém, Manaus, Macapá, bem como municípios e vilas próximas como Fordlândia, Aveiro, Barreiras, entre outros.

Quanto aos aspectos socioeconômicos em 2017, Itaituba apresentou a seguinte composição econômica:

Quadro 2 – Composição Econômica do Município de Itaituba

Atividade	Percentual
Agropecuária	8,70%
Indústria	23,27%
Serviços	59,34%
Impostos	8,67%

Fonte: Site da Prefeitura de Itaituba, 2017
Elaborada pela autora, 2017

O quadro 2 mostra que a base da economia do município está no setor de serviços, representando mais da metade do total das principais atividades desenvolvidas. Em seguida está a indústria com 23,27%. Agropecuária e Impostos, juntos representam pouco mais de 16% da economia local. A principal atividade industrial é a produção de cimento, cuja matéria prima é o calcário, abundante no subsolo do município. Apesar da forte redução, a mineração, especialmente a extração do ouro, ainda é uma atividade econômica marcante em Itaituba.

A agricultura e a pecuária familiar também são atividades bastantes significativas no município. Para movimentar esse setor, o município realiza todos os anos a Feira Agropecuária, que segundo informações do site da Prefeitura (2017), movimenta milhões de reais em transações comerciais e é um dos maiores eventos do gênero no Oeste do Pará, atraindo pessoas de municípios vizinhos, inclusive de Santarém².

² O Município de Santarém localiza-se na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós, sendo a terceira maior cidade do estado do Pará em extensão territorial e em população, com uma área de

Considerada pelo IBGE como um centro sub-regional (terceiro na hierarquia de classificação de centros urbanos do IBGE, caracterizado pela existência de atividades de gestão e de influência sobre os municípios mais próximos) de médio porte (por possuir população entre 100.000 e 500.000 habitantes) a cidade de Itaituba encontra no setor de serviços o principal motor de sua economia. Responsável por 71% de toda a riqueza produzida no município, o setor de serviços é um dos 10 maiores do estado do Pará. No período entre 2002 e 2007, o Produto Interno Bruto da cidade de Itaituba apresentou um crescimento de 8,9%, o que coloca a cidade na seleta lista de 106 municípios cujo crescimento médio do PIB no período foi superior ao crescimento médio nacional. (ITAITUBA, 2017).

Quanto às informações das receitas municipais obtiveram-se os seguintes dados conforme apresentado na tabela 2:

Tabela 2 – Receitas Municipais 2011-2014.

Receitas Municipais	2011	2012	2013	2014
Receita corrente	134.208.924	152.914.210	161.356.618	187.291.534
Receita tributária	10.670.008	13.847.507	15.831.151	25.692.997
Impostos	10.375.585	13.011.400	14.979.335	23.667.013
IPTU	4.023.246	4.934.782	1.480.823	4.818.013
ISSQN ⁽¹⁾	4.572.692	5.851.151	7.559.473	-
ITBI	108.724	51.484	1.176.105	4.164.938
IRRF	1.670.924	2.173.882	4.762.934	5.025.958
Taxas	294.423	836.107	851.816	2.025.985
Outras receitas próprias	157.559	93.609	77.074	195.836
Receitas transferidas	2.657.920	137.759.241	142.644.703	159.722.001

Fonte: STN.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

A partir dos dados apresentados pela fonte, no período de 2011 a 2014, percebe-se que quanto ao recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foi extremamente baixo no ano de 2013 com uma queda de 69,9% da arrecadação do ano anterior (2012). Constatamos, no decorrer da pesquisa que 2013 foi um ano de transição de uma gestão o que pode ter ocasionado uma falha no recolhimento do imposto, uma vez que ano consecutivo (2014) a tabela revela um valor equiparado aos anos de 2011 e 2012.

A arrecadação do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI) nos anos apresentados foi baixo. Dentre as explicações possíveis destaca-se o

22.887.080 km² e uma população de 294.580 pessoas, de acordo com o último censo do IBGE (2010). É o principal centro socioeconômico do oeste do estado, porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (como escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroporto, comunicações, indústria e comércio. Fonte: Almeida (2012, p. 459) e IBGE Cidades (2010).

fato da falta de regularização junto a prefeitura dos imóveis. É muito comum em toda região utilizar somente o recibo de compra e venda no ato da negociação de imóveis. Esse fato ocorre pelos altos preços desse imposto cobrado pelas prefeituras. Em geral, os proprietários só regularizam essa situação quando pretendem vender o imóvel por meio de financiamentos bancários que exigem a regulamentação junto a prefeitura.

Apesar da base da economia do município se concentrar em Serviços, os dados revelam que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não é um dos mais arrecadados pelo município. É importante destacar que não há fiscalização quanto ao pagamento de impostos pelos prestadores de serviço.

Quanto as receitas transferidas, destacam-se as do ano de 2012 como extremamente baixa, em relação aos anos subsequentes. Consideramos como análise a forte crise econômica enfrentada pelo país no referido ano, o que refletiu nas receitas transferidas pelo governo do estado e pelo governo federal. A partir dos anos seguintes as receitas transferidas passaram a ter um valor bastante significativo em relação ao ano de 2012, mantendo também uma estabilidade no valor médio.

2012 foi um ano de crise mundial econômica³, social e política. O desemprego e a regressão foram brutais em países europeus, tais como, Espanha, Grécia e Portugal. Os países buscavam parcerias comerciais para garantir empregos e assim sofrer menos o impacto da crise. Segundo Teixeira (2013), no Brasil, a presidente Dilma Rousseff, resolveu fortalecer o Mercosul e buscar novas parcerias comerciais como estratégia para superar a crise. Dessa forma, intensificou viagens diplomáticas.

A partir dos dados apresentados e do contexto econômico do município, podemos observar que falta política de recolhimento rigorosa, principalmente no ISSQN, o fato da intensa exploração no município, o pouco investimento no desenvolvimento e a escassa arrecadação de receitas próprias, são fatores preponderantes que devem ser considerados ao analisar as políticas educacionais.

³ Para mais informações ver: TEIXEIRA, F. C. A crise mundial e o papel do Brasil. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-mundial-e-o-papel-do-Brasil/27513>.

Quanto aos fatores socioeconômicos, temos conforme tabela 3, os seguintes dados:

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano 1991/ 2000/ 2010 – Itaituba PA.

IDHM	1991	2000	2010
IDH-M	0,355	0,489	0,640
IDH-M Longevidade	0,634	0,691	0,800
IDH-M Educação	0,126	0,287	0,510
IDH-M Renda	0,562	0,591	0,644

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro.

Elaboração: Fapespa/Seplan.

A partir dos dados apresentados, observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano do município teve um aumento gradativo entre 1991/2000/2010. No período de 1991 para 2000 o IDH cresceu 37,75% passando de 0,355 para 0,489. A dimensão que mais contribuiu foi a longevidade com 0,691, seguida pela renda com 0,591 e educação com 0,287. No período de 2000 para 2010 o crescimento foi de 30,88%, conforme tabela 3.

De acordo com o PNUD/Ipea/FJP (2010), Itaituba ocupa a 3.291^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), estando na faixa média de desenvolvimento humano (0,600 a 0,699). Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul/SP) e o menor é 0,418 (Melgaço/PA). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,800, seguida de Renda, com índice de 0,644, e de Educação, com índice de 0,510, em 2010, segundo dados do PNUD/Ipea/FJP/Atlas 2013, conforme tabela 3.

Dentre as três dimensões a Educação sempre esteve com índices menores, nos três anos apresentados, com um índice mais significativo entre 2000 a 2010 de 0,287 para 0,510. Esses dados revelam os desafios para o campo da educação. Pensar políticas educacionais mais efetivas que garantam uma educação que assegure não somente a matrícula, mas a permanência desse aluno na escola, além de efetivar a educação como direito fundamental da pessoa humana, reconhecida constitucionalmente pela Constituição Federal - CF/1988.

Voltando ao interesse pelo tema de políticas educacionais, surgiu com o contato com pesquisas na área de políticas educacionais e intensificou-se após cursar a disciplina Sociedade, Estado e Políticas Educacionais e o Seminário de Pesquisa I no Curso de Mestrado em Educação. Alves Mazzotti (1991, p. 57) entende que “a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado; é um trabalho coletivo da comunidade científica, um processo que se desenvolve através da cooperação e da crítica”. Portanto, a ideia também é de dar continuidade às pesquisas já iniciadas nesse campo de conhecimento como uma cadeia complementar.

Como afirma Charlot (2006, p. 10) “A pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber, rigoroso como o é todo saber científico”. A região necessita de pesquisas com resultados significativos na área de políticas educacionais. Tais pesquisas podem revelar o panorama da Educação na região, servindo para subsidiar outros trabalhos e também como referência histórica para a região Oeste do Pará, que passará a ter uma produção escrita sistematizada, servindo como fonte para outros pesquisadores, profissionais da educação ou pessoas em geral que tenham interesse pelo tema.

Alves Mazzotti (1991, p. 56) argumentando sobre estruturação de uma pesquisa destaca que:

[...] qualquer pesquisador, ao escolher um determinado “campo” (uma comunidade, uma instituição), já o faz com algum objetivo e algumas questões em mente; se é assim, não há porque não explicitá-los, mesmo que sujeitos a reajustes futuros.

A opção em realizar o estudo na Secretaria Municipal de Educação de Itaituba/PA foi o fato de ter poucos estudos voltados para a sistematização de dados na referida secretaria e por integrar um projeto vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”- Histedbr/Ufopa.

O referido grupo comprometido com o desenvolvimento de pesquisas na região amazônica e em especial com a região oeste do Pará, onde a Ufopa está instalada, vem realizando investigações em três linhas: História e Memória; Formação de Professores, Política e Gestão Educacional; Educação, Estado, Trabalho e Minorias. Dentro da linha de pesquisa 2: Formação de Professores, Política e Gestão Educacional se investigam as políticas educacionais implementadas pelos municípios nessa região. Nesse sentido, o *lôcus* desta pesquisa compõe o quadro dos municípios investigados pelo grupo. Nessa ação colaborativa, os resultados dessas pesquisas podem apontar caminhos para a reflexão a respeito de questões educacionais importantes para o desenvolvimento da região oeste.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa: 1997 a 2016, justifica-se pelo fato de ter como marco inicial o momento pós promulgação da LDB nº 9.394/96 e também o início do processo de municipalização no município de Itaituba. Após a promulgação da referida Lei, os estados e municípios repensaram ou deveriam repensar as políticas educacionais que até então vinham sendo implementadas, para planejar ações como resposta às novas diretrizes propostas pela lei.

Partindo do pressuposto analisado por Souza e Faria (2004, p. 932) de que:

Os textos da nova LDB citam a ação redistributiva dos Municípios para com as suas instituições escolares, definindo, pela primeira vez, o conceito de autonomia escolar,

dando continuidade ao texto da CF, de 1988, que institui, também por ineditismo, a concepção de Gestão Democrática.

Tem-se a LDB 9.394/96 como um documento referente à autonomia dos municípios para elaboração de suas leis orgânicas, planos de educação e conselhos, instalando na Educação brasileira um novo momento, com promessas de fortalecimento do Regime de Colaboração e da Gestão democrática. Por outro lado, ao considerar o período das gestões municipais, optou-se por encerrar o recorte em 2016, totalizando o registro das políticas de 05 (cinco) gestões, a saber: 1997-2000, 2001-2004, 2005-2008, 2009-2012 e 2013-2016. As referidas gestões serão explicitadas na relação de descentralização. A seguir apresentamos o quadro síntese das gestões municipais do recorte:

Quadro 3 – Prefeitos de Itaituba/PA por Gestão/Período

Prefeitos	Gestão
Edilson Dias Botelho (PSDB)	1997-2000
Wirland da Luz Machado Freire* (PMDB) Benigno Olazar Reges (PMN)	2001-2004
Roselito Soares da Silva (PSDB)	2005-2008
Roselito Soares da Silva**(PR) – reeleição Valmir Climaco de Aguiar (PMDB)	2009-2012
Eliene Nunes de Oliveira (PSD)	2013-2016

Fonte: Semed, Paço Municipal, Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itaituba
Elaborado pela autora, 2017

* O prefeito Wirland Freire faleceu na metade do mandato, assumindo seu vice, Benigno Reges, no dia 19 de agosto de 2002.

** No início do segundo ano de gestão o prefeito Roselito foi cassado por compra de votos, assumindo no dia 30 de março de 2010 o segundo colocado nas eleições, Valmir Climaco Aguiar.

Além do recorte temporal, justifica-se o foco da pesquisa por meio do registro de programas e projetos, sendo a Secretaria Municipal de Educação o objeto de estudo. Assim, os dados foram produzidos de forma mais ampla, sem se deter às especificidades das escolas. Somente a partir da pesquisa documental foram definidas as categorias de análises: gestão democrática, qualificação docente, rede física e didático-pedagógico-curricular.

A pesquisa parte da seguinte pergunta: Quais políticas educacionais foram implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Itaituba/PA após a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a partir das categorias: gestão democrática, qualificação docente, rede física e didático-pedagógico-curricular? Teve como objetivo geral identificar as políticas educacionais implementadas no Município no Período de 1997 a 2016.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) Conhecer o panorama da Educação Pública Municipal de Itaituba, considerando os elementos históricos e sociais; b) Identificar os programas e projetos desenvolvidos no período e as prioridades estabelecidas no que concerne à gestão democrática, qualificação docente, rede física e pedagógico-didático-curricular; c) Analisar o processo de descentralização e autonomia ocorrido em âmbito local, considerando os aspectos legais propagados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 e Constituição Federal de 1988.

Trata-se de um estudo de análise de implementação de políticas educacionais *ex post* (após a sua execução), em que analisamos o Estado em Ação em uma perspectiva histórica, a partir da implementação de programas e projetos. É um estudo de recuperação histórica, a partir do registro das políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Itaituba, no período determinado pela investigação, para verificar tendências, padrões de como é a intervenção do Estado, aqui representado pela Semed e verificar também o diálogo do governo municipal com o federal. De acordo com Perez (2010) é importante reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona ou ainda se são exitosas ou não. “Os estudos de políticas tornaram-se ferramentas imprescindíveis para governos elaborarem políticas públicas” (PEREZ, 2010, p. 1183). As pesquisas que tratam do Estado em ação não são meramente acadêmicas, mas trazem reflexões importantes para os que estão atuando nessas políticas. Trazer esse levantamento das políticas de Itaituba, permitirá, por meio de um olhar histórico, repensar essas políticas, a fim de apontar caminhos mais eficazes para a educação pública no município, a partir dos erros e acertos da Secretaria Municipal de Educação.

A pesquisa vai tratar da política pública e de grandes eixos da política educacional do município. A saber: gestão democrática, formação docente, infraestrutura física e didático-pedagógico-curricular. Entendemos por Gestão Democrática as ações direcionadas para participação da comunidade (pais, alunos, funcionários, docentes, gestores, sociedade civil organizada) nas decisões da Secretaria voltadas para a educação escolar pública do município. Por Formação Docente entendemos como as ações que visam a capacitação e qualificação docente, por meio de cursos, minicursos, seminários, encontros, fóruns, entre outras, que levem o docente a melhorar sua atuação tendo “uma sólida formação básica que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho”, conforme previsto no parágrafo único do Art. 61 da LDB 93.94/96 e em atendimento ao Art. 62 que diz que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. Por Rede Física, entendemos o número de escolas construídas,

reformadas e ações voltadas para o investimento, adaptações visando a acessibilidade e investimentos em mobiliários como carteiras, mesas, armários, entre outros para melhoria da qualidade das instalações físicas das escolas. Por Didático-pedagógico-curricular, entendemos as ações voltadas para a melhoria da relação professor aluno, melhoria do aprendizado em sala de aula, avaliação e currículo, modalidades de ensino e complementares, tais como, educação especial, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação do campo e educação escolar indígena.

Quanto aos primeiros passos do estudo, iniciamos com a pesquisa bibliográfica, a partir do estudo das produções sobre a temática, para embasamento de questões conceituais sobre políticas públicas educacionais, descentralização e municipalização do ensino. Fizemos aqui uma breve síntese dessa fase, a partir da divisão dos textos estudados em cinco grupos:

O primeiro grupo, composto por dissertações/teses locais de mestrado com a temática das políticas educacionais em âmbito municipal para subsidiar os caminhos percorridos pela pesquisa. Encontramos uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado, conforme quadro abaixo desenvolvida sobre o Município de Santarém/PA e outra sobre o município de Belterra/PA, de membros do grupo Histedbr Ufopa. Ambos os municípios situados na região oeste do estado, o que podemos perceber semelhanças quanto a caracterização dos municípios, no que se refere os pressupostos históricos de colonização desses municípios e características socioeconômicas. As pesquisas identificam e registram as políticas educacionais implementadas pelos municípios em recortes temporais determinados, a partir das categorias: gestão democrática, formação de professores, estrutura física, didático-pedagógico-curricular. Esses textos foram fundamentais para direcionar esta pesquisa, por apontar caminhos metodológicos.

Quadro 4 – Primeiro grupo de textos

Gênero	Título	Tema	Autor(a)/Ano
Tese	As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)	Política educacional municipal	COLARES, M. L. I. S., 2005.
Dissertação	As políticas educacionais implementadas pelo município de Belterra (1997-2012)	Política educacional municipal	SANTOS, A. R., 2016

Fonte: Banco de Teses da Unicamp, Site do HISTEDBR/UFOPA
Elaborado pela autora, 2018

O grupo dois trata-se de textos sobre pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* sobre questões com a temática educação municipal, tendo como lócus o município de Itaituba. Foram

encontradas uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado, ambas do mesmo autor, conforme quadro 4. Os textos embasaram questões sobre o contexto educacional local, no entanto, são pesquisas que aprofundam a temática da modalidade do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessas pesquisas destacamos o contexto social e econômico do município de Itaituba que utilizamos para compreensão a respeito da tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação e para compreensão da realidade local, uma vez que as políticas educacionais estão estritamente relacionadas com essas questões.

Quadro 5 – Segundo grupo de textos

Gênero	Título	Tema	Autor(a)/Ano
Dissertação	A evasão escolar de jovens do ensino médio em uma escola pública do município de Itaituba, Pará.	Política educacional municipal	SILVA, F. C. S., 2005.
Tese	Realidades da educação de jovens e adultos no ensino fundamental-presencial no município de Itaituba (PA): desafios da gestão, do planejamento e das políticas educacionais na efetivação do direito à educação em escolas da cidade e do campo	Política educacional municipal	SILVA, F. C. S., 2012.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Elaborado pela autora, 2018

O terceiro, composto por artigos acadêmicos sobre a temática das políticas públicas e políticas sociais brasileiras, onde se inclui as políticas educacionais. Esses textos deram o aporte teórico para as análises das políticas educacionais implementadas pelo município, a partir da compreensão de questões conceituais, tais como: o ciclo das políticas, atores envolvidos, arenas decisórias, o papel do Estado.

Quadro 6 – Terceiro grupo de textos

Gênero	Título	Tema	Autor(a)/Ano
Artigo	Estado e Políticas Públicas Sociais	Concepção de Estado e Políticas Públicas Sociais	HOFLING, E. M., 2001.
Artigo	Políticas Públicas: uma revisão de literatura	Políticas Públicas	SOUZA, C., 2006
Artigo	Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar	Políticas educacionais brasileiras no contexto atual	LIBANEO, J.C., 2016

Fonte: Google acadêmico

Elaborado pela autora, 2018

O quarto grupo, composto por artigos acadêmicos sobre a política educacional brasileira dos anos de 1990 e início dos anos 2000, com objetivo de contextualizar o cenário educacional do país no período determinado pela pesquisa de 1997 a 2016. Os textos desse grupo abordaram as políticas educacionais a partir da lógica neoliberal e da reforma do estado, contexto que apresenta mudanças no direcionamento das políticas educacionais brasileiras, incluindo a municipalização do ensino e os programas de financiamento da educação. Os artigos foram escolhidos a partir das discussões realizadas na disciplina: Sociedade, Estado e Políticas Educacionais do 1º semestre do nosso mestrado em Educação. Durante essa disciplina pontuamos questões conceituais de políticas públicas e políticas educacionais no Brasil, a partir das concepções desses autores.

Quadro 7 – Quarto grupo de textos

Gênero	Título	Tema	Autor(a)/Ano
Artigo	Políticas Sociais no Brasil	Políticas Sociais brasileiras	ARRETCHE, M. T. S., 1999
Artigo	Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado	Políticas Educacionais brasileiras dos anos de 1990	FRIGOTTO, G., e CIAVATTA, M., 2003
Artigo	As políticas educacionais no governo Lula	Políticas educacionais brasileiras do início dos anos 2000	OLIVEIRA, V. A., 2009
Artigo	As políticas educacionais no Brasil nos anos de 1990	Políticas Educacionais brasileiras dos anos de 1990	YANAGUITA, A. I., 2011
Artigo	A conjuntura educacional atual: para onde caminha a educação	Políticas educacionais atuais	SANFELICE, J. L., 2016

Fonte: Google Acadêmico
Elaborado pela autora, 2018

O quinto grupo de textos sobre o processo de descentralização e municipalização do ensino, composto por artigos acadêmicos, capítulos de livros e também uma dissertação de mestrado de Gutierrez (2005), nos levou a entender questões pontuais desse processo no Brasil, desde suas primeiras discussões até seu ápice com a CF de 1988 e a nova LDB 9.394/96. Também buscamos compreender como os primeiros passos desse processo em âmbito nacional e local, a partir da realidade do estado do Pará e o município de Itaituba e as implicações gerais dessa implantação para a educação estadual e municipal. Os critérios para seleção desses textos foram, da mesma forma que do grupo 3, as discussões realizadas na disciplina: Sociedade, Estado e Políticas Educacionais e também a partir de artigos acadêmicos encontrados na internet que tratassem das políticas educacionais do período pesquisado.

Quadro 8 – Quinto grupo de textos

Gênero	Título	Tema	Autor(a)/Ano
Livro	Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental	Municipalização do ensino fundamental	BOTH, I. J., 1997.
Artigo	Municipalização e Gestão Municipal	Municipalização e Gestão Municipal	OLIVEIRA, C. TEIXEIRA, L. H. G., 2001
Artigo	A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura	Descentralização e reformas do ensino	MARTINS, A. M., 2001
Artigo	A descentralização da gestão da Educação e a Municipalização do Ensino, como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil	Descentralização e Municipalização do ensino	CUNHA, M. C., 2009
Artigo	Descentralização, Municipalização e FUNDEF no Pará.	Descentralização, municipalização e financiamento	LOUREIRO, J. J. P., 2011
Artigo	Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: a gestão política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96.	Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino	FARIA, L. C. M, SOUZA, D. B., 2004
Dissertação	A Política de Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará e suas relações com a reforma do Estado	Municipalização do Estado do Pará	GUTIERRES, D. V. G., 2005

Fonte: Google Acadêmico, Costa (2001), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Elaborado pela autora, 2018

Para construção do Panorama da Educação Escolar em Itaituba foram consultadas fontes documentais como leis municipais, revistas locais, relatórios de gestões, site da prefeitura, artigos acadêmicos sobre a região amazônica e a educação, conforme se observa no quadro 9:

Quadro 9 – Fontes consultadas

Tipo de fonte	Título	Autor	Ano
Lei Municipal	Lei Orgânica Municipal nº 0001 de 04 de abril de 1990.	Itaituba	1990
Lei Municipal	Lei Municipal nº 2.853/2015. Revoga a Lei Municipal nº 1.961/2009 e institui o novo Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.	Itaituba	2014
Revista Local	Itaituba Hoje	–	2000
Projeto	Projeto Político Pedagógico 2015-2017 da Coordenação da Educação	Semed	2015

	do Campo, das Águas e da Floresta – Semed.		
Jornal	A Tribuna Nº VI	Itaituba	2001
Relatório	Relatório das atividades desenvolvida pela COOEJA 2005-2007	Secretaria Municipal de Educação de Itaituba – Semed	2008
Relatório	Relatório da EJA Personalizada 2007	Secretaria Municipal de Educação de Itaituba – Semed	2008
Relatório	Relatório de Ações do Prefeito	Assessoria de Comunicação de Itaituba – Ascom	2005
Relatório	Relatório de acompanhamento das escolas de Itaituba, EJA, 2008	Secretaria Municipal de Educação de Itaituba – Semed	2009
Relatório	Governo do Trabalho	Assessoria de Comunicação de Itaituba – Ascom	2012
Relatório	Diagnóstico do Município de Itaituba	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social do Pará (IDESP)	1977
Relatório	Itaituba	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social do Pará (IDESP)	1997
Artigo	História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições.	COLARES, A. A.	2011
Artigo	O impacto da implementação do Fundef nos Estados e municípios: primeiras observações	CASTRO, M. H. G.	2011
Site	Município de Itaituba. Site oficial da Prefeitura de Itaituba.	Prefeitura de Itaituba	2017

Fonte: Museu Aracy Paraguaçu, Site da Prefeitura de Itaituba. HSTEDBR on-line
Elaborado pela autora, 2018

É importante ressaltar que o Museu Aracy Paraguaçu foi de fundamental importância no fornecimento de fontes sobre os aspectos históricos da educação, por meio de livros de pesquisadores locais, relatórios de prestação de contas de gestões municipais, entre outras informações ainda não publicadas construídas pela atual coordenadora do museu e também educadora, a Sra. Regina Lucirene Oliveira, que há muitos anos tem registrado dados sobre a Educação de Itaituba. Com relação aos dados quantitativos, em sua maioria, são advindos de documentos de domínio público, disponíveis em sites do Ministério da Educação, Inep, IBGE, relatórios da Fapespa, Idesp, Atlas do PNUD, Observatório do PNE, Todos pela Educação, Educacenso. Da Semed foram consultados o Plano Municipal de Educação 2015-2019, relatórios, planilhas, além de relatos orais de servidores que ajudaram na construção do panorama.

Em seguida realizamos a pesquisa documental por meio do levantamento do conteúdo dos planos, programas, projetos e textos legais referentes às políticas da Semed de Itaituba; documentos referentes ao período de 1997 a 2016, a fim de compreender as diretrizes definidas pelos gestores; Lei orgânica do município; Plano municipal de educação, relatórios de ações da Semed, planos e relatório de ações das coordenações dos níveis e modalidades de ensino da Semed.

A investigação em campo iniciou com a apresentação pessoal, à Secretaria Executiva do Secretário Municipal, que se encontrava em viagem de formação. No segundo encontro, entregamos o ofício de apresentação e a cópia do projeto de pesquisa. Esse primeiro contato foi fundamental para criar um movimento dialógico entre o pesquisador com seu objeto de estudo e demonstrar que se trata de uma pesquisa séria com objetivos e métodos científicos, sem intenções invasivas ou especulatórias. Além de constatar, através da receptividade os limites e barreiras a serem enfrentadas no decorrer da pesquisa.

Fomos encaminhados à diretoria de Ensino, que a partir de então seria o nosso contato imediato, em seguida designados à técnica em educação, a qual nos encaminharia aos setores necessários, a medida em que buscássemos dados. Constatamos nesses primeiros contatos uma característica bastante comum nas Secretarias Municipais de Educação que é a ruptura administrativa que ocorre por motivo da troca de gestões. Tal fato também é responsável pela rotatividade de servidores, que resulta em dificuldade na coleta de dados históricos, uma vez que o servidor assumiu recentemente e não teve acesso às informações dos servidores anteriores por falta de arquivamento. Também constatamos nessa primeira etapa, que apesar da rotatividade de funcionários, havia servidores públicos concursados, que poderiam colaborar com o processo investigativo por terem servidos nas gestões anteriores.

Após essa primeira etapa de apresentação e diagnose do *lôcus* da pesquisa, passamos para a busca de fontes documentais para construção da pesquisa de campo da seção sobre o Panorama da Educação Escolar no Município de Itaituba, na periodização de 1997 a 2016. Esta seção foi composta pela reconstrução histórica da educação escolar no município e do levantamento do número de alunos, docentes e escolas do período analisado. Por se tratar do panorama apresentamos dados tanto da rede municipal quanto da rede estadual de ensino.

Diante desse fato, partimos para a Biblioteca Pública Municipal de Itaituba⁴ em busca de fontes bibliográficas que nos auxiliassem nessa reconstrução. Constatamos também, após

⁴ A Biblioteca Pública Municipal de Itaituba Rui Barbosa foi fundada em 05 de setembro de 1999, sob registro nº 15.938, pelo Prefeito Municipal Altamiro R. da Silva, com 6.851 exemplares de livros, sendo 4.172 doados pelo Instituto Nacional do Livro e 2.669 comprados pela prefeitura. Funcionava no Ginásio Normal de Santana. Em

pesquisa *in loco*, que na Biblioteca Municipal não havia muitas fontes a serem consultadas sobre a história da educação do município.

A escassez de fontes bibliográficas e a diagnose da ruptura administrativa detectada na Secretaria municipal de Educação – Semed nos levou a conclusão de que precisávamos apontar para novos caminhos em busca de fontes para avançarmos na pesquisa. É nesse contexto que o Museu Municipal Aracy Paraguaçu⁵ surge como *locus* secundário para a busca de informações, que assegurassem a reconstrução dos caminhos percorridos pela educação escolar, dos aspectos sócio históricos e econômicos que influenciaram na caminhada educacional do município de Itaituba para compreensão do contexto atual da educação escolar, na periodização de 1997 a 2016. De acordo com Alves Mazzotti (1991) nem sempre o projeto poderá prever tudo o que será feito em cada fase, dessa forma o pesquisador precisa ter a sensibilidade para adequar os instrumentos metodológicos de acordo com o desenvolvimento da pesquisa.

Para a construção da última seção, com o levantamento das políticas implementadas pela Semed no período de 1997 a 2000 retornamos para a Secretaria para a busca dos documentos com os registros dos programas e projetos implementados nesse período.

Encontramos um número maior de dados referentes a última gestão do recorte (2013-2016), nos arquivos, pelo fato de ser a mais recente e por haver um arquivamento na Semed. Podemos dividir a pesquisa em dois grandes momentos, fortemente marcado pela mudança para o atual prédio da Secretaria em 2005. Antes dessa data, pouco ou quase nenhum documento foi encontrado sobre as políticas implementadas o que compreende aos dois primeiros governos do recorte: 1997-2000, 2001-2004, sendo necessário a complementação por meio de entrevistas semiestruturadas com ex-secretários e/ou servidores da Semed que atuaram no período dessas gestões.

15 de dezembro de 2006 a biblioteca foi reformada e ampliada pelo governo de Roselito Soares da Silva. Atualmente funciona na Av. Getúlio Vargas, 271, Centro.

⁵ O Museu Municipal Aracy Paraguaçu foi criado em 1993, através da iniciativa da Professora Regina Lucirene Macedo de Oliveira, filha de famílias tradicionais do município de Itaituba, que tiveram o privilégio de registrar e guardar através de fotos, livros, jornais e documentos, os passos deste município, que teve a honra e a glória de ter sido o maior do mundo em extensão territorial. A primeira iniciativa aconteceu na I Feira Municipal de Ciências, Matemática e Educação Ambiental, com a participação do Projeto O Passado e o Presente de Itaituba, elaborado e pesquisado por alunos da 8ª série da Escola Municipal Eng. Fernando Guilhon, orientados pela Professora Regina Lucirene Macedo de Oliveira, que os acompanhou no decorrer da exposição. No momento expuseram o projeto a comunidade itaitubense. Todo esse desejo surgiu a partir da necessidade de conhecer melhor este município, que até aquele momento era apenas conhecido através de iconografia e registros deixados pelo Sr. Cláudio Couto, redator do 1º Jornal O Ortiga, no ano de 1913.

Fonte: Guia das artes, disponível em: <www.guiadasartes.com.br/para/itaituba/museus/museu-municipal-de-itaituba-aracy-paraguacu>. Acesso em: dez de 2017.

Para este instrumento, entrevistamos um servidor da gestão 1997 a 2000 que atua na secretaria desde maio de 1999 e permanece no quadro atual da Semed, e um ex-secretário da gestão 2001 a 2004. Ambos se prontificaram a colaborar, assinando, portanto, o termo de livre consentimento. Escolhemos estes servidores pelos anos de experiência na educação e por terem participado ativamente na implementação das ações da Secretaria.

O primeiro entrevistado foi identificado nesta pesquisa como entrevistado A e o segundo como entrevistado B. Um detalhe a ser destacado é que o entrevistado B solicitou responder as questões do roteiro da entrevista pela modalidade escrita, alegando sentir-se mais à vontade enquanto que o segundo realizamos do modo tradicional com as respostas orais, gravadas com o uso do celular e depois transcritas, portanto, as respostas do entrevistado A foram apresentadas com os registros orais da língua, diferenciando-se das respostas do entrevistado B, sem as marcas da oralidade.

É importante destacar que o arquivo físico da Secretaria com dados de 2005 em diante está localizado junto ao almoxarifado. As pastas se encontravam bastante empoeiradas, sem arquivamento adequado e difícil acesso, pois está junto com vários outros materiais, além do espaço ser pequeno para a quantidade de materiais armazenados. Não foram encontrados nos arquivos relatórios gerais de gestão da Semed. Apenas foram encontrados relatórios das coordenações, o que resultou em uma coleta de dados mais lenta. Essas considerações foram os entraves que dificultaram a pesquisa. A dificuldade do acesso pode ter impedido de realizar um levantamento mais preciso, o que modificaria, portanto, algumas análises dos resultados.

Ao realizarmos estudo em políticas públicas educacionais é necessário entender política pública como a “soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, aquilo “que o governo escolhe fazer ou não fazer” (PETERS, 1986 e DYE 1984 *apud* SOUZA 2006, p. 24). A partir dessas definições entende-se como as políticas são decisivas em uma sociedade. “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí o porquê de qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.” (SOUZA, 2006, p. 26).

Hofling (2001) destaca que para compreender as políticas públicas sociais implementadas por um governo é necessário que haja compreensão da concepção de Estado de política social que sustenta as ações e programas dessas políticas. “As questões de fundo”, termo utilizado pela autora são fundamentais para compreender certas tomadas de decisão, escolhas e caminhos percorridos. Dessa forma, avaliar a implementação de uma política é tarefa complexa, pois envolve muitas questões: além de vários atores envolvidos e cada um com seus

interesses, é preciso pensar no *locus* onde a questão se dá (arenas decisórias). Souza (2006, p. 25) reforça que mesmo as definições minimalistas de políticas públicas “guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”.

De acordo com Souza (2006), o ciclo de uma política se constitui pelas seguintes etapas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Pensando esse ciclo, nem sempre o que é planejado será implementado, diversos fatores podem assegurar sucesso ou fracasso. “Os decisores agem e se organizam de acordo com regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas (MARCH E OLSEN, 1995, p. 28-29 apud SOUZA, 2006, p. 36). Hofling (2001, p. 31) reforça afirmando que,

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Afirmar que o sucesso ou o insucesso de uma política pública é de total responsabilidade do Estado é, no mínimo incoerente, haja vista, serem frutos de negociações entre diversos atores. É importante também haver clareza da diferença entre Estado e Governo. Tomemos aqui o conceito apresentado por Hofling (2001, p. 31):

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros).

A partir do conceito entendemos que as políticas públicas são pensadas e planejadas por órgãos do Estado, mas são executadas pelo governo, “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (HOFLING, 2001, p. 31). Ou seja, o Governo assume o poder do aparelho que é o Estado. O Estado é permanente, mas o governo é transitório. Podemos afirmar que mesmo que haja intervenção ou pressão de outros grupos de interesse, o papel do governo ainda é decisório na definição e implementação de uma política.

Entendendo que na formulação e implementação de uma política pública, há uma relação entre diversos atores em que uns exercem papéis decisórios. É importante também ficar claro

que as “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 26), ou seja, as políticas se concretizam nessas ações, que após implementadas necessitam ser acompanhadas e avaliadas.

A política educacional é parte integrante de uma política pública, pensada especificamente para atender as questões educacionais. No Brasil é importante pensar as políticas educacionais sempre associadas a questões de interesse, marcado fortemente por desigualdades sociais. Um breve olhar para a história do Brasil nos permite refletir que sempre houve um cenário de grandes desigualdades sociais.

Libâneo (2016), afirma que definir os rumos da Educação Pública no Brasil sempre foi um dilema, devido ao fato das práticas educativas estarem estreitamente relacionadas às questões de interesses de grupo. A educação é direcionada por quem tem mais interesse em se beneficiar com ela. Para o autor há diferentes concepções sobre “qualidade de ensino”, nos meios institucionais e acadêmicos o que resulta em embates teóricos sobre os objetivos, formas de gestão e de condução do processo ensino-aprendizagem. Pesquisas recentes apontam que as políticas educacionais aplicadas nas escolas, nas últimas décadas, têm sido influenciadas por organismos internacionais. Essa influência impacta diretamente na concepção de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículo.

O autor enfatiza que considerando os documentos oficiais de políticas educacionais, diretrizes e também nas concepções teóricas difundidas nos cursos de formação de professores e em ambientes acadêmicos, há, pelo menos, três concepções em relação às finalidades e formas de organização da escola:

[...] a orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, para políticas educativas de proteção à pobreza associadas ao currículo instrumental ou de resultados imediatistas; a orientação Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e a orientação dialética-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sociocríticas. (LIBÂNEO 2016, pp. 41-42).

A que predomina no Brasil, segundo o autor, é a concepção da orientação pelos organismos multilaterais em decorrência das concepções políticas do contexto da globalização, acirradas no país na década de 1990. A partir de então, as políticas educacionais brasileiras são determinadas por órgãos internacionais que ditam as regras da educação. A internacionalização molda os sistemas e instituições educacionais para atender as expectativas que vão além do

nacional, ou seja, expectativas supranacionais, definidas por uma agenda globalmente estruturada.

A partir dessas considerações, buscou-se entender a educação do município de Itaituba a partir do registro das políticas educacionais implementadas pela Semed, no período de 1997 a 2016. Visando responder aos objetivos que nos propomos. O presente texto, está composto por cinco seções, incluindo a introdução e considerações finais.

Na segunda seção, denominada de “A política educacional brasileira pós 1990 e o processo de descentralização” apresentamos o registro histórico da política educacional brasileira a partir dos anos 1990, cujos marcos legais, tais como, a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da nova LDB 9394/96, apontam mudanças para educação no país e marca o auge do processo de descentralização e autonomia dos municípios. Devido ao recorte temporal da pesquisa (1997-2016) apresentamos também um registro da história da política educacional do início dos anos 2000, relacionando o contexto nacional com contexto local, por meio do registro do início do processo de municipalização do ensino ocorrido no estado do Pará e no município de Itaituba, *locus* dessa pesquisa.

Na seção seguinte, intitulada “O Panorama da Educação Escolar em Itaituba”, apresentamos o panorama da educação escolar do município, no recorte temporal de 1997 a 2016, a partir de dados históricos sobre a educação no município, desde a sua colonização, passando pelo atendimento escolar e público estadual e municipal, no período pesquisado e indicadores educacionais. Vale ressaltar que o município de Itaituba oferta nesse período a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio (até o ano de 2006) em que é repassado totalmente para responsabilidade do estado, oferta ainda as modalidades de educação de jovens e adultos (EJA), educação especial, educação indígena e educação no campo.

Para construção desta seção foram consultadas fontes, tais como: livros, jornais, revistas, tese de doutorado, artigos acadêmicos, documentos digitados, consulta ao site da prefeitura, planos, leis, relatórios de diversos setores da Secretaria Municipal da Educação – Semed e documentos de domínio público, disponíveis em sites do Ministério da Educação, Inep, IBGE, relatórios da Fapespa, Idesp, Atlas do PNUD, Observatório do PNE, Todos pela Educação, Educacenso. Os resultados encontrados nesta fase da pesquisa são dados históricos e dados quantitativos sobre matrículas, número de escolas, número de docentes que revelam a trajetória da educação escolar pública no município de Itaituba, desde o período de sua fundação, com ênfase para o recorte determinado pela pesquisa de 1997 a 2016.

Na quarta seção discorreremos sobre as políticas educacionais implementadas pela Secretaria de Educação, no período compreendido de 1997 a 2016, a partir das categorias de

análises; gestão democrática, formação docente, rede física e didático-pedagógico-curricular. Apresentamos de início informações sobre a infraestrutura física dos dois prédios aos quais passaram a Secretaria durante o período pesquisado, em seguida apresentamos o perfil dos secretários municipais, passando pela rede de ensino atendida pela Semed e por fim trazemos o levantamento das políticas educacionais implementadas, analisando o processo de descentralização e autonomia.

Consultamos para esta seção além dos Planos Municipais de Educação – PME (2009-2019, 2015-2019), relatórios de ações da Semed, relatórios de ações das coordenações de níveis e modalidades de ensino, relatórios de alguns programas, tais como o Mais Educação, o PPP das escolas do campo, das águas e das florestas, atas de reuniões do Fundef e do Fundeb, panfletos, listas de presenças dos encontros, relatórios da coordenação de programas e projetos, planos de gestão e planos de ações das coordenações, entre outros.

Esperamos que esta pesquisa possa servir de incentivo para que mais pesquisadores busquem o município de Itaituba como *lócus*, pois o mesmo possui um largo campo a ser investigado, no que se refere às políticas educacionais. Que a pesquisa também possa contribuir com os gestores, uma vez que o levantamento dessas políticas possam levar a reflexões a respeito dos caminhos percorridos pelas gestões e quais foram os impactos dessas políticas para a melhoria da educação escolar do município.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA PÓS 1990 E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Nesta seção apresentamos o contexto da política educacional brasileira, a partir dos anos 1990, cujos marcos legais, tais como, a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da nova LDB 9.394/96 apontam mudanças para a educação no país e marcam o auge do processo de descentralização e autonomia dos municípios. Apresentamos também o registro histórico da política educacional do início dos anos 2000 (até 2016), contextualizando todo o período da pesquisa.

Apesar do foco desse texto ser nas questões nacionais julgamos pertinente em dados momentos trazer informações em âmbito estadual e em âmbito municipal, aproximando o contexto nacional com o local, para que possamos entender as tomadas de decisões nas políticas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Itaituba – Semed, *lócus* dessa pesquisa.

2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2002

Analizamos as configurações da política educacional brasileira, pós LDB nº 9.394/96, a partir das reformas neoliberais implementadas pelo Estado no início dos anos 1990. Associado aos setores econômicos, financiados por órgãos e agências multilaterais de funcionamento, propõe medidas direcionadas à reforma da educação, que, portanto, é um importante componente da reforma do Estado.

A década de 1990 foi marcada por transformações no campo econômico, político, social e ideológico. O país atravessava uma forte crise econômica (inflação, aumento da dívida externa, desemprego) e buscava adequar-se aos novos padrões exigidos pelo mercado capitalista. Dessa forma as decisões tomadas no campo econômico impactaram diretamente no campo educacional e o rumo das políticas da época eram determinadas por organismos internacionais. É importante situar historicamente o período destacando que mundialmente os ideais da globalização eram difundidos por todo o mundo, marcados pela instalação feroz de competições entre grupos econômicos.

Destacam-se as noções de globalização, Estado mínimo, reengenharia, reestruturação produtiva, sociedade pós-industrial, sociedade pós-classista, sociedade do conhecimento, qualidade total, empregabilidade etc., cuja função é a de justificar a necessidade de reformas profundas no aparelho do Estado e nas relações capital/trabalho. (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003, p. 95).

A nova ordem mundial exigia dos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, uma nova postura econômica, política e social para que pudessem participar dos tratados mercantis que se estabeleciam. Para isto era necessário a reformulação das políticas sociais que conduzissem ao livre comércio e à privatização. “O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como *Consenso de Washington*, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990”. (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003, p. 95).

No Brasil, os órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o reforma. Eles tinham o papel de garantir a rentabilidade de grandes corporações, das empresas transnacionais e das nações poderosas, portanto, eram responsáveis em tutoriar as reformas no país.

É importante enfatizar que as ideias propagadas eram de parcerias e de cooperações entre os países, de liberdade para realizar negócios. Se estabelecia então a doutrina da organização Mundial do Comércio, onde as parcerias eram fundamentais e o lucro a força motriz a ser perseguida. É neste contexto que surgem os organismos de apoio, em nível regional, para os organismos internacionais. Frigotto e Ciavatta (2003) destacam os que foram criados na América Latina: no plano econômico, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e, no plano educacional, a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC). Num plano mais geral, situa-se o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

[...] as reformas nas estruturas e no aparato de funcionamento do Estado nesses países consolidaram-se nos anos 1990, por meio de um processo de desregulamentação na economia, da privatização das empresas produtivas estatais, da abertura de mercados, das reformas de sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralizando-se seus serviços, sob a justificativa de otimizar seus recursos (SOUZA; FARIA, 2004, p. 927).

No campo educacional a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, passa a ser o marco para o início das reformas nas políticas educacionais no Brasil. O evento foi promovido pela UNESCO, UNICEF e BIRD e tinha como eixo a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. O Brasil como país que apresentava um dos mais altos índices de analfabetismo, se comprometeu em desenvolver ações que revertissem esse quadro. A primeira iniciativa tomada pelo país foi a elaboração do

Plano Decenal de Educação para todos 1993 a 2003, em parceria com a UNESCO. Este direcionava para novos padrões de intervenção estatal, “recolocando as políticas educacionais como embates travados no âmbito das diretrizes governamentais – a descentralização”. O Plano previa injetar dinheiro na educação básica, com vistas a erradicar o analfabetismo e promover a universalização do ensino fundamental, no entanto, estudiosos afirmam que o plano nem sequer saiu do papel (YANAGUITA, 2011).

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é proposto o documento “Mãos à obra Brasil”, direcionado ao ensino fundamental, à valorização da escola e dos alunos, a participação da comunidade na vida escolar e a articulação entre o município, o estado e a federação na gestão da escola, de modo a obter mais recursos financeiros e eficiência no sistema de ensino. O documento previa alterações na Constituição Federal, para que não houvessem obstáculos à sua execução. A partir de então surge a Emenda Constitucional nº 14/96, Lei nº 9.424/96 que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Ocorre também neste mesmo ano a sanção da Nova LDB 9.394/96, possibilitando às instituições criações de novos cursos, programas e modalidades; “estabelecimento de um Conselho Nacional de Educação menos burocrático; mudanças nas regulamentações de modo a garantir maior autonomia à escola; e ênfase na avaliação de resultados como forma de controle mais eficiente (SAEB, ENEM, ENC – Provão - e CAPES). (idem, 2011, p. 6).

O FUNDEF, a LDB/96 e os exames nacionais determinaram as novas formas de financiamento, gestão e avaliação da educação básica, “conformando uma nova regulação assentada na descentralização e maior flexibilidade e autonomia local, acompanhando tendência verificada em âmbito internacional”. (OLIVEIRA, 2009, p. 202).

O Fundef consistia na mudança da estrutura de financiamento do ensino fundamental que reserva 15% da arrecadação dos estados e municípios à educação, que representa 60% dos 25% das receitas dos estados e municípios destinados à educação pela CF 1988. O fundo também determinava novos critérios de distribuição de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

De acordo com o Portal do MEC (2018) o Fundef era composto basicamente por recursos dos próprios Estados e Municípios originários de fontes já existentes, acrescidos de uma parcela de recursos novos, originários da União. As receitas do Fundo eram constituídas de 15% do: Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios

– FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; e Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp. Tais recursos deveriam ser destinados exclusivamente ao ensino fundamental, devendo ser aplicados nas despesas enquadradas como “manutenção e desenvolvimento do ensino” (art. 70 da LDB 9.394/96).

A lei 9.424 determina que o controle sobre o repasse das verbas do Fundef deve ser realizada através dos Conselhos instituídos em âmbito federal, estadual e municipal, por meio da supervisão das matrículas anuais do Censo escolar. O Conselho deveria ser formado por dirigentes de órgãos educacionais, representantes de professores, alunos e pais e representantes do poder executivo.

Em âmbito estadual, segundo Loureiro (2001), a Secretaria de Estado da Educação – Seduc, após discussões sobre o fundo, entendeu que seria um instrumento para solucionar os problemas educacionais que impediam a educação brasileira de oferecer um ensino mais qualitativo, pelo menos, no que se referia a melhoria das infraestruturas das escolas e melhoria do salário dos profissionais da educação.

O estado do Pará foi o primeiro a implantar e operacionalizar o Fundef em julho de 1997, pela lei estadual nº 6.044/97, já que o governo federal permitiu que estados antecipassem a implantação do fundo por lei estadual.

O governo estadual e as prefeituras municipais receberiam recursos federais no montante de R\$ 110 milhões para garantir o desembolso de R\$ 300,00 por aluno/ano. De acordo com Nova LDB a União também era responsável pela diminuição das desigualdades regionais, complementando os recursos para que cada município gaste um valor equiparado por aluno. Por se tratar de um Estado extenso em área territorial e em número de habitantes, o Pará foi um dos que mais recebeu recursos do governo, no início da implantação do fundo.

De acordo com Loureiro (2001), o Pará tinha, na época, um total de 1.293.415 alunos, segundo o Censo Educacional de 1996 e recebeu um total de R\$ 59.218.680,00 de recursos federais, equivalentes à complementação de R\$ 45,78 por aluno/ano, uma vez que o Estado só teria condições de investir o correspondente a R\$ 254,22 por aluno, no decorrer de 1997. Portanto, a atitude de ser o pioneiro a implantar perpassava por questões de interesse pelo fato de receber recursos significativos para o desenvolvimento do Estado. É importante destacar que nem sempre o recurso destinado à educação é aplicado para este fim.

Rodriguez (2001) comenta que o Fundef, no início de sua implantação e com o objetivo exclusivo de atendimento ao Ensino Fundamental, acabou prejudicando a educação infantil, pelo fato de haver repasse diferenciado de verbas. Enquanto no nível fundamental há um crescimento no número de matrículas, na educação infantil ocorreu o inverso por falta de

investimentos suficientes. Tal fato gerou um caráter competitivo e uma fratura entre os níveis do ensino básico, apontando para uma desigualdade no sistema educacional brasileiro, pois a educação básica deveria se desenvolver de modo integrado.

A tabela 4 mostra a evolução da matrícula no Ensino Fundamental no país por dependência administrativa nos cinco primeiros anos da municipalização do ensino:

Tabela 4 - Evolução da matrícula no Ensino Fundamental no Brasil por dependência administrativa 1997-2001.

Dependência Administrativa	1997	1998	1999	2000	2001
Federal	30.569	29.181	27.521	27.810	27.416
Estadual	18.098.544	17.266.355	16.702.076	15.806.726	14.917.534
Municipal	12.436.528	15.113.669	16.126.649	16.694.171	17.144.853
Privada	3.663.747	3.383.349	3.278.397	3.189.241	3.208.286
Total	34.229.388	35.792.554	36.170.643	35.717.948	35.298.089

Fonte: Mec/Inep. Elaborada pela autora, 2018.

A tabela 4 demonstra o aumento referente ao número de matrículas no Ensino Fundamental na dependência administrativa municipal, que passa de 12.436.528 em 2012 para 17.144.853, ultrapassando o número de matrículas da rede estadual ainda nos seus primeiros anos. Consequentemente ocorre redução de matrículas em todas as outras dependências, incluindo o ensino privado. Podemos constatar tal fato como um dos impactos do Fundef.

Apesar dos problemas criados pelo Fundef, tais como a prioridade pelo ensino fundamental, por outro lado, não podemos deixar de descartar o fato de que o fundo foi decisivo para desencadear o processo de municipalização em vários municípios. Muitas escolas foram construídas ou reformadas com verbas do fundo, bem como melhoria salarial dos profissionais da educação e investimento na formação. Gutierrez (2005) avalia que o Fundo também despertou o interesse dos professores em acompanhar a aplicação dos recursos públicos na educação. No município de Itaituba, por exemplo, o investimento no ensino fundamental, a partir de 1998 foi notável. Na próxima seção, sobre o Panorama da Educação, poderemos verificar o aumento nos dados quanto ao número de estabelecimentos, matrículas e docentes, bem como o investimento na formação e qualificação dos profissionais da educação.

Outra ação desse período que merece destaque foi a elaboração e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que tem como finalidade a organização curricular e a orientação quanto a formação inicial e continuada de docentes, além de fomentar a produção de materiais pedagógicos, produção de livros e discussão pedagógicas nas escolas, com

prioridade para os projetos pedagógicos e o incentivo para atividades que exijam a participação cooperativa da comunidade escolar.

Para o ensino fundamental, Castro (2010, p. 67) destaca:

[...] a reforma administrativa promovida pelo MEC, ao extinguir a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE) e redefinir a atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em consonância com a nova orientação da ação ministerial em prol do ensino fundamental.

Para o ensino médio, Castro (2010) registra que houve iniciativa de reestruturação desse nível com destaque para a proposta de alteração curricular formulada pelo MEC e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, bem como ações de reformulação do ensino médio profissional.

A seguir apresentamos o quadro com a síntese das ações, do governo FHC voltadas para o desenvolvimento da Educação Básica, elaborado por Santos (2016):

Quadro 10 - Levantamento de Ações/Políticas/Programas do Governo Federal para Educação

Gestão	Ações, Políticas e Programas*
	1997**-1998 / 1999-2002
Fernando Henrique Cardoso	<p>Ações Articuladas com outros Ministérios: Saúde da Família, Brasil Jovem, Água na Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola Alfabetização Solidária, PRONAGER e PRONAF</p> <p>Ampliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)</p> <p>Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA</p> <p>Formação de Professores em Áreas Remanescentes de Quilombos, Professores Indígenas</p> <p>Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola),</p> <p>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE</p> <p>O Programa Escola Pública – Gestão Eficiente</p> <p>Parâmetros em Ação – PCN em Ação (Educação Infantil; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Meio Ambiente, Educação Escolar Indígena)</p> <p>Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)</p> <p>Políticas de fortalecimento, manutenção e equalização dos sistemas de ensino – FUNDEF e</p> <p>Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino</p> <p>Programa de Aceleração da Aprendizagem</p> <p>Programa de Apoio à Educação Infantil/Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI</p> <p>Programa de Apoio à EJA – Programa Recomeço – Supletivo de Qualidade</p> <p>Programa de Apoio ao Ensino Especial (Proesp)</p> <p>Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino – PRASE</p> <p>Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa</p> <p>Programa Escola Ativa</p> <p>Programa Nacional Biblioteca Escolar</p> <p>Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ***</p> <p>Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares</p> <p>Programa Paz nas Escolas</p> <p>Programa TV Escola – Salto para o Futuro</p> <p>Programas destinados ao Material Didático e Paradidático</p> <p>Projeto Alvorada</p>

Fonte: Santos (2016)

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.

** Periodização a partir de 1997, de acordo com período investigado da pesquisa.

*** Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), data de início em 31/5/1955. Relatório/Seb/MEC, 2000.

Castro (2000) sintetiza que as ações do governo federal voltadas para a educação básica, a partir da segunda metade da década de 1990, tiveram duas grandes linhas: uma na Gestão centralizada, associava-se historicamente ao desvio de recursos para as atividades-meio e à morosidade dos processos comprometendo a relação custo/benefício e efetividade dos programas. Exemplos dessa linha são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional do Transporte Escolar, Programa Nacional do Material Escolar (PNME), com transferência de recursos às escolas, municípios e estados. A outra linha refere-se à criação de programas com introdução de inovações tecnológicas, “que visam à melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, como o TV-Escola, o Programa de apoio tecnológico e o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO)”. (CASTRO, 2000, p. 66).

Em síntese as políticas educacionais da década de 1990 foram marcadas pelas relações com organismos internacionais, dentre eles o Banco Mundial, financiadores da educação brasileira, vista como uma mercadoria. Dessa forma, a educação nesse período teve como finalidade formar trabalhadores ideais para o mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento produtivo do país. Podemos afirmar que a educação foi tomada como medida econômica para o país, moeda de troca no investimento brasileiro no mercado econômico mundial.

O Fundef teve uma implantação inicial conturbada, estabelecia prioridade para o ensino fundamental em detrimento aos outros níveis da educação básica, por este motivo, foi alvo de várias críticas, ora analisado como fundamental para o processo de descentralização da educação com a municipalização do ensino, ora como engessador do desenvolvimento da mesma, por priorizar apenas um nível da educação básica. Pesquisas, tal como a de Gutierrez (2005) apontam que vários municípios cometeram desvios das verbas do Fundef, prejudicando o desenvolvimento educacional e descumprindo ao que prevê a legislação.

Não podemos deixar de mencionar o fato de que as políticas educacionais da década de 1990 foram decisivas para a reorganização entre as esferas administrativas relativas as suas atribuições, cabendo ao município a responsabilidade pelo ensino fundamental e infantil; ao estado o ensino médio, superior e técnico. No entanto, podemos afirmar que o processo focalizou muito mais na visão economicista com caráter de desconcentração de atribuições do que de fato de descentralização.

Após essas considerações, discorreremos sobre as políticas educacionais implementadas a partir dos anos 2003 até o ano de 2016, período que compreende ao recorte temporal desta

pesquisa, a fim de detectar e analisar as permanências e as rupturas dessas políticas com as implementadas a partir dos anos de 1990 a 2002.

2.2 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DE 2003 A 2010: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

As políticas educacionais no início dos anos 2000, segundo Oliveira (2000), não tiveram alterações com as do final dos anos de 1990, com a educação voltada para fomentar o mercado de trabalho como suprimento do processo de reestruturação produtiva do país, implantado pelo governo FHC. “Os primeiros quatro anos de mandato de Lula podem ser caracterizados, no que se refere à educação básica, pela ausência de políticas regulares e de ação firme no sentido de contrapor-se ao movimento de reformas iniciado no governo anterior.” (OLIVEIRA, 2000, p. 198).

Uma das políticas sociais do Governo Lula, implementadas no início dos anos 2000, com influência direta no campo educacional, foi o Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003, pelo decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, com a finalidade de combater à pobreza e a desigualdade no Brasil, país que está entre os primeiros no ranking mundial em desigualdade social. As famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício mensal, como uma espécie de complemento da renda, que é transferido diretamente pelo governo federal. Em contrapartida, as famílias deveriam cumprir com alguns compromissos, tais como, investir esse benefício na educação, saúde e assistência social. Dessa forma, as famílias estariam quebrando o ciclo da pobreza, “graças a melhores oportunidades de inclusão social” (BRASIL, 2015).

O programa gerou muitas controvérsias por motivo do repasse direto à população. Críticas de que o programa não promovia o desenvolvimento aos assistidos e promovia acomodação das famílias que se contentavam com o que recebiam somente pelo programa foram bastante difundidas em todo o país. No entanto, de acordo com Oliveira (2009, p. 203), o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de novembro de 2005 aponta que o Programa modificou a vida dos beneficiados “melhorando sua renda e possibilitando o acesso a determinadas coberturas e serviços que, ainda que elementares, passam a significar um padrão de vida menos indigno”. Como comenta a autora, “resta saber até que ponto pode-se afirmar que a melhoria observada na situação dos mais pobres tem significado a redução das desigualdades sociais que historicamente marcaram este país como uma das sociedades mais injustas no mundo”.

De acordo com Oliveira (2009), no campo educacional, o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006) foi marcado por permanências das políticas educacionais implementadas pelo governo anterior e somente no final do seu segundo mandato que novos rumos foram traçados para a educação brasileira:

Foi somente no último ano do primeiro mandato que, por meio da Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006, atribuindo nova redação ao parágrafo 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). (OLIVEIRA, 2009, p. 198).

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por meio da emenda constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela medida provisória nº 339 de 28 de dezembro de 2006, convertida na lei nº 11.494 de 20 de dezembro de 2007, com duração média prevista para 14 anos, trata-se de um amplo financiamento com destinação de recursos. O Fundeb é uma espécie de ampliação do Fundef, que atendia somente o ensino fundamental, já o Fundeb amplia o investimento, abarcando toda a educação básica, com fins de garantia do atendimento escolar básico e da valorização dos profissionais da educação.

Uma questão importante é o fato dos recursos do Fundeb serem repassados diretamente para contas únicas específicas dos governos do distrito federal, dos estados e dos municípios, propiciando, de fato, a responsabilidade dessas unidades pela oferta da educação básica, por meio dos acordos firmados para o investimento descentralizado dos recursos do fundo, de acordo com as necessidades de cada esfera. Dessa forma, foi necessária uma descentralização das políticas de gestão educacional.

Conforme Art. 3 da lei do Fundeb, o fundo se compõe de: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), Desoneração das Exportações (LC nº 87/96), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios. Também compõem o fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas. A lei também prevê, em seu art. 4 uma complementação por parte da União, quando o valor ponderado por aluno não alcançar o valor mínimo previsto pela lei.

O Art. 8 determina que a distribuição dos recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial. O fundo de certa forma “obriga” os estados e municípios a exercerem a cooperação, uma vez que o valor que cada um irá receber dependerá da arrecadação e do número de matrículas da rede.

Com relação à valorização dos profissionais de educação, a lei determina em seu Art. 22 que pelo menos 60% dos recursos anuais totais do fundo serão destinados ao pagamento da remuneração para esses profissionais em efetivo exercício na educação básica da rede pública de ensino.

Tabela 5 - Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos por sexo – Brasil - 2007-2016.

Sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	96,8	97,3	97,4	98,1	98,2	98,2	98,4	98,6	...
Mulheres	97,2	97,7	97,8	98,3	98,3	98,7	98,6	98,7	...
Total	97,0	97,5	97,6	98,2	98,3	98,4	98,5	98,6	99,2

Fonte: IBGE.

Notas: A fonte não apresentou dados referentes ao ano de 2010.

Sinais convencionais utilizados:
... Dado numérico não disponível.

A tabela 5 com dados sobre a taxa de escolarização no país de pessoas de 6 a 14 anos de idade mostra que desde 2007 mais de 90% das pessoas nessa idade estão na escola, o que se pode afirmar ser um resultado positivo atribuído à aplicação do Fundeb. A partir de 2011 a taxa chegou a 98% permanecendo nessa média até 2014; em 2016, o percentual chegou a 99,2%, o que representa que a universalização do ensino fundamental está próxima de sua concretização.

Tabela 6 - Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 – Brasil - 2007-2016.

2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
82,3	84,3	85,2	83,7	84,2	84,3	82,6	84,3	87,9

Fonte: IBGE, Observatório PNE.

Notas: A fonte não apresentou dados referentes ao ano de 2010.

Com relação às pessoas de 15 a 17 anos, a tabela 6 apresenta dados de 2007 a 2016, com exceção do ano de 2010. Podemos constatar que no ensino médio a universalização do ensino

está mais distante em relação ao ensino fundamental. Não há uma elevação notável, nos anos apresentados, permanecendo estável. Podemos atribuir esse fato ao desempenho dos municípios com a municipalização do ensino fundamental. Gutierrez (2005) aponta que após esse fato o número de matrículas elevou em quase todos os municípios brasileiros, em contrapartida os estados não acompanharam essa elevação na oferta do ensino médio. A taxa de abandono nesse nível ainda é alta. A fim de verificarmos a situação do estado do Pará, apresentamos os dados referentes aos anos de 2007 a 2015:

Tabela 7 - Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 – Pará - 2007-2015 (%).

2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
72,3	77,8	79,2	81,1	82,0	83,3	82,7	84,2

Fonte: Observatório PNE

Notas: A fonte não apresentou dados do ano de 2010 e 2016.

Constatamos, por meio dos dados apresentados na tabela 7 que o estado do Pará apesar de apresentar elevação da taxa no período apresentado, a partir de 2011 a elevação mantém uma estabilidade, variando de 82% para 84% apenas. Conforme veremos na seção seguinte a situação do município de Itaituba também não é diferente da realidade do Pará e do Brasil, com relação a taxa de escolarização dessa faixa de idade.

Apesar dos avanços observados quanto ao aumento do número de matrículas, em especial no ensino fundamental, outro dado precisa ser levado em consideração: a taxa de analfabetismo no país:

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos por sexo – Brasil - 2007-2015.

Sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Homens	4,3	3,8	3,3	2,4	2,4	2,3	2,4	2,0
Mulheres	2,0	1,8	1,6	1,4	1,2	1,0	1,1	1,1
Total	3,1	2,8	2,5	1,9	1,8	1,7	1,8	1,6

Fonte: IBGE.

Notas: A fonte não informou dados do ano de 2010 e 2016.

A tabela 8 com dados referentes a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos por sexo mostra que o país, até 2015, ainda não conseguiu superar um problema antigo que é o analfabetismo. Apesar de um percentual bem baixo, ainda há crianças fora da escola por algum motivo. Os dados também revelam que de 2007 para 2015 houve uma redução de 50%, um

resultado bastante positivo. No entanto, o problema do analfabetismo é maior em pessoas com idade acima de 15 anos.

Tabela 9 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais por sexo – Brasil - 2007-2016.

Sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	10,4	10,2	9,8	8,8	9,0	8,8	8,6	8,3	7,4
Mulheres	9,9	9,8	9,6	8,4	8,4	8,2	7,9	7,7	7,2
Total	10,1	10,0	9,7	8,6	8,7	8,5	8,3	8,0	7,3

Fonte: IBGE.

Notas: A fonte não informou dados do ano de 2010.

A tabela 9 com dados sobre a taxa de analfabetismo no país das pessoas com 15 anos ou mais de 2007 a 2016, aponta uma redução dessa taxa caindo de 10,1% para 7,3% em 2016. Os dados também mostram que esse percentual é maior com pessoas do sexo masculino em todos os anos apresentados. Para o total populacional brasileiro esse percentual ainda é bastante alto para um país que já deveria ter superado o analfabetismo há bastante tempo.

Outro dado importante apresentado pelo IBGE (2018) que pode ser levado em consideração como resultado positivo da implantação do Fundeb é que o nível de instrução no país cresceu de 2007 para 2014 sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais, passou de 33% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5% para as mulheres.

A partir desses dados, podemos considerar que de modo geral o Fundeb trouxe avanços: houve uma melhor distribuição dos recursos para a educação, proporcionando a cooperação entre os entes federativos; a ampliação do fundo para todo o ensino básico foi bastante positivo, aumentando o número de matrículas na educação infantil e no ensino médio; o ensino fundamental está próximo à universalização com um aumento contínuo do número de matrículas nos últimos anos. Ainda é necessário um olhar especial para o ensino médio, elevando mais o quantitativo de matrículas e diminuindo a taxa de evasão escolar e resolver o problema do analfabetismo no país.

Além do Fundeb, foi no governo Lula a implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb – trata-se de uma medida avaliativa, com vistas a medir a qualidade do ensino básico ofertado pelas escolas brasileiras. O Ideb foi criado em 2007 pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia do Ministério da Educação (MEC).

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos.

A principal meta do Ideb Brasil é que o país alcance 6 pontos na primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022 que é uma nota equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa medida tomada pelo Governo federal é uma tentativa de padronizar a qualidade do ensino ofertado no país. Outra medida de valorização da educação básica tomada pelo governo foi o a implantação do Plano de metas Todos pela educação, mais uma vez fortalecendo o regime de colaboração entre os entes federados, que juntamente com as famílias devem se esforçar para cumprir as 28 metas estabelecidas para melhoria da qualidade do ensino. Para o alcance dessas metas, as secretarias estaduais e municipais de educação precisariam elaborar o Plano de ações articuladas (PAR), ou seja, o conjunto de ações, apoiado técnica e financeiramente pelo MEC.

Somado ao Fundeb, o conjunto das políticas educacionais desse governo voltaram um olhar especial para o desenvolvimento da educação básica e de levar os estados e os municípios a assumirem em regime de colaboração com o governo federal, a condução da educação básica. O Ministério da Educação desempenhou um importante papel de protagonista na definição das políticas educacionais, bem como conduzindo e orientando aos gestores em suas ações. O quadro elaborado por Santos (2016) apresenta o levantamento das ações e programas desenvolvidos nas duas gestões do governo Lula, sem pretensão de análise minuciosa dessas ações e programas, mas como um levantamento para panorama geral das políticas educacionais implementadas no âmbito da educação básica:

Quadro 11 - Levantamento de Ações/Programas do Governo Federal para Educação Básica - 2003-2006, 2007-2010

Gestão	Ações, Políticas e Programas*
	2003-2006 / 2007-2010
Luís Inácio Lula da Silva	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de SIMONI/ SIMEC/ SAESE Jovens – ProJovem / ProJovem Campo – Saberes da Terra (modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens Observatório de Experiências Inovadoras/ Olimpíada Brasileira de Matemática, Prêmio Ciências para Ensino Médio/ Provinha Brasil

	<p>Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano de Ações Articuladas (PAR) (Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME) PNLD – 1ª a 4 – DCNEM – Programa Nacional do Livro no Ensino Médio – PNLEM – Dicionários PNLD/2005 Programa Brasil Alfabetizado/ Escolarizado Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino – PRASE / Programa Pró- Conselho Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Gênero e Diversidade na Escola / Ética e Cidadania - Construindo Valores na Escola e na Sociedade Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e Ação de Acessibilidade nos Programas do Livro Programa de Incentivo à Formação Continuada de Educadores do EM e Material de Apoio para professores do Ensino Médio Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROME Programa de Valorização dos Trabalhadores da Educação Básica – Pró- Valorização e Não docentes Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade / Programa Escola Acessível / Programa de Apoio ao Ensino Especial Programa Escola Aberta Programa Escola Ativa Programa Mais Educação Programa Mídias na Educação Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)/ PROESCOLAR/Programa Caminho da Escola Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (ProLibras) Programa Pescando Letras Programa Saúde na Escola (PSE) Programa TV Escola Projeto Alvorada Projeto Piloto do Programa Escola de Gestores Programa Escola de Gestores Rede Nacional de Formação Continuada de Professores / Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial</p>
--	--

Fonte: Santos (2016), Relatórios MEC/SEB, de 2003 a 2010, disponíveis no sítio www.mec.gov.br.
 Quadro elaborado por Santos, 2016

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.

O quadro evidencia, como observa Santos (2016), ações e programas voltados para todos os níveis da Educação Básica, incluindo a formação de professores tanto inicial quanto continuada, programas e ações voltadas para currículo, financiamento, avaliação, de diversidade e inclusão sociocultural, ações indutoras de educação integral, educação especial e inclusiva. Sobre esta gestão, Frigotto (2014, p. 1) avalia que:

Avançamos nas últimas décadas na quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental, mas sem oferecer as bases materiais de uma aprendizagem adequada, bases estas que implicam prédios adequados, bibliotecas, laboratórios, espaços de lazer e cultura, tempo do aluno na escola e professores com excelente formação geral e específica e dignamente remunerados – o que lhes permitiria atuar numa só escola e com carga horária dividida entre aulas, organização de materiais, atendimento aos alunos que precisam de apoio e estudo etc.

Portanto, se a melhoria da qualidade das nossas escolas públicas, no que se refere a infraestrutura física e valorização dos profissionais, com melhoria de salários e melhores condições de trabalho da educação acompanhassem o mesmo desenvolvimento dos avanços quanto ao número de matrículas e pessoal da educação, as políticas desse período teriam sido mais efetivas. Ainda analisando as políticas educacionais dos anos 2000, discorreremos sobre as principais ações desenvolvidas no governo período de 2011 a 2016, voltadas para a educação pública.

2.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 2011-2016

Antes de adentrarmos nas políticas educacionais voltadas para a educação básica, é importante enfatizar que tanto no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014), quanto no segundo (2015-2016), pode-se afirmar, que no âmbito da educação, o foco do governo foram as políticas educacionais voltadas para o ensino superior e a educação profissional (WALDOW, 2014), com programas voltados para o ensino técnico. O de maior impacto no Governo foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado em maio de 2011 e transformado na lei nº 12.513/2011, em outubro. De acordo com o portal do MEC o Programa tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Dentre seus objetivos encontram-se a expansão das redes federal e estaduais de EPT, a ampliação da oferta de cursos a distância, a ampliação do acesso gratuito a cursos de Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas e privadas, a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e a difusão de recursos pedagógicos para a EPT. (BRASIL, 2018).

Pelos seus objetivos, percebe-se que expandir a Educação profissional técnica (EPT) no país é uma bandeira prioritária do governo e de mais uma vez investir na formação para o mercado do trabalho. O público alvo ao qual o programa se destina, conforme art. 2º da lei 12.513/2011, além de alunos do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive da EJA, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante que

tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, revelam a intenção em atender uma minoria marginalizada além de pessoas em situação de risco por causa do desemprego. É possível perceber a intenção do governo em inserir esse público no mercado do trabalho, a partir da lógica tecnicista e sem compromisso com uma formação crítica. Dessa forma, é preciso reflexões mais profundas sobre o programa.

No que se refere a educação básica, merece destaque no governo Dilma a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), em 2014-2024, Lei nº 13.005/2014 que já também sofreu críticas porque deveria ter sido aprovado ainda no ano de 2012, mas foi postergado até 2014. O PNE define objetivos e metas para o ensino infantil, básico e superior. Iremos nos deter nesse texto, nas descrições do plano voltadas especificamente para a educação básica. Ainda no texto de apresentação do PNE, estão descritas as diretrizes centrais:

O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais. De acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto. (BRASIL, 2014, p. 7).

O texto aponta três pontos a serem superados a partir do plano, problemas bastante antigos no país: erradicação do analfabetismo, melhoria da qualidade da educação e valorização dos profissionais da educação. O texto também reforça o regime de colaboração, mencionado na CF 1988 e na LDB 9.394/96, chamando a responsabilidade das unidades federativas para a soma de esforços para superação das dificuldades educacionais do país, uma vez que o plano surgiu como uma tentativa de unificar um plano nacional para que a partir dele os estados e municípios elaborassem os seus, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do PNE.

O Plano é constituído de 20 metas a serem cumpridas até o final de sua vigência, voltadas para a universalização e ampliação do acesso, qualidade e equidade em todos os níveis e etapas da educação básica, e à luz de diretrizes como a superação das desigualdades, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática. No que se refere ao investimento o plano prevê 10% do PIB do país, um valor bastante expressivo para o cumprimento das metas.

Além de um bom financiamento, o plano prevê para a educação básica, a universalização da educação infantil até 2016, para o atendimento das crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliação de até 50% das crianças de até 3 anos de idade, ampliando também o número

de creches para que esse atendimento ocorra em um lugar adequado à idade das crianças; universalizar o ensino fundamental e médio, educação especial, oferta de educação integral, valorização do professor, entre outras como a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb.

O cumprimento das metas será monitorado pela sociedade civil e movimentos sociais e órgãos do governo, tais como: Ministério da Educação (MEC), Comissões de Educação da Câmara e Senado, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional de Educação (FNE). O Observatório PNE (www.observatoriopne.org.br), site criado com esse objetivo de acompanhamento do cumprimento das metas, é uma ferramenta de controle social que traz indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano, além de análises, um extenso acervo de estudos, pesquisas, notícias relacionadas aos temas educacionais por ele contemplados e informações sobre políticas públicas educacionais. O site apresenta resultados por meta e ainda emite relatórios por localidades, dessa forma, toda a comunidade pode acompanhar e fiscalizar, inclusive os dados do seu estado ou município.

Após essas considerações é possível constatar que as metas apresentadas pelo plano visam a melhoria na educação, em uma proposta de democratização do ensino, no entanto, não podemos deixar de destacar a atual conjuntura econômica e política do país, após o *impeachment* da presidente Dilma. A crise financeira no país revela um retrocesso na educação. O atual governo, assumido por Michel Temer, por meio do Projeto de emenda constitucional – PEC nº 241/2016, transformada na Emenda constitucional nº 95/2016⁶, suspendem temporariamente o gasto mínimo estabelecido pelo Plano. Como observa Sanfelice (p. 132):

A PEC 241/2016 é um tiro de misericórdia em um paciente moribundo. É como tirar da veia o pouco de sangue que ali se encontrava. Se as garantias constitucionais de hoje, para o financiamento da educação, se demonstram distantes das necessidades reais, suspender temporariamente o princípio do gasto mínimo, é ignorar por completo, a agenda do PNE. Por tabela, amplia-se o campo para a privatização do ensino escolar.

A EC 95/2016 além de reduzir os gastos em educação ainda congela esse valor por 20 anos, conforme §1 do Art. 107. Tal medida representa um retrocesso na educação que passa a sofrer as consequências da falta de verbas, levando as unidades escolares a limitarem os gastos, executando-os dentro das necessidades mais urgentes.

⁶ A Emenda Constitucional nº 95, foi aprovada em 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Dessa forma, reduz os gastos em educação por um prazo de 20 anos.

O governo Dilma também deu continuidade ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), que desde o ano de 1998 funciona como apoio à gestão escolar por meio de planejamento participativo, visando auxiliar as escolas públicas a melhorar sua gestão. O programa é fruto de um apoio firmado com o Banco Mundial, que financia verbas com objetivo de melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças da escola.

Até 2005, o programa era destinado exclusivamente às unidades escolares de ensino fundamental localizadas nas chamadas "Zonas de Atendimento Prioritário" (ZAPs) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estas zonas eram escolhidas entre aquelas com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e abrangiam um número restrito de escolas e municípios (em média, 3.800 escolas e 450 municípios, entre 2000 e 2007). (BRASIL, PDE ESCOLA, 2018).

Em 2007, após a divulgação do resultado do primeiro Ideb, o programa foi ampliado para as escolas que apresentaram um resultado insatisfatório no índice. Dessa forma, o Ministério da Educação entendeu que essas escolas também precisariam estar incluídas no PDE Escola⁷, a partir de então o Ideb passou a ser um parâmetro para participação no Programa. Tal decisão levou a um crescimento no número de escolas atendidas, que chegou em 27.885 escolas da rede estadual e municipal atendidas, de acordo com o MEC. Em 2011 foram 22.002 escolas o que correspondia a 17% da rede pública, um número bastante expressivo.

A pesquisa “Efeitos do PDE-Escola nos Resultados Escolares”, realizada em 2014, liderada pela pesquisadora Fátima Alves, com o apoio da Fundação Lemann e do Itaú BBA, apontou que o Programa não apresenta efeitos consistentes sobre os resultados escolares e que seu efeito maior está apenas associado ao repasse de recursos. Os resultados da pesquisa revelam que o maior problema do programa foi a sua implementação. Os efeitos positivos foram encontrados apenas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, considerados estados com maior capacidade de organização e de gestão das escolas, com políticas de formação de diretores. Destacaremos os aspectos apontados pela pesquisa que podem explicar esse resultado:

- Tempo: Programa repassa recursos somente por dois anos, o que pode favorecer ações de curto prazo ou menos ambiciosas;
- Valor: Se comparado com as experiências de outros países, o recurso disponibilizado é baixo. Por exemplo: No Brasil, PDE entrega a uma escola

⁷ A expansão do PDE Escola envolveu a mobilização de diversos atores sociais, em especial, as secretarias de educação estaduais e municipais. Entre setembro e novembro de 2007, foram realizados 14 encontros destinados a disseminar e pactuar a implementação do programa com os dirigentes dos estados e municípios cujas escolas integravam o conjunto de escolas priorizadas. Em 2009, mais de 10 mil técnicos das secretarias de educação e diretores de escolas foram formados na metodologia, em 127 turmas. Em 2009, pouco mais de 17 mil pessoas receberam a formação, em 175 turmas espalhadas pelo país, totalizando mais de 27 mil pessoas capacitadas. Neste mesmo ano, foram realizadas reuniões de trabalho com as coordenações estaduais, visando ajustar a sistemática de análise e aprovação dos planos.

em torno de R\$ 3.250 por mês se o plano for aprovado. Se comparado com a Lei SEP do Chile (efeito positivo de baixa magnitude), o valor do recurso é baixo, já que as escolas chilenas recebem cerca de R\$ 28 mil reais por mês;

- Apoio: O PDE-Escola tem um manual explicativo para a utilização do instrumento, mas não há visitas para a assistência técnica;
- Penalidades: Não há nenhuma consequência sobre o cumprimento ou não das ações do plano. Isso poderia induzir à elaboração de planos menos ambiciosos;
- Expansão: Nos últimos anos houve uma grande expansão de escolas atendidas, o que também poderia diminuir as exigências para a aprovação dos projetos. (ALVES et al., 2014, p. 27).

A pesquisa apontou a fragilidade dos estados no que se refere a gestão escolar e como aponta o resultado do relatório há problemas na implementação do Programa que necessitaria de mais verbas e monitoramento constante por parte do MEC. De modo geral, o programa foi apontado no relatório com mais efeitos negativos do que positivos.

O governo Dilma também deu continuidade ao Programa Brasil Alfabetizado, iniciado em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula. O programa tem como objetivo: Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Como vimos anteriormente o número de analfabetos no país de pessoas com idade acima de 15 anos ainda é bastante alto. De acordo com Libaneo (2014), em plena segunda metade do século XXI, o Brasil ainda possui 13 milhões de analfabetos. O Programa é desenvolvido em todo o país com atendimento prioritário aos municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, 90% destes, localizados na região nordeste.

Apesar dos esforços das políticas educacionais voltadas para a redução da taxa de analfabetismo no país, uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2016 revela que o nordeste continua apresentando a maior taxa de analfabetismo do país, com 14,8%, e que o Brasil ainda possui mais de 11 milhões de analfabetos:

No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). Na faixa de 60 anos ou mais de idade, a taxa atingiu 20,4%. A região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), quase quatro vezes maior do que as taxas do Sudeste (3,8%) e do Sul (3,6%). Já na região Norte, essa taxa foi de 8,5% e no Centro-Oeste foi 5,7%. A meta 9 do Plano Nacional de Educação para 2015, que previa a redução desse indicador para 6,5%, só foi alcançada para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A taxa de analfabetismo para os homens com 15 anos ou mais de idade foi de 7,4% e para as mulheres 7,0%. Entre as pessoas de cor preta ou parda (9,9%) a taxa foi mais que o dobro das pessoas de cor branca, (4,2%). Entre os idosos de 60 anos ou mais, essa taxa foi de 11,7% para a população branca e 30,7% para os pretos e pardos.

Os dados acima revelam a falta de eficiência das políticas educacionais voltadas para a solução desse problema que vem se arrastando por séculos no nosso país. Os modelos de ensino

em sua maioria sem inovações não motivam a classe mais atingida pelo analfabetismo que entendem que não há razão para continuar na escola. Muitos desses estudantes após procurarem a escola acabam se afastando da mesma por falta de estímulos, pois estão convencidos de que não adianta continuar na escola. Outra ideologia perpetuada no país é a concepção de que os menos favorecidos não dispõe de condições para aprender e que nasceram para servir como mão-de-obra barata no mercado de trabalho. Dessa forma, entendem que o trabalho é mais importante do que os estudos que são vistos apenas como perda de tempo.

Após essas considerações, julgamos pertinente a apresentação do quadro elaborado por Santos (2016) que faz um levantamento das ações e programas desse governo, voltados para a Educação básica. Vale ressaltar que foram acrescentadas informações das ações e programas dos anos de 2013 a 2016, tendo em vista que o quadro apresentado por Santos (2016) trazia o levantamento até o ano de 2012, que correspondia ao recorte temporal de sua pesquisa.

Quadro 12 - Levantamento de Programas/Ações do Governo Federal para Educação Básica - 2011-2014, 2015-2016.

Gestão	Ações, Políticas e Programas*
	2011-2016**
Dilma Vana Rousseff	<p>Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Form. Gestar -Formação Continuada de Profissionais – EF Profissionais da Ed Básica / Programa Escola de Gestores</p> <p>Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Ed Infantil</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ens Fundamental e Ens. Médio - Programa Ensino Médio Inovador (Proemi)/ Programa de formação esportiva (atleta na escola – jovens de 12 a 17 anos)</p> <p>Apoio à Gestão dos Planos de Cargos e Carreiras</p> <p>Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino, Conselho de Acompanhamento Fundef, Pró-Conselho, Pradime/ Olimpíadas Escolares, Olimpíadas de Ciências, Língua Portuguesa, Feiras e Demais Eventos Científicos</p> <p>Base Nacional Comum Curricular</p> <p>Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio/ Promoção a valorização dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas</p> <p>Plano de Ações Articuladas (PAR) / Política Nacional de Educação Infantil/PNEI/ Prêmio/Seminário Prêmio Professores do Brasil/ Prêmio Inovação/ Educadores do Brasil</p> <p>Projoven Urbano/ Plano Juventude Viva</p> <p>Programa Brasil Alfabetizado/Escolarizado/ Programa Brasil Carinhoso/ Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).</p> <p>Programa Caminho da Escola</p> <p>Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)</p> <p>Programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind)</p> <p>Programa Dinheiro Direto na Escola PDE – Escola / Programa Nacional Biblioteca na Escola – (PNBE)/ Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)</p> <p>Programa de Desenvolvimento Acadêmico Addias Nascimento</p> <p>Programa de Disseminação de Tecnologias Educacionais/Programa de Informática na Escola (Proinfo)</p> <p>Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação/ Programa de Implantação de Recursos Multifuncionais (SRMs)/ Programa <i>Virtual Vision</i></p> <p>Programa Escola Ativa /Programa Mais Educação/ Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC/</p> <p>Programa Escola de Terra</p>

	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)/ Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Programa Nacional de Bolsas de Iniciação à docência – Pibid Programa Nacional de Mestrados Profissionais. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) / Gestão escolar indígena Programa Saúde na Escola (PSE) e Capacitação para Promoção da Saúde na Escola Pró-Letramento/ Prova, Provinha Brasil, Enen (SAEB) / Rede Nacional de Formação de Professores – Parfor
--	---

Fonte: Santos (2016), Relatórios MEC/SEB, 2011, 2012, 2013, 2015, disponíveis no site www.mec.gov.br. Quadro elaborado por Santos até o ano de 2012, com acréscimo, pela autora, de ações, programas dos anos de 2013 a 2016, que correspondem a periodização investigada nesta pesquisa.

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.
** Periodização de acordo com período investigado da pesquisa.

O quadro 12 com o levantamento das ações, programas do Governo Federal, no período 2011 a 2016, evidencia que toda a educação básica foi privilegiada, desde a educação infantil ao ensino médio, perpassando também pelas modalidades de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação no Campo, com ações específicas para o desenvolvimento e também formação inicial e continuada de docentes, além de programas voltados para formação superior dos docentes, como o Programa Mestrado Profissional. Por meio dos relatórios de gestão do MEC/SEB, fica evidente que as ações e projetos estão devidamente articuladas com as metas do PNE 2011-2020 e são criados objetivando o cumprimento das mesmas.

Nossa intenção com o quadro não é de detalhar, mas de apresentar uma visão geral das políticas educacionais dessa gestão para a educação básica. Fica evidente que durante esse período várias ações foram desenvolvidas, no entanto, como já destacado anteriormente o governo Dilma deu especial atenção à educação profissional e tecnológica e, portanto, sofreu críticas por dar pouca atenção ao ensino básico. Vários programas desenvolvidos sofreram problemas de implementação e não obtiveram um resultado satisfatório.

Não podemos descartar o fato do processo de *impeachment* sofrido pela presidente em 2016 que trouxe como consequências rupturas de direitos sociais incluindo os direitos a educação.

Se já eram limitadas e contraditórias as políticas educacionais adotadas nos governos da presidenta Dilma, agora, as primeiras medidas anunciadas pelo interino Michel Temer objetivam desconstruir todo o empreendimento político-institucional que, ancorado na Constituição Federal de 1988, permitiu-nos avançar em termos de igualdade e de reconhecimento, ainda que lentamente. (EDITORES DA REVISTA SOCIAL, 2016, p. 1).

Em síntese, se, por um lado percebemos a atuação dos reformadores empresariais atuando no âmbito governamental para impedir mudanças significativas nas políticas educacionais que venham a prejudicar suas propostas de mercado para a educação brasileira, por outro é pertinente mencionar o enfrentamento por parte dos que lutam pela melhoria da educação no país: movimentos sociais populares, organização de educadores democráticos contra as políticas neoliberais, que pela luta, alcançaram conquistas significativas, tais como:

[...] a ampliação do financiamento via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Piso do Magistério, as Conferências e os Fóruns de Educação, o PNE 2014-2024, os Indicadores de Qualidade na Educação, as políticas de cotas sociais e raciais combinadas à expansão do acesso às universidades e instituições públicas de Ensino Superior, a elevação significativa dos investimentos federais em educação e outras mais. (EDITORES DA REVISTA SOCIAL, 2016, p. 5).

Com essas ameaças aceleradas sofridas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) é necessário ainda mais forças de enfrentamento para continuar essa luta pelas conquistas asseguradas pela CF 1988, que estão sendo usurpadas por um governo golpista que não está preocupado com o retrocesso educacional ao qual estamos passando, por conta de disputa entre o público e o privado, que ameaçam a democratização do ensino e revela a descaracterização de um projeto inicial do Partido dos Trabalhadores para a educação brasileira.

Após esse olhar geral do contexto educacional brasileiro a partir da reforma do Estado nos anos de 1990 até os anos 2000, passaremos agora a discorrer sobre as políticas educacionais em âmbito municipal, a partir do processo de descentralização da educação e da municipalização do ensino. Tais políticas, a partir da reforma do Estado, da CF 1988 e LDB 9.394/96 foram redimensionadas para a autonomia dos entes federados, em especial dos municípios.

2.4 O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA EDUCACIONAL NO ÂMBITO MUNICIPAL: DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA

De acordo com Martins (2011, p. 28) ao analisar a estrutura de gestão e planejamento das políticas públicas pelo Estado moderno, percebe-se que já não respondem com eficiência, necessitando de um redimensionamento dessas políticas “diante da incapacidade do Estado em sustentar o ritmo de expansão de seus serviços, sem a perda da qualidade”. É preciso pensar um

modelo federativo onde a cooperação entre as unidades assuma em regime de colaboração suas responsabilidades políticas, administrativas e financeiras.

A discussão sobre o processo de descentralização no Brasil tem seu ápice com a Constituição Federal de 1988, quando em seu art. 211 se propõe uma organização do sistema como sendo de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo Regime de Colaboração e mais tarde, no que se refere a Educação, essa descentralização é fortalecida pela LDB – Lei nº 9.394/96, mas, se consideramos a história brasileira quanto ao processo de federação e descentralização, já era uma discussão que ocorria desde o período colonial (CUNHA, 2009). No Brasil imperial se pensava em delegar mais autonomia às capitanias e às províncias, no entanto, nunca houve uma divisão formal, apesar de haver atribuições por parte do governo.

Oliveira e Teixeira (2001, p. 136) observam que nas décadas de 1950, 1980 e 1990 o tema da descentralização foi mais discutido do que em outras décadas. Isto ocorreu devido os “fluxos e refluxos na produção de conhecimentos sobre a temática”, por “razões históricas, econômicas, políticas e sociais”. O Ato Adicional de 1834 consagra a descentralização do ensino, considerada na época, como questão fundamental para a democratização, pois haviam fortes pressões dos municípios “por maior participação conjugadas com interesses das demais esferas do governo de desobrigar-se dos encargos educacionais assim como movimentos da sociedade civil por maior acesso e permanência na escola.” (OLIVEIRA E TEIXEIRA, 2001, p. 136).

Quanto à descentralização em âmbito educacional, na década de 1990, sustentava-se a ideia de que a municipalização da educação, com a autogestão dos municípios seria um dos possíveis caminhos para o desenvolvimento educacional do país. O ensino infantil e o fundamental seriam questões prioritárias, no entanto, era necessário que houvesse colaboração mútua em âmbito social, institucional, organizativo e administrativo entre os organismos dos governos federal, estadual e municipal bem como a participação da sociedade civil organizada (BOTH, 1997).

A municipalização tem na autogestão da educação – ensinos pré-escolar e fundamental – no e pelo município seu ingrediente básico. Como autogestão, é condição *sine qua non* a autonomia administrativa com competências e recursos necessários, e como educação, faz-se indispensável uma efetiva interação entre as áreas sociais de ensino (escola), saúde, previdência social, assistência social e serviços básicos, com vistas a atingir o educando em sua totalidade, como uma questão pluridimensional, em que sua realidade como indivíduo ao mesmo tempo como “ser com os outros” possa encontrar eco. (BOTH, 1997, p. 9).

As discussões a respeito da municipalização ocorriam em torno das parcerias com a distribuição de competências, não bastando somente a descentralização administrativa, em que cada um cumpre seu papel determinado, mas uma relação de colaboração, com interação de áreas sociais estratégicas, como saúde, assistência social, previdência e serviços básicos, sem que uma esfera usurpasse a autonomia da outra. Dessa forma caberia ao município, com participação efetiva da sociedade organizada, a iniciativa pelo processo de municipalização da educação. Both (1997, p. 11) afirma que “[...] a viabilidade de uma municipalização da educação torna-se por certo verdadeiramente efetiva quando acompanhada devidamente pela União e pelos estados”.

Governos e sociedade organizada conjugam esforços no sentido de viabilizar uma municipalização da educação que gere educação como produto e provoque como resultado mudança comportamental e bem-estar social aos educandos, diretamente, e aos familiares e/ou responsáveis e à sociedade diretamente. (BOTH, 1997, p. 11).

A partir das considerações de Both (1997) entendemos que o processo de municipalização só terá viabilidade com a cooperação das três esferas de governo e com a participação efetiva da sociedade organizada. O município precisa funcionar como esfera decisória na tomada de decisões por estar bem próximo às necessidades da população. Da mesma forma, a sociedade está próxima ao governo, podendo acompanhar e cobrar quanto a efetivação das políticas educacionais no município.

Both (1997, p. 13) observa que o processo de municipalização não é simples. São muitos os obstáculos a serem superados, tais como: carência de recursos, barreiras centralizadoras de gestão, posicionamentos adversos por parte de entidades e administradores, além de diversidade de interesses políticos, entre outros. Tais obstáculos quando não enfrentados com maturidade administrativa por parte do município podem ser decisórios para a não efetivação da municipalização do ensino.

“A descentralização do ensino pode ser estudada sob três âmbitos – administrativo, econômico – financeiro e curricular – pedagógico” (HEVIA, 1991, apud OLIVEIRA E TEIXEIRA, 2001, p. 136). No Brasil a descentralização inicia na esfera administrativa, conforme prevê o Ato Adicional, somente com a Constituição de 1934. Vai ocorrer no âmbito financeiro e curricular em 1961 com a Lei 4024/61. Em 1971, com a promulgação da Lei 5.692/71 a descentralização ganhou destaque. No parágrafo Único do Artigo 58 há a introdução da ideia de transferência de responsabilidades educacionais para os municípios. As autoras observam, amparadas em Chagas (1978, p. 275) que esse documento legal foi importante para

reforçar o movimento “lento mais constante de afirmação dos próprios Municípios brasileiros” quanto à definição das responsabilidades com o ensino brasileiro.

É, portanto, no governo de Fernando Henrique Cardoso 1995-1998 e 1999 a 2002 que as políticas educacionais foram se adequando a uma gestão descentralizada. Os Estados e Municípios, em regime de colaboração, assumem a responsabilidade com a educação infantil, a educação básica e fundamental e o ensino médio. Conforme Souza e Faria (2004) com a CF de 1988, os municípios puderam organizar seus próprios sistemas de ensino de forma autônoma, incluindo formulação de políticas educacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ao analisar as políticas sociais no Brasil, no que se refere à descentralização nesse período do estado federativo, Arretche (1999, p. 112) afirma que:

No Estado federativo brasileiro pós-1988, estados e municípios passaram a ser, de fato, politicamente autônomos. Isto implica que os governos interessados em transferir atribuições de gestão de políticas públicas devem implementar estratégias bem-sucedidas de indução para obter a adesão dos governos locais.

Em 1996 foi aprovada a Emenda Constitucional 14/96, que direcionava os gastos com o ensino por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundef. A emenda dá mais impulso ao processo de municipalização, sendo regulamentada mais tarde pela Lei 9424/96 e reforçada mais tarde pela nova LDB 9.394/96, “a qual veio disciplinar os gastos com o ensino, Arts. 70 e 71, bem como expressou os princípios orientadores da gestão do ensino municipal, Arts. 11, 18 e 87” (OLIVEIRA e TEIXEIRA, 2001, p. 138). O fundo funcionou como instrumento fomentador central do processo de municipalização do Brasil.

Nos municípios que passaram a utilizar o fundo ocorreram mudanças na dinâmica de gestão da educação, verificada na gestão das unidades escolares, com ampliação considerada dos serviços e no próprio processo de ensino. Diversas pesquisas apontaram para o aumento quanto ao número de matrículas.

Por outro lado, Souza e Faria (2004) analisam que o processo de implantação do Regime de Colaboração nem sempre levou em consideração os limites e possibilidades dos Estados e Municípios em assumirem determinadas atribuições. Era primeiramente necessário se eles dispusessem de capacidades administrativas, culturais, demográfica, entre outros, para que de fato pudessem assumir.

Por isto, ao abordar-se a problemática da descentralização, enquanto estadualização e/ou municipalização, duas vertentes devem ser consideradas: a da ótica interna ao próprio Estado federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e a dos vínculos existentes entre Estado e Sociedade. A qualidade democrática das relações

em tela, tanto no âmbito interno às três instâncias governamentais, como na esfera do binômio Estado-Sociedade, historicamente hierarquizado, é que irá determinar se houve realmente transferência do poder decisório, ou o simples deslocamento de problemas e encargos, que implicam, muitas vezes, privatização dos serviços públicos. (SOUZA E FARIA, 2004, p. 931).

As autoras chamam a atenção para o fato de haver uma distribuição efetiva do poder decisório e não somente uma mera execução de tarefa por parte do município que somente acata as determinações do Estado e da Federação. Sem as devidas condições não há como exercer a autonomia e de efetivar o poder decisório.

Arretche (1999) analisa que devido as desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa de seus governos são fatores determinantes na efetivação da descentralização, mas não só esses, como também, as políticas a serem assumidas pelos governos locais, “tais como o legado das políticas prévias” das políticas sociais já pré-determinadas pelo governo federal, que resultam em obstáculos para concretização da descentralização e o município termina por continuar dependente do apoio do governo estadual e até mesmo federal ou seja:

[...] nas condições brasileiras não é suficiente que a União se retire de cena para que, por efeito das novas prerrogativas fiscais e políticas de estados e municípios, estes passem a assumir de modo mais ou menos espontâneo competências de gestão. (ARRETCHÉ, 1999, p. 112).

A partir dessas considerações compreende-se a complexidade do processo de descentralização no Brasil. Os fatores apontados por Arretche (1999) são de fundamental importância quando se analisa a política educacional de um município. As questões de fundo, assim definidas por Hofling (2001) precisam ser compreendidas, bem como o trajeto de municipalização percorrido por dado município. Os autores apontam que os caminhos para a municipalização no país são diversos, ou seja, cada município com sua especificidade que pode ser identificada por meio do exame de suas ações, projetos e programas educacionais. Cunha (2018, p. 3) reforça que: “a municipalização do ensino vem ocorrendo no Brasil em diferentes graus de amplitude e em diferentes setores, pela constituição de redes/sistemas de ensino e pela participação dos municípios em programas e projetos comuns com outras redes ou sistemas”.

Ao considerar essas questões conceituais do processo de descentralização e autonomia no Brasil e da municipalização do ensino, sintetizaremos, a seguir, os primeiros passos da municipalização do ensino no estado do Pará e no município de Itaituba por apresentarem questões fundamentais que serão retomadas no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa.

2.5 MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ E NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA: OS PRIMEIROS PASSOS

Em âmbito estadual o processo de municipalização teve seu início em 1996, durante o primeiro mandato do governado de Almir Gabriel (1995-1998) e de acordo com Gutierrez (2012) perdura no Plano Estadual de Educação, referente ao segundo mandato de Almir (1999-2002). Em agosto de 1996 a Seduc Pará apresentou sua proposta de municipalização, em três etapas, conforme quadro 13, partindo da premissa de melhoria na gestão da educação:

Quadro 13 – Proposta de Municipalização do Ensino do Estado do Pará

Etapas	Ações	Número de escolas	Período
1ª	Priorização para o ensino pré-escolar e do grau menor do grau menor (1ª a 4ª série)* que ainda estavam sob responsabilidade da rede estadual. Nesta etapa a municipalização dar-se-á nas escolas que são exclusivamente de pré-escola e/ou 1ª a 4ª série que estejam localizadas na zona urbana ou na zona rural, independentemente do número de salas ou das turmas serem ou não multisseriadas. As escolas de 1ª a 4ª séries associadas a 5ª a 8ª séries ou qualquer outra faixa de ensino não serão incluídas nesta etapa, por motivo de gerenciamento da escolas para não haver divisão entre estado e município.	2.389 77, 6% do total de escolas em funcionamento.	1996 a 1999
2ª	Municipalização das escolas de 1ª a 4ª séries associadas à 5ª a 8ª séries do 1º grau e/ou pré-escolar, independentes de estarem ou não associadas ao 2º grau. No caso das escolas com 2º grau associado, será estabelecido um convênio para o funcionamento e a Seduc ficará apenas responsável pelo ensino do 2º grau.	554 17,3% do total de escolas em funcionamento.	2000 a 2002
3ª	Municipalização das escolas que funcionam com turmas exclusivas de 5ª a 8ª série, de forma associada ou não ao 2º grau. Da mesma forma o estado ficará responsável pelo ensino de 2º grau até que haja a separação completa.	163 5,1% do total de escolas em funcionamento.	2003

Fonte: SINTEP/PA, 1996.

Elaborado pela autora, 2018.

*O grau menor hoje representa o ensino fundamental menor de 1º ao 5º ano.

A proposta de municipalização apresentada pela Seduc/Pará, conforme quadro 13, parte de situações de menos para as mais complexas, em termos de gerenciamento das escolas. Na 1ª etapa, em geral no ensino pré-escolar e de 1ª a 4ª séries, possuem apenas um professor para cada série com um número de disciplinas menor do que do 1º grau maior⁸, além de apresentar escolas de menores, com menos número de salas e em um único prédio, portanto, de menor complexidade para o gerenciamento municipal inicial, em um período de 4 anos (1996 a 1999),

⁸ O primeiro grau maior corresponde hoje do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, conforme LDB 9.394/96 Antes era da 5ª a 8ª séries.

sendo 10% do total dessas escolas ainda em 1996, 50% em 1997, 30% em 1998 e 10% em 1999. (SINTEPP, 1996).

A segunda etapa já compreende um pouco mais de complexidade, pois deverá ser realizado inicialmente um regime de convênio nas escolas com 2º grau⁹ associado e em seguida deverá ser pensado na responsabilidade do prédio escolar, se passará para o município ou se permanecerá no estado. Conforme quadro 13 esta etapa teria até o ano de 2002 para concretização.

A terceira e última etapa, escolas com 1º grau maior, associadas ao 2º grau, com um número menor de escolas, 163 compreendia às escolas, também teriam que iniciar com o regime de convênio para que o município assumisse somente a responsabilidade do 1º grau.

Para execução dessas ações, outras três importantes etapas operacionais precisavam ser tomadas: a primeira delas era a apresentação para esclarecimentos do projeto. A segunda compreendia as ações que antecedem a municipalização tais como:

Reorganização interna das escolas estaduais das zonas urbana e rural quanto à documentação escolar, processo de regularização da escola; conferência de alunos, reajuste de turmas, levantamento da situação patrimonial (física e dos equipamentos de imobiliários da escola), diagnóstico da situação pedagógica da escola; levantamento da situação funcional dos servidores efetivos e temporários enfim, um assessoramento técnico-pedagógico visando preparar as escolas da rede estadual para serem transferidas para a rede municipal. (GUTIERRES, 2012, p. 197).

A terceira etapa compreendia a análise dos documentos legais para assinatura do termo de convênio de municipalização para em sequência realizar em regime de comodato a cessão dos imóveis e móveis e equipamentos da rede estadual para a municipal. A última etapa compreendia ao repasse do Fundef para as prefeituras, referentes aos alunos que antes pertenciam a rede estadual.

Tabela 10 - Municípios da mesorregião do Sudoeste paraense que Municipalizaram o ensino – 1997 a 2004.

Nº	Município	Número do Convênio	Número de Escolas	Número de Servidores	Número de Alunos	Valor
1	Senador José Porfírio	005/97	1	15	1.779	286.650,01
2	Brasil Novo	007/97	34	37	2.301	712.845,03
3	Medicilândia	010/97	58	156	4.958	1.558.095,00
4	Uruará	012/97	69	80	6.292	1.775.655,00
5	Vitória do Xingu	024/97	14	34	1.384	359.415,02
6	Anapu	025/97	29	26	2.332	449.843,52

⁹ O 2º grau corresponde hoje ao Ensino Médio, conforme LDB 9.394/96.

7	Altamira	002/98	29	233	10.744	1.672.387,50
8	Pacajá	007/98	25	27	2.794	559.440,59
9	Itaituba	024/98	42	173	18.113	2.083.095,01
10	Jacareacanga	025/98	10	14	1.852	228.217,51
11	Novo Progresso	027/98	4	5	2.063	292.004,97
12	Trairão	036/98	15	22	1.745	216.247,51
13	Rurópolis	006/99	103	76	8.238	779.271,69
14	Aveiro	001/02	13	114	1.870	535.778,80
			446	1.012	66.465	11.508.947,16

Fonte: GUTIERRES, 2005. CODES/SEDUC.

Conforme tabela 10 todos os 14 municípios da mesorregião do Sudoeste Paraense aderiram à municipalização do ensino até 2014. O município de Itaituba aderiu a municipalização do ensino em 1998, pelo convênio 024/98. Apesar de não está entre os municípios da mesorregião do Sudoeste paraense com maior número de escolas transferidas, como Rurópolis com 103, Uruará com 69, a quantidade de alunos transferidos pela rede estadual foi de 18.113. Uma quantidade bem maior do que os municípios com mais escolas. Dessa forma foi o município que recebeu mais recursos. Altamira foi o município que mais recebeu servidores transferidos: um total de 233, superando até mesmo Itaituba que recebeu 173. De acordo com Gutierrez (2005, p. 211), os 446 prédios estaduais que foram municipalizados representavam 34,8% dos 1.278 estabelecimentos de ensino na mesorregião.

É notório no município de Itaituba o impacto da municipalização do ensino e o crescimento do número de matrículas no ensino fundamental, como veremos na seção seguinte detalhadamente sobre o Panorama da Educação no município, no entanto, não houve evolução na oferta do ensino médio. Atualmente, em 2018, são apenas seis escolas, sendo que duas funcionam em regime de convênio com escolas particulares e o número de matrículas permanece estagnado. Tais dados revelam que o problema de implantação do Fundef que privilegiou o ensino fundamental em detrimento dos outros níveis de ensino, como o ensino médio, foi impactante no município, que sofre ainda hoje com o descaso por parte do governo estadual que investe pouco no nível de sua responsabilidade.

São casos como esses que podemos avaliar uma falha na descentralização da educação, que em vez de estar ocorrendo de forma colaborativa, em que estado e município são responsáveis pelo ensino básico como um todo e não apenas com desconcentrações de atribuições, indo de encontro ao que prevê o Art. 211 da CF de 1988 e o Art. 8º da LDB 9.394/96 que diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

A tabela 11 apresenta as transferências constitucionais partilhados pela União com o município de Itaituba no período de 1997 a 2010, com destaque para as transferências do Fundef/Fundeb, destinadas ao investimento em educação.

Tabela 11 – Transferências constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEF/FUNDEB 1997-2010 (R\$ 1,00) para o Município de Itaituba/PA.

Anos	Transferência do ICMS	Transferência do FMP	Transferência do IPI	Transferência do FUNDEF/FUNDEB	TOTAL
1997	1.407.693,54	9.999.495,11	160.364,08	1.512.113,13	13.175.873,70
1998	1.438.863,73	12.377.057,06	148.056,08	3.443.679,10	17.514.550,07
1999	1.718.842,91	12.653.001,03	147.424,06	8.280.515,10	22.989.294,97
2000	2.291.506,00	9.403.147,00	175.408,00	9.403.147,00	21.393.389,00
2001	2.601.135,64	11.546.841,65	175.367,17	11.389.442,11	25.853.335,82
2002	2.777.117,57	13.809.340,16	145.569,62	12.739.705,40	29.669.054,27
2003	3.492.164,67	13.011.467,99	122.718,59	13.927.104,95	30.841.355,48
2004	4.198.896,5	12.631.778,74	140.178,02	13.099.457,41	30.432.992,48
2005	5.395.315,81	14.165.651,11	171.826,95	17.549.331,37	37.744.996,59
2006	6.787.913,30	13.951.214,04	224.689,57	17.340.795,85	38.881.121,62
2007	7.870.498,8	13.921.477,96	287.637,33	23.997.640,39	46.660.718,51
2008	10.144.544,68	18.354.619,29	387.637,93	31.089.177,67	61.547.593,57
2009	10.434.203,47	17.079.958,07	299.109,10	35.673.862,05	65.528.366,78
2010	11.100.166,44	18.219.222,53	430.040,11	41.113.438,97	73.055.423,98

Fonte: SEFA, FAPESPA.

A constituição federal prevê a partilha de determinados tributos arrecadados pela União para os estados, o Distrito Federal e os municípios. As principais transferências constitucionais nessa categoria são os denominados Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE), constituídos de parcelas arrecadadas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI).

Destacam-se ainda como transferências constitucionais a Lei Complementar nº 87, de 1996, também chamada de Lei Kandir¹⁰, que tratou do repasse de recursos por conta da desoneração do ICMS incidente nas exportações, e as retenções e transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que centraliza parcela de tributos (20%) arrecadados por todas as esferas de Governo para aplicação naquele setor de acordo com regras preestabelecidas. O Fundeb

¹⁰ A Lei Kandir regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Feita pelo então ministro do Planejamento Antônio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, que já foi alterada por várias outras leis complementares.

ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação (BRASIL, 2018).

A tabela 11 aponta que o repasse inicial do Governo Federal, conforme dados da Sefa/Fapespa, do Fundef foi de R\$ 1.512.113,13, dobrando esse valor em 1998 para R\$ 3.443.679,10; em 1999, o valor também transferido destinado ao desenvolvimento à educação é quase que triplicado passando a R\$ 8.280.515,10. O valor transferido referente ao Fundef, transferidos até 2006 aumentaram gradativamente no município, conforme o aumento no número de matrículas, chegando a R\$ 17.340.795,85. A partir de 2007 o município passa a receber da União as transferências do Fundeb ainda com aumento anual, chegando em 2010 a um valor de R\$ 41.113.438,97 para o desenvolvimento da educação municipal.

É importante destacar que os dados da tabela revelam que a partir de 2000, os recursos do Fundef/Fundeb representam mais de 40% do total das transferências, o que significa que os recursos destinados à educação do município eram repassados pelo governo federal, cabendo às gestões à administração correta desses recursos.

A partir do exposto sobre os primeiros passos do processo de municipalização do estado do Pará e do município de Itaituba é preciso considerar que alguns pontos, dentre eles o fato dos municípios que aderiram à municipalização do ensino receberem recursos do Fundef levou a uma ênfase por parte dos prefeitos e parlamentares ao aspecto financeiro, motivando-os a assinarem o termo de convênio sem um prévio planejamento e sem reflexão sobre a complexidade da proposta. No caso de Itaituba, no início da implantação houve falta de planejamento conjunto para a evolução do ensino médio na mesma proporção do ensino fundamental. A falta de colaboração entre o estado e o município foi notável e o município sofre as consequências até os dias atuais.

Após essas considerações sobre as políticas educacionais a partir do contexto de 1990, com a Reforma do Estado, perpassando pelas primeiras discussões do processo de descentralização e autonomia e da municipalização do ensino, bem como do contexto do início dos anos 2000 apresentaremos na próxima seção o Panorama da Educação do Município de Itaituba, desde os primeiros caminhos percorridos pela educação escolar, focalizando no recorte temporal desta pesquisa (1997-2016).

3 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ITAITUBA

Nesta seção apresentaremos o panorama da educação escolar pública do município de Itaituba, a partir dos indicadores educacionais: número de matrículas, número de escolas e número de docentes, do atendimento estadual e municipal, no período pesquisado. Faremos um breve levantamento histórico da educação no município, a fim de contextualizar a educação escolar, apresentaremos os dados gerais do atendimento escolar e depois especificaremos por níveis e modalidades de ensino.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA

A partir dos aspectos históricos do município de Itaituba é possível perceber que o registro das primeiras instruções está estritamente ligado com a chegada dos jesuítas nesta região. Esta é uma característica marcante nas regiões amazônicas, em que as ordens religiosas desempenharam um importante papel “auxiliando a Coroa portuguesa no processo de conquista cultural da população nativa” (COLARES, 2011, p. 195). Portanto uma instrução caracteristicamente catequética, estritamente ligada com as questões mercantilistas de exploração da área, bastante rica em recursos naturais.

De acordo com os relatos de Tavares (1876), a instrução pública iniciou-se em Itaituba ainda no período republicano. Havia na Vila duas escolas, uma para alunos do sexo masculino, criada pela portaria de 21 de dezembro de 1862 e outra para alunos do sexo feminino, por ato de 05 de janeiro de 1871:

As duas escolas de instrução elementar se acham providas e são frequentadas por 25 alunos do sexo masculino e cinco do sexo feminino. A população da villa se limita a uns 200 indivíduos de ambos os sexos, mas de todo o município alcança a 3.600, sem neste algarismo compreender a população indígena que excede a 4.000. (TAVARES, 1876, p. 18).

Não foram encontradas mais informações a respeito dessas escolas no período republicano e nem para quem eram destinadas. Também não foram encontrados dados sobre a educação após essa data. Os dados encontrados já são a partir de 1900, conforme relatados a seguir.

A partir de 1920, o ensino era ministrado por uma professora conhecida como Nenem Sibony que reunia vários alunos de séries variadas e os ensinava em sua própria residência. As

primeiras escolas municipais foram construídas em 1936. Uma para meninos e outra para meninas. O ensino era ministrado somente de primeira a terceira série, nos turnos matutino e vespertino. (OLIVEIRA, 2012). Até a década de 1940, o ensino escolar em Itaituba era ministrado até o terceiro ano do curso primário nas poucas escolas do município. Na década de 1960 houve um avanço na Educação, com relação a formação de professores, com a chegada da Congregação Religiosa da Imaculada Conceição. As irmãs, com apoio dos governos estadual e municipal, fundaram o “Ginásio Normal Santana”¹¹, com oferta de curso primário completo. Na época os jovens concluintes recebiam o diploma de “Professor Regente”.

Em 04 de abril de 1965 foi criada a 1ª escola da Rede Estadual de Ensino, Escola Estadual Professora Alice Carneiro, em homenagem a umas das primeiras educadoras do município. A escola foi construída na gestão do Governador do Estado Jarbas Passarinho, mas segundo dados coletados do museu, a construção da Escola contou com a ajuda imprescindível da comunidade da época. Com a municipalização do ensino em 1998 a escola Alice Carneiro, através do Decreto nº EB 131/98 de 19 de Dezembro de 1998 passa a ser Escola Municipal. (OLIVEIRA, 2012). Na Gestão da Prefeita Eliene Nunes (2013-2016) a Escola Alice Carneiro foi desativada, pois apresentava problemas estruturais. A ação do governo em questão gerou muitas polêmicas no município, pois a escola representava um marco histórico e para muitos deveria ser conservado. De 1973 a 1976, apresentamos os seguintes dados, de acordo com o diagnóstico do IDESP (1977) sobre as unidades escolares:

¹¹ A criação de Escolas Normais públicas nas províncias teve de se acomodar ao ensino secundário ministrado nos Liceus, essencialmente masculinos e dedicados à preparação para o ingresso no ensino superior, e que tiveram sempre como modelo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas. Nesse confronto entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais, foram tentadas diversas formas de institucionalização nas quais os dois educandários acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo que foram se configurando como escolas distintas. Como resultado desse processo, sem solução de continuidade na transição do Império para a República, emerge durante a primeira década de nosso século, em todo o território nacional, uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas-modelo anexas destinadas à prática pedagógica, e que desencadearam o processo de profissionalização do nosso magistério primário.
Fonte: KULESZA (1998).

Tabela 12 – Unidades escolares por dependência administrativa e localização – rede municipal e rede estadual – Itaituba/PA - 1973-1976.

Dependência Administrativa e Localização	Unidades Escolares			
	1973	1974	1975	1976
Estadual	14	18	27	32
Zona Urbana	2	2	3	6
Zona Rural	12	16	24	26
Municipal	9	12	15	10
Zona Urbana	8	1	1	-
Zona Rural	1	11	14	10

Fonte: Seduc – 14ª Divisão regional de Educação/ Itaituba – Tabulações e cálculos: Idesp/ CSE

Os dados apresentados revelam que a maioria dos estabelecimentos de ensino pertencia a rede estadual de ensino. Outro fato importante é o número de escolas na zona rural do município, tanto na rede estadual quanto municipal, fortemente determinado pela economia do município voltada para atividades agrárias, em especial a extração do látex e produção da borracha que atraiu imigrantes de todas as regiões do país, se instalando principalmente na zona rural do município. Vale ressaltar também a falta de infraestrutura e fraco desenvolvimento da zona urbana de Itaituba na época em questão.

A extensão geográfica do município na época também explica o número de escolas na zona rural, uma vez que o mesmo era formado por diversas regiões que aos poucos foram desmembradas em 1991, tais como Novo Progresso, Trairão e Jacareacanga, que possuíam um número bastante alto de pequenas comunidades rurais. Outro fato importante a mencionar é quanto a estrutura das escolas do campo, caracterizadas por pequenas quantidades de salas e precariedade de mobiliários. Em sua maioria sem espaços para os professores ou mesmo para o preparo da alimentação escolar.

Na década de 1970 o município ofereceu o Mobral, programa criado pelo governo federal cujo objetivo era erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. Propunha alfabetização funcional para jovens e adultos por meio de técnicas de leitura, escrita e cálculo, visando integrar a pessoa humana ao meio social. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo projeto educar.

Com a implantação do curso de magistério, em 1977, o município forma sua última turma de “Professor Regente”. Em 1979 é implantado em Itaituba a primeira turma de 2º grau, ofertado na Escola de 1º grau Dr. Gaspar de Oliveira Viana, que depois recebeu o nome de Escola de 1º e 2º grau Benedito Correia de Sousa. Na época, Alacid da Silva Nunes era governador do Estado, Dr. Dionísio João Hage era secretário estadual da Educação e Altamiro Raimundo da Silva era o Prefeito municipal. De acordo com a religiosa e educadora Hilarita

Paxiúba, a implantação do 2º grau foi um importante marco na Educação do município, possibilitando vários jovens receberem o certificado de conclusão do 2º grau, sem precisarem se deslocarem para municípios vizinhos, como Santarém.

Apesar dos avanços na Educação do município até o final dos anos de 1990 ainda enfrentava dificuldades no setor, poucas eram as políticas educacionais voltadas para esta melhoria. A quantidade de escolas era insuficiente e as existentes apresentavam infraestrutura precária, além do quadro de professores ser composto por um número expressivo de profissionais sem formação superior adequada, resultado da falta de oportunidade e dificuldades financeiras para se deslocarem para outros municípios (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 33).

De acordo com o diagnóstico do IDESP (1995, p. 81) até 1994 o 2º grau funcionava somente na sede do município, em três colégios, atendendo em torno de 2.000 (dois mil) alunos, a formação se concentrava nas áreas de Ciências Humanas, Exatas, Biológicas, Técnico em Contabilidade, Magistério, Administração e Agropecuária. Em âmbito municipal o 2º grau era ofertado somente como curso de Magistério. A falta de profissionais capacitados era o que impedia a esfera municipal ofertar outros cursos no 2º grau.

Quanto ao atendimento escolar no período de 1989 e 1995 apresentamos os seguintes dados quanto ao número de matrículas no município, conforme tabela de número 13:

Tabela 13 – Matrículas iniciais por grau de ensino – Itaituba/PA - 1989/1995.

Ano	Pré-escolar	Ens. Fundamental	Ens. Médio
1989	1.461	19.817	640
1995	6.301	24.202	2.544

Fonte: Idesp, 1997.

Os dados sobre matrículas iniciais de 1989 e 1995 indicam que até 1995, o ensino fundamental detinha 73% das matrículas no município, o ensino pré-escolar detinha 19% e o ensino médio somente 8%. De acordo com o diagnóstico do IDESP (1997, p. 80) 78,9% dessas matrículas se concentravam na zona urbana, com 70% dos alunos matriculados no ensino fundamental, 20% dos alunos na pré-escola e 10% no ensino médio. O relatório também apontou que Itaituba estava

[...] entre os dez municípios paraenses com maior concentração de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio. Quanto ao ensino fundamental esses 10 municípios juntos representam 95% do total das matrículas do Estado e quanto ao

ensino médio, Itaituba com 9 municípios representam 74% do total estadual. Sozinho, contudo, representa 2% do Estado. (IDESP, 1997, p. 80).

Quanto ao número de estabelecimentos nos anos de 1989 e 1995 apresentamos os seguintes dados, extraídos do diagnóstico do IDESP (1997), conforme tabela 14:

Tabela 14 – Estabelecimentos por grau de ensino – Zona Urbana e Zona Rural de Itaituba/PA – 1989/1995.

Ano	Zona Urbana	Zona Rural	Total
1989	27	147	174
1995	56	131	187

Fonte: Idesp, 1997.

A rede escolar do município de Itaituba em 1995 era formada por 187 unidades, sendo 56 na zona urbana e 131 na zona rural. A expressiva concentração de escolas na zona rural justifica-se pelo fato de escolas com apenas uma sala de aula. Segundo o IDESP (1997, p. 79) apesar do pequeno aumento de 7,5% do número de estabelecimentos de 1989 para 1995 houve um considerável aumento no número de matrículas (51%) no mesmo período, “observando um contingente de alunos que passou de 21.918 para 33.047 alunos”. Mesmo com o esforço do município para aumentar o número de matrículas, o IDESP (1997) observa que há um déficit escolar de 14% que ainda precisava ser superado.

Em 1995 foi ofertado o primeiro curso Superior público no município, curso de Letras, ofertado pela Universidade Federal do Pará, por meio de convênio entre Prefeitura e Governo Federal. O curso foi um marco na qualificação docente, uma vez que o professor não precisaria se deslocar para município vizinhos, funcionava por módulos nos meses de janeiro, fevereiro e julho com carga horária de 8/h dias e duração de 4 anos. As aulas eram ministradas por professores da UFPA, dos campi de Belém e Santarém. A colação da primeira turma formada ocorreu em 1999.

Ainda quanto à formação de professores, em 1995 foi implantado pela 1ª vez no município o Projeto Gavião executado pela UFPA em parceria com a prefeitura, com objetivo de formar a nível de 1º e 2º graus, professores de zona rural que não podiam estudar no local de origem, em período normal. Os cursos eram ofertados em etapas no período de férias: julho, janeiro, fevereiro e início de março. O curso iniciou em 1995 com 350 alunos matriculados, dos quais 147 eram da zona rural. O critério para fazer o curso era ter completado a 4ª série do 1º grau (IDESP, 1997).

O diagnóstico do IDESP (1997) apontou os principais problemas enfrentados pelo município no que se refere à educação no período analisado de 1989 a 1995, dentre eles, o sério problema de infraestrutura básica, tais como falta de água potável, energia elétrica e material didático nas escolas. A pesquisa registrou também que com o aumento do número de matrículas as escolas não tinham carteiras escolares suficientes, falta de transporte escolar para alunos que estudavam na zona rural, onde as escolas são distantes, calendário escolar inadequado à realidade das comunidades (várzea, garimpo, campo, etc).

Outro problema apresentado foi a evasão escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural:

Dentre as causas estão incluídas desde a falta de infra-estrutura básica (água, luz, transporte, prédios inadequados) passando pela repetência e calendário escolar inadequado, até o um forte processo de rotatividade da população residente e flutuante da região. Em 1994 o índice de abandono era maior entre os alunos do ensino médio, em 23,2%, contra 16,2% dos alunos do ensino fundamental, ficando abaixo da média estadual que é de 25,2%. (IDESP, 1997, p. 84).

De acordo com informações fornecidas pelo município ao IDESP, a evasão escolar era mais presente entre os alunos de 1ª a 5ª séries. Esses alunos entravam na 1ª série, em sua maioria, sem a preparação pré-escolar (Jardim I e Alfabetização) o que resultava em problemas de leitura e de escrita. A dificuldade em acompanhar os alunos que passaram pela pré-escola levava os que não passaram a evadirem-se. Um problema semelhante ocorre nas séries adiantadas por não haver trabalho de recuperação com alunos com dificuldades de aprendizado não conseguem acompanhar o novo ritmo exigido pela 5ª série e, portanto, desistem da escola.

Em síntese esse foi o caminho percorrido pela educação escolar no município de Itaituba até o ano de 1996, caminho necessário para compreensão do atendimento escolar no período de 1997 a 2016 que iremos abordar na seção seguinte.

Quanto aos dados referente ao ano de 2016, o município dispõe de 06 escolas estaduais de ensino médio, sendo que uma oferta cursos profissionalizantes; 122 escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Zona Urbana e Rural; 08 escolas privadas da Educação Infantil ao Ensino Médio; Campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal do Pará (IFPA) e faculdades particulares: Faculdade de Itaituba (FAI), Faculdade do Tapajós (FAT), Campus da UNINTER, Campus da UNOPAR, entre outras.

O município tem instituído o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

foi implantado em 2006, sendo reformulado e aprovado em 2012. O transporte escolar é gerenciado pela Prefeitura Municipal de Itaituba com verbas específicas do PNATE¹².

O Sistema Estadual da Educação no Município e distritos adjacentes é coordenado pela 12ª Divisão Regional de Educação com sede na cidade de Itaituba. A DRE foi criada em 10 de novembro de 1972, com o objetivo de implementar a educação na área de sua jurisdição em virtude da explosão demográfica de Itaituba e das comunidades circunvizinhas, com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá/Santarém, que foram responsáveis pelo crescimento acelerado dessa região. A 14ª DRE teve como primeira diretora: Maria Jose Calluf (1972 a 1974) e Ezilda Rodrigues Maranhão (1975 a 1979).

Em 1996 por motivo da extinção de duas (02) Unidades Regional de Educação, a 14ª URE de Itaituba passa a funcionar como 12ª Unidade Regional de Educação, estando na administração a professora Norma Iolanda Lindoso Viana que assumiu em 30 de maio de 1996 a 17 de junho de 1998.

3.2 ATENDIMENTO ESCOLAR NO PERÍODO DE 1997-2016

Apresentamos os dados gerais sobre o número de matrículas no Brasil, Região Norte, Estado do Pará e Itaituba, para fins comparativos da educação escolar pública do município de Itaituba com contextos mais amplos: nacional e regional, intervalos de 1997 a 2016.

Tabela 15 – Número de matrículas totais – Rede pública – Brasil/Região Norte/Pará/Itaituba – intervalo de 1997/2016.

Unidades de Federação	Nº de Matrículas em 1997	Nº de Matrículas em 2016
Brasil	40.634.445	48.817.479
Região Norte	2.604.645	5.030.223
Pará	1.920.472	2.353.582
Itaituba	24.243	34.290

Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica.

¹² O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar. Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior X per capita definido e disponibilizado na página do FNDE para consulta. Mais informações, disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/pnate>>.

A tabela 15 mostra que o aumento do número de matrículas no município cresce compativelmente com o crescimento das matrículas em relação ao Estado, a Região Norte e ao Brasil e por se tratar de um município populoso, Itaituba representa um número bastante considerável das matrículas totais do Estado, levando em consideração que o Estado possui 144 municípios, conforme o IBGE (2010). Em 1997 o município representava aproximadamente 1,26% das matrículas do Estado do Pará, 0,93% das matrículas da Região Norte e 0,05% das matrículas do Brasil. Em 2016, Itaituba representa um percentual de 1,46% das matrículas do Estado, 0,68% das matrículas da Região Norte e 0,07% das matrículas do Brasil.

3.2.1 Rede Municipal (1997-2016)

Quanto ao atendimento escolar geral, com número de estabelecimento, matrículas e docentes da rede municipal, apresentamos os seguintes dados, conforme tabela 16:

Tabela 16 - Número de estabelecimentos, matrículas, docentes – rede municipal – Itaituba/PA – 1997-2016.

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes
1997	175	11.017	492
1998	238	26.172	1.038
1999	212	34.693	1.072
2000	297	37.959	1.329
2001	397	39.954	1.373
2002	271	38.353	1.351
2003	415	38.379	1.542
2004	339	36.184	1.259
2005	239	31.242	924
2006 ⁽¹⁾	246	29.576	947
2007	269	29.791	884
2008	262	29.848	892
2009	173	29.445	888
2010	168	29.399	1.003
2011	162	29.692	1.075
2012	167	28.047	1.082
2013	182	26.843	1.080
2014	202	25.018	1.123
2015	192	25.018	1.020
2016	135	27.436	1.088

Fontes: Matrícula educacenso, relatório Fapespa, Observatório PNE, Semed.

(1) Em 2006 a rede municipal deixa de ofertar o ensino médio.

A partir dos dados apresentados, observa-se um aumento de 63 estabelecimentos entre os anos de 1997 para 1998, ano da municipalização do ensino. O número de alunos matriculados no município, aumentou significativamente em mais de 100% de 1997 para 1998, passando de 11.107 para 26.172 alunos matriculados, em 2000 o número chega aos 37.959, conforme tabela 16, o que representa um aumento considerado no número de matrículas no final da 1ª gestão do período pesquisado. O número de docentes também aumenta em mais de 100% de 1997 para 1998, como resultado do processo de municipalização:

Em decorrência dessa nova política educacional, outras importantes ações foram desencadeadas, como a realização do primeiro concurso público municipal, no ano de 1999, que veio atender às exigências legais e estimulou a população local a buscar a terminalidade de estudos, a fim de conquistar ascensão profissional e financeira. A partir de então, foram realizados mais 3 (três) concursos públicos, nos anos de 2004, 2007 e 2013, elevando assim o número de servidores públicos concursados. (PME/ITAITUBA, 2009-2019).

Assumir o Ensino Fundamental exigiu da gestão ações necessárias, tais como, ampliação do número de escolas e do quadro de professores e profissionais da educação, bem como, reformas na estrutura organizacional da Semed que precisava de uma nova infraestrutura física e da ampliação do quadro de pessoal para atender as novas demandas do município. De acordo com dados da prefeitura, o quadro de profissionais docentes em 2000 cresceu 196% em relação ao ano de 1996.

Como as construções das escolas exigem tempo para ficarem prontas, o município precisava de espaço para atender o número de matrículas, como medida a Semed adere ao regime de convênio¹³, celebrando 32 parcerias, ainda no ano de 1998 com escolas privadas na zona urbana, para funcionamento de 73 turmas para um total de 5.293 matrículas. Segundo Castro (2007) o convênio “é usado pelo Estado, principalmente, com entidades privadas para que, por meio de parcerias, estas atuem onde a ação do Estado é deficitária, no intuito de beneficiar a população”. Conforme relatório da Semed (2000) em 2000 eram 120 salas de aulas em escolas conveniadas para oferta de 9.000 vagas. Identificamos que em 2006 foram

¹³ Os convênios entre a Secretaria Municipal de Educação e Escolas privadas são celebrados em forma de comodato, formalizado por meio de instrumento normativo, denominado de “Termo de cessão de uso” entre o cedente, representado pelo proprietário da escola privada e pelo cessionário, representado pelo Secretário Municipal de Educação, com a finalidade de cessão de dependências físicas das escolas para fins exclusivamente de atendimento escolar público, cabendo ao cessionário a responsabilidade administrativa e pedagógica pela oferta e manutenção de turmas, de acordo com a norma em vigor do sistema educacional público municipal. Também é obrigação do cessionário o fornecimento de pessoal, materiais permanentes, tais como carteiras, mesas, arquivos, fogão, entre outros e material de expediente, bem como a manutenção da estrutura física em uso.

celebrados 16 convênios com escolas privadas. Atualmente, no ano de 2018 apenas 4 convênios foram celebrados.

Conforme tabela 16 até 2003 o município continua com o processo de elevação quanto ao número de estabelecimentos, matrículas e docentes, revelando um intenso processo da implantação da municipalização, e a partir de 2004 ocorre um processo inverso, com redução quanto ao número de docentes e matrículas, uma das justificativas está no fato da redução do número de convênios de 32 escolas em 1998, para 16 em 2006. Uma redução de 50%. Os dados sobre a população residente, apresentado na tabela 1 também traz um dado importante para justificar a redução no número de matrículas a partir de 2002 no município. A população de 04 a 14 anos reduziu de 36.424 em 2000 para 30.810 em 2010, revelando uma redução da população dessa faixa etária, o que reflete diretamente no número de matrículas da rede municipal.

Tabela 17 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede municipal – Itaituba/PA – intervalo entre as gestões.

Anos	Educação Infantil			Ens. Fundamental			Ensino Médio		
	Escolas	Docentes	Matríc.	Escolas	Docentes	Matríc.	Escolas	Docentes	Matríc.
1997
2000	80	122	5.240	209	1.1150	30.257	8	57	777
2001	167	216	5.120	228	1.130	29.526	2	17	283
2004	141	242	5.127	197	1.009	26.556	1	8	148
2005	68	128	2.997	170	796	23.367	1	8	134
2008	111	98	4.225	150	622	21.426	1	7	82
2009	30	72	3.105	143	617	21.803
2012	54	212	4.261	121	756	19.553
2013	71	210	4.081	122	911	18.678
2106	88	229	4.822	102	1.025	19.167

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação, Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica/ Relatório Fapespa, Semed.

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível.

A tabela 17 apresenta os dados do atendimento escolar municipal no intervalo entre as gestões, somente nos níveis da Educação Infantil (creches e pré-escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Assim como o atendimento escolar estadual não foram encontradas informações nas fontes consultadas quanto aos dados específicos por nível de ensino no ano de 1997, dificultando a comparação com o final da gestão em 2000. No entanto, como já mencionado

acima, o período dessa gestão foi bastante significativo para os rumos da educação municipal, aumentando o quantitativo de matrículas, docentes e estabelecimentos.

A adesão à municipalização permitiu a Itaituba receber as verbas do Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério e Ensino Fundamental (FUNDEF)¹⁴, do Governo Federal. Castro (2001, p. 116) destaca que segundo a LDB/1998, as verbas do FUNDEF devem ser utilizadas com:

Remuneração e aperfeiçoamento de pessoal docente e dos demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; execução de levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos e escolas públicas e privadas; amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender aos itens já mencionados; e aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

A descrição acima não deixa explícito que as verbas do Fundo devem ser exclusivamente utilizadas na melhoria da educação escolar. O município, portanto, passou a contar com essa verba para investir na educação. A gestão registra que foram construídas com as verbas do Fundef mais 28 escolas, principalmente no meio rural e a reforma de 22 estabelecimentos escolares que se apresentavam em estados precários. No final da gestão o governo registrava 297 unidades escolares no município, superando a meta estabelecida. Seis (06) das escolas construídas são de médio e grande porte de acordo com o padrão arquitetônico reconhecido pelo MEC¹⁵.

A gestão também registrou a aquisição de 10 mil novas carteiras, pois ainda era muito comum no município, especialmente nas escolas da zona rural, os alunos sentarem em bancos improvisados com tábuas, artesanalmente construídos pelos membros da comunidade, sem nenhum conforto e inadequados, por não apresentarem encosto, tão importante para saúde dos alunos.

Em prestação de contas, no ano 2000¹⁶, a gestão registrou que a merenda escolar estava sendo distribuída em 100% das escolas e os livros didáticos distribuídos para 80% dos alunos, reforma da Biblioteca Pública Municipal, compra e instalações de bebedouros e mobiliários

¹⁴ A implementação do Fundo, em âmbito nacional, iniciou em janeiro de 1998.

¹⁵ Ver: <http://portal.mec.gov.br/>.

¹⁶ Em 2000 a gestão lançou a revista “Itaituba Hoje”, apresentando o resultado das ações realizadas nos setores da administração e funcionalismo, educação, saúde, infraestrutura, emprego, assistência social, desenvolvimento sustentável, turismo, agricultura e recursos minerais.

para as escolas. A gestão também registra o repasse de R\$ 104 mil reais de recursos do FNDE para 142 escolas para gastos com manutenção e material de consumo.

Além do reajuste salarial dos profissionais da educação, a gestão também registrou investimento na capacitação dos docentes com o resgate do Projeto Gavião que funcionava como uma formação adicional com objetivo de qualificar (Gavião I) e habilitar (Gavião II) o professor leigo em exercício de modo a extinguir essa categoria do sistema de ensino público, que o com o Fundef (Art. 9º da lei 9.424/1996)¹⁷ estabelecia prazos para que todos os professores “leigos” recebessem a habilitação no prazo máximo de 5 anos.

Com o Projeto Gavião em Itaituba até o final da gestão, 342 professores receberam a formação. Todos os docentes que atuavam na cidade tinham, no mínimo o nível médio e a meta do governo era que em 2002 todos os professores da Zona Rural também tivessem essa formação mínima.

No Estado do Pará o projeto Gavião foi elaborado e implantado pela Universidade Federal do Pará (UFPA)¹⁸, divulgado e discutido em Seminários com secretários municipais de educação, diretores de Unidades Regionais e diretores de escolas. O projeto era realizado em parceria com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Se expandiu pelo Estado a partir de 1992. Nesse mesmo ano foi estabelecido um convênio entre a UFPA, a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC), o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias da Educação dos municípios envolvidos.

No intervalo 2001-2005, conforme tabela 17, houve uma redução quanto ao número de estabelecimentos escolares tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. Também houve redução quanto ao número de docentes do ensino fundamental, reduzindo de 1.130 em 2001 para 1.009 em 2004. Da mesma forma houve também redução quanto ao número de matrículas no ensino fundamental, reduzindo de 29.526 em 2001 para 26.556 em 2004. Percebe-se que em relação à gestão anterior o município não conseguiu manter o crescimento do ensino fundamental, faltando mais investimento para esse nível.

A gestão passou por um momento transitório por motivo do falecimento do prefeito eleito, o sr. Wirland Freire, assumindo seu vice Benigno Olazar Regis, na metade do mandato, que governou até o final da gestão, este pode ter sido um dos motivos para uma falha no repasse

¹⁷ A lei dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

¹⁸ Um diagnóstico realizado em 1989 apontou que, da população urbana com idade acima de 10 anos, mais da metade tinha escolaridade apenas até a 4ª série e menos de 30% possuía o 1º grau completo. De um total de 15 mil professores, 10 mil viviam e atuavam na zona rural e, destes, cerca de 70% sequer haviam completado o 1º grau.

aos recursos destinados à educação. Em entrevista ao jornal a Tribuna (2001) o secretário de Educação da época afirma que educação no município nos primeiros meses da gestão permanecia estabilizada, com todas as escolas em funcionamento e pagamento dos servidores da educação em dia, no entanto, de acordo com os dados analisados ocorreu redução no ensino fundamental. É importante destacar que houve dificuldade em encontrar fontes com informações sobre essa gestão, o que nos impossibilita de realizarmos análises mais precisas dos dados da tabela 17.

Quanto aos dados do período da gestão de 2005 a 2008 a tabela 17 revela um aumento na educação infantil, tanto quanto ao número de estabelecimentos, docentes e matrículas do início para o final da gestão. De acordo com informações da Ascom (2005) essa gestão investiu fortemente nas reformas das escolas do município e inauguração de escolas, principalmente para a oferta da Educação Infantil, o que justifica o crescimento de 68 em 2005 para 111 estabelecimentos com oferta desse nível. Muitas escolas, inclusive as da zona rural estavam bastante sucateadas e receberam reformas de acordo com o padrão MEC, conforme registra a Ascom (2005). Quanto ao ensino fundamental houve redução do número de estabelecimentos e docentes e também de matrículas.

Na gestão de 2009 a 2012 observa-se um crescimento quanto ao número de estabelecimentos de Educação Infantil, no entanto uma redução quanto ao número de estabelecimentos no Ensino Fundamental. De acordo com informações da Semed, a redução de estabelecimentos ocorreu com escolas da zona rural do município que já estavam em condições precárias para o atendimento escolar. A assessoria de Comunicação do Município registrou em relatório que a prioridade dessa gestão foi o investimento em reformas nas escolas e investimento na melhoria das estruturas das escolas e fornecimento de mobiliários. Em 2011, o relatório apontou que o município recebeu o “primeiro lote de seis mil mesas e cadeiras escolares no valor de R\$ 1.200.000,000 (um milhão e duzentos reais) para equipar as escolas municipais.” (ASCOM, 2012).

Quanto ao número de docentes também houve um elevado crescimento tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino fundamental. Um destaque para o número de professores na Educação Infantil que aumentou de 72 em 2009 para 212, um aumento de 66,4%. Como parte da universalização da educação básica, a Educação Infantil foi estabelecida como prioridade no município, por este motivo a gestão investiu na construção de mais creches e estabelecimentos de pré-escola, assim como houve contratação de professores para atuar nesse nível.

Conforme mostra a tabela 17, com relação ao número de matrículas, houve um aumento considerável na Educação Infantil, mas uma redução quanto ao número de matrículas no ensino fundamental. Esse dado revela uma antiga dificuldade do município que é a evasão escolar. Tal fato justifica o investimento da gestão, conforme relatório da Ascom (2012), na melhoria das escolas quanto a estrutura física e no investimento a equipamentos de informática, visando reduzir o índice de evasão. Outro investimento registrado pela Ascom foi o investimento em transporte escolar para comunidades da zona rural. Em 2011 a gestão entregou 3 (três) micro-ônibus e cadeiras de rodas para alunos com dificuldades de locomoção para escolas da zona rural do município, como parte do Programa Caminho da Escola. Quanto aos recursos de informática a Ascom relata que:

O PROINFO – Projeto de inclusão digital já está implantado nas escolas Daniel Berg, para uma demanda de 320 alunos; Joaquim Caetano Correa para 573 alunos, Maria das Graças Cerqueira 1.346 alunos, Raimundo Pereira Brasil 500 alunos, Castelo Branco para 328 alunos e São Tomé para 363 alunos. Em andamento: Maria do Socorro Bentes, Gilda Lima do Carmo e Coronel Fontoura. (ASCOM, p. 24, 2012)

Em síntese, o foco dessa gestão foi o aumento do número de estabelecimento e de matrículas na Educação Infantil e a realização de ações que para redução da evasão escolar no município.

No intervalo entre a gestão de 2013-2016, a tabela 17 mostra que os dados referentes a Educação Infantil continuam crescendo, tanto quanto ao número de estabelecimentos, docentes e matrículas. Já quanto ao Ensino Fundamental há uma redução de 122 escolas em 2013 para 102 em 2016. Apesar da redução do número de escolas, houve um aumento no número de docentes que passaram de 911 no início da gestão para 1.025 no último ano da gestão. Houve também aumento quanto ao número de matrículas que passou de 18.678 em 2013 para 19.167 em 2016. De acordo com informações da Semed o fato de redução do número de estabelecimentos e aumento de matrículas, justifica-se por motivo da construção de novas escolas na zona rural com mais número de salas em substituição das antigas escolas com apenas uma sala. Assim como as novas escolas da zona urbana também foram construídas com mais números de salas.

3.2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB

Quanto aos dados referentes ao Ideb da rede pública municipal, apresentam-se os seguintes dados:

Tabela 18 - Índice desenvolvimento da Educação – (Ideb) – Itaituba, Pará e Brasil - 2005-2015.

Anos	Anos Inicias Ensino Fundamental			Anos finais do Ensino Fundamental		
	Itaituba	Pará	Brasil	Itaituba	Pará	Brasil
2005	2.5	2.8	3.8	3.1	3.3	3.5
2007	3.3	3.1	4.2	3.5	3.3	3.8
2009	3.5	3.6	4.6	3.6	3.4	4.0
2011	3.5	4.2	5.0	3.8	3.7	4.1
2013	3.8	4.0	5.2	3.5	3.6	4.2
2015	4.3	4.5	5.5	3.6	3.8	4.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

Os dados apresentados na tabela 18 consideram a periodização de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, correspondente ao início da aplicação e divulgação do Ideb pelo Inep/MEC. Tais indicadores permitem identificar, dentro do período investigado aumento nos resultados alcançados entre 2005 a 2015, nos anos iniciais e uma oscilação entre os anos finais, com destaque para o ano de 2011 em que o Ideb chegou a 3.8, no entanto, o município não conseguiu elevar esse índice para os anos de 2013 havendo um leve crescimento de 1,0 (um ponto) somente para o ano de 2015.

Não encontramos as metas do Ideb do município nos Planos Municipais de Educação (2009-2019 e 2015-2019), portanto tomamos como parâmetros para análise comparativa os valores do Ideb do estado do Pará e do Brasil. Com relação aos índices dos anos iniciais, Itaituba apresenta, em todos os anos, valores abaixo do Estado e do País e também não alcança as metas estabelecidas para o Brasil. A saber: 2007 – 3.9, 2009 – 4.2, 2011 – 4.6, 2013 – 4.9, 2015 – 5.2.

Com relação aos anos finais, nos anos de 2007, 2009 e 2011 o município alcança índices maiores que a média do estado, mas não alcança as médias do país e somente em 2007 consegue alcançar a meta estabelecida para o Brasil. A saber: 2007 – 3.5, 2009 – 3.7, 2011 – 3.9, 2013 – 4.4, 2015 – 4.7.

Dessa forma, com relação ao estado do Pará os índices do município são bem próximos, mas com relação à média dos índices brasileiros, o município precisa ainda elevar os índices tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, uma vez que a rede de ensino vem atendendo dentro de uma margem ponderada, ao cumprimento quantitativo das

metas previstas, no entanto, não podemos confirmar a questão quantitativa com a qualidade do ensino escolar ofertado pelo município.

3.2.3 Educação Infantil

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da educação básica. Segundo o Art. 29 da LDB de 1996 tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.¹⁹ Deverá ser ofertada em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Em consonância com a CF de 1988 e LDB de 1996 a Lei orgânica do município (Nº 0001 de 04 de abril de 1990) dispõe na alínea IV do Art. 91 a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

No município de Itaituba até o ano de 2009 a educação de crianças menores de 6 anos era de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social – SEMDAS, em 2010, então foi transferida para responsabilidade da Semed (PME/ITAITUBA, 2009-2015). A rede privada também oferece atendimento de Educação Infantil, conforme mostra tabela 19 abaixo, no entanto, os dados revelam que mais de 90% do atendimento da Educação Infantil é realizada pelo município.

Tabela 19 – Distribuição das escolas de Educação Infantil por dependência administrativa – Itaituba/PA – 2007-2016.

Ano	Pública		Privada	
	Percentual	Nº de Escolas	Percentual	Nº de Escolas
2007	93,7	119	6,3	8
2008	93,3	112	6,7	8
2009	88,2	30	11,8	4
2010	91,4	32	8,6	3
2011	89,5	34	10,5	4
2012	94,4	51	5,6	3
2013	94,4	67	5,6	4
2014	94,6	88	5,4	5
2015	95,5	84	4,5	4
2016	96,7	88	3,3	3

Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

¹⁹ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

Como parte integrante de uma política pública social, as creches e escolas de educação infantil são instituições que as famílias podem contar como direito assegurado por lei, enquanto estão trabalhando, cabendo ao Estado a garantia de um atendimento de qualidade a essas crianças. “A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal”. (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 35).

Tabela 20 – Distribuição de creches por dependência administrativa – rede pública e privada – Itaituba/PA – 2007-2016.

Ano	Pública		Privada	
	Percentual	Nº de Creches	Percentual	Nº de Creches
2007	77,8	7	22,2	2
2008	93,3	14	6,7	1
2009	100	12	0	0
2010	100	13	0	0
2011	100	23	0	0
2012	100	20	0	0
2013	90,9	20	9,1	2
2014	95	38	5	2
2015	94,3	50	5,7	3
2016	95,4	62	4,6	3

Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Os dados da tabela 20 apresentam um crescimento do número de creches no atendimento público municipal, o que revela uma adequação do município em ofertar uma Educação Infantil para crianças de até 3 anos em estabelecimentos adequados à idade, em cumprimento ao estabelecido pela LDB/96. Em 2008 houve um aumento de 100% do número de creches em relação ao ano de 2007. Destaque também para anos de 2014 e 2015 que registraram um aumento em média de 85%.

Tabela 21 – Matrícula Educação Infantil – rede municipal – Itaituba/PA – 1999-2016.

Ano	Matrícula Educação Infantil Municipal	
	Creche	Pré-escola
1999	..	1.235
2000	2.247	2.993
2001	378	3.423
2002	211	1.804
2003	250	5.119
2004	47	5.127
2005	243	2.754
2006	419	2.143
2007	547	2.482
2008	1.001	3.224
2009	612	2.493
2010	755	2.708

2011	996	3.087
2012	1.005	3.156
2013	985	3.096
2014	883	3.267
2015	1.012	3.166
2016

Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br>

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dados numéricos não disponíveis.

A tabela 21 revela uma constante instabilidade no número de matrículas nas creches e nos estabelecimentos da pré-escola, o que demonstra descuido quanto ao registro dos dados. Além de monitoramento do número de matrículas o censo é uma ferramenta de gestão e planejamento, visando políticas educacionais para melhoria da educação, mas precisa estar assentado em base de dados atualizados e confiáveis. Os dados apresentados na tabela 21 revelam inconsistência indicando incredibilidade quanto a sua fidedignidade.

No ano 2000 o censo registrou 2.247 matrículas em creches e no ano seguinte uma drástica redução para 378 matrículas. Uma redução de 81%. Tal redução pode ser atribuída ao fato da indefinição no município sobre a responsabilidade da Educação Infantil. Assim como quanto ao número de matrículas de 2003 com 250 para apenas 47 em 2004, com uma redução de 86%, no entanto, não justifica o fato de um registro rigoroso do número de matrículas. Somente a partir de 2010 há um crescimento mais regular, sofrendo uma pequena variável no ano de 2012, quando a Educação Infantil é assumida pela Semed, que tem como uma de suas metas o aumento do número de matrículas na Educação Infantil. Na pré-escola observa-se um aumento considerável de 2002 para 2003, que passou de 1.804 para 5.119 matrículas, um aumento de mais de 100%. De 2004 para 2005 também há uma de quase 100%, reduzindo de 5.119 para 2.754 matrículas. Entre 2005 a 2016 mantém uma regularidade entre 2.500 a 3.200 matrículas em média.

Em síntese, a partir dos dados apresentados na tabela 21 não é possível a análise real da evolução do atendimento educacional em creches no município.

Tabela 22 – Percentual de atendimento da população de 0 a 3 anos por ano – rede municipal de ensino – Itaituba/PA – 2010-2015.

Ano	População de 0 a 3 anos	Atendimento	%	Fora da Escola	%
2010	7.210	755	10	6.455	90
2011	7.275	996	14	6.279	86
2012	7.291	1.005	15	6.186	85
2013	7.340	985	17	6.355	83
2014	7.367	883	14	6.484	87
2015	7.408	1.012	16	6.396	85

Fonte: Educacenso.

Tabela 23 – Percentual de atendimento da população de 4 e 5 anos por ano – rede municipal de ensino – Itaituba PA – 2010-2015.

Ano	População de 4 e 5 anos	Atendimento	%	Fora da Escola	%
2010	3.850	2.743	71	1.107	29
2011	3.726	3.165	85	561	15
2012	3.734	3.357	90	377	10
2013	3.742	3.265	87	477	13
2014	3.750	3.538	94	212	6
2015	3.758	3.274	87	484	13

Fonte: Educacenso.

Apesar de um elevado crescimento no número de matrículas de 2010 a 2015 em creches municipais, a tabela 23 revela que ainda o percentual de crianças de 0 a 3 anos fora da escola, sem atendimento, ainda é bastante elevado, em média 85%. A meta do PNE é de reduzir para 50% esse número. De acordo com PME do município (2015-2019), isto se dá pelo fato de não haver espaços suficientes para este atendimento.

Tendo em vista a ampliação da oferta de vagas para esta faixa etária, o município conta com a construção de 6 Creches Pro infância, as quais atenderão 864 crianças em 2016 o que ameniza a situação, contudo, continuará um número expressivo de crianças fora da escola. Para atender a meta do PME que é de 30%, até 2019, o município precisa de 151 turmas, o equivalente a 75 salas de aula. (PME/ITAITUBA 2015-2019, p. 37).

Já em relação ao atendimento pré-escolar o percentual de crianças fora da escola é baixo se comparado com a situação do atendimento em creches. “Em 2013 a 2014 intensificou-se o atendimento devido o cumprimento da Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, onde tornou obrigatório a efetivação da matrícula de criança a partir de 4 anos.” (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 38). Dessa forma o município cumpre a meta estabelecida (30%) pela busca da universalização do ensino pré-escolar.

3.2.4 Ensino Fundamental

Conforme a LDB/9.394-96, em seu artigo 32, diz que o Ensino Fundamental tem como objetivo a educação básica do cidadão. É um direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, devendo ser ofertado gratuitamente a todo cidadão brasileiro, inclusive aos que não tiveram acesso em idade própria. Esse direito não deve estar restrito somente ao direito à matrícula, mas acima de tudo, a uma educação de qualidade que forme o cidadão em sua integralidade. A nova LDB de 1996 determina que o Ensino Fundamental tenha duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, com uma formação mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Art. 32, LDB/1996).

A lei orgânica do município (1990) em seu Art. 93 assegura que o ensino fundamental e a pré-escola serão prioritários. É dever municipal garantir um ensino de qualidade, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação, assistência à saúde, e se necessário, uniforme escolar, oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 91).

Com a municipalização do ensino, em 1989, o Ensino Público Fundamental passa totalmente para responsabilidade do governo municipal e conforme relatado acima, teve de investir em construções de mais escolas para atender à demanda de matrículas, bem como aumentar o quadro de profissionais que atuavam na educação. A gestão de 1997 a 2000 teve um papel muito importante nesse processo, pois investiu recursos na contratação de mais profissionais e na construção de novas escolas, inclusive escolas de médio e grande porte.

O Ensino Fundamental, desde então passa a ser uma das maiores responsabilidades das gestões municipais, uma vez que é onde se concentra o maior número de alunos.

Tabela 24 – Matrícula Ensino Fundamental Regular – Rede Municipal – Itaituba/PA – 2000-2015.

Ano	Matrícula Ensino Fundamental ⁽¹⁾	
	Anos Iniciais	Anos Finais
1999
2000	21.538	8.719
2001	21.021	8.505
2002	20.579	8.374
2003	18.987	8.247
2004	17.989	8.611
2005	16.076	7.394
2006	15.410	7.450
2007	14.728	7.216
2008	13.962	7.474
2009	14.063	7.740
2010	13.141	8.028
2011	12.571	8.530
2012	11.151	8.402
2013	11.257	7.421
2014	11.181	6.908
2015	10.964	6.421

Fonte: Matrícula educacenso.

Sinal convencional utilizado:

... Dado numérico não disponível

(1) Não estão incluídas as matrículas da Educação Especial.

Notas: a fonte não informou dados referentes ao ano de 2016.

A tabela 24, com dados de 2000 a 2015, revela que em relação ao Ensino Fundamental anos iniciais, nos anos de 2000, 2001 e 2002 o número de matrículas alcançou a casa dos 20.000 (vinte mil), no entanto a partir de 2005, nota-se um decréscimo. Nos anos finais, apesar de manter a estabilidade no número de matrículas, a partir de 2012 também ocorre um decréscimo. A Semed considera algumas hipóteses como preponderante para essa redução no número de matrículas:

[...] a redução da população com idade para cursar o Ensino Fundamental que é reflexo de uma menor taxa de fecundidade, observada ao longo dos anos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto no início da década de 1980, as mulheres tinham em média quatro filhos, no período de 2005 a 2010, passaram a ter apenas um ou dois. Essa mudança reflete nas escolas. Outra situação é o efeito de um Censo Escolar mais criterioso. (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 46).

A Semed avalia que a partir de 2005, com acompanhamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e adoção de políticas públicas de controle do censo escolar que garante mais veracidade aos dados informados, permitiu um

melhor acompanhamento do número de alunos matriculados na rede pública (PME/ITAITUBA 2015-2019).

Tabela 25 - População de 6 a 14 anos que frequentam a escola – Itaituba/PA – 2010-2015.

Ano	População de 6 a 14 anos	Atendido	%	Fora da Escola	%
2010	19.750	18.650	94	1.100	6
2011	19.875	19.525	98	350	2
2012	19.916	18.266	92	1.650	8
2013	20.013	17.341	87	2.672	13
2014	20.073	16.690	83	3.383	17
2015	20.157	17.245	86	2.912	14

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.
Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010/Metas_PNE_MUNIC_IBGE_SASE.

Notas: a fonte não informou dados referentes ao ano de 2016.

Os dados da tabela 25 acima mostram que em 2011 o município alcançou o percentual de 2% de alunos de 6 a 14 anos em atendimento escolar. De modo geral o atendimento escolar no Ensino Fundamental Geral, incluindo o atendimento nas escolas particulares, chegou bem perto de alcançar a meta de universalização do ensino fundamental. Nos anos de 2012 a 2014 o percentual de atendimento sofreu uma pequena elevação, reduzindo para 14% em 2015, mesmo com elevação em alguns anos, o município conseguiu manter o atendimento escolar, em média, para 90% da população de 6 a 14 anos. O que revela um bom resultado, em termos de matrículas.

3.2.5 Ensino Médio Regular

O Ensino médio é a etapa final da educação básica assegurada pela Constituição Federal de 1988 e LDB 9.394/1996, com duração mínima de 3 anos. Conforme Art. 35 da referida LDB, o ensino médio tem como finalidade: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a

prática, no ensino de cada disciplina. Em suma o ensino médio, deve preparar o indivíduo para o trabalho, o exercício da cidadania bem como prepará-lo para o Ensino Superior.

A lei orgânica do município em seu Art. 91 também determina que é dever do município a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino pela gratuidade da oferta do ensino médio, no entanto, o município apresenta dificuldades em ampliar o número de matrículas por diversos motivos, dentre eles destaca-se o pouco número de escolas estaduais o que inviabiliza o aumento dessa oferta. A tabela 26 apresenta o atendimento escolar do ensino médio na rede pública de ensino.

Em Itaituba encontramos um dado interessante, o município ofertou o ensino médio até o ano de 2008, conforme tabela 26:

Tabela 26 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede municipal – Itaituba/PA – 1997-2016.

Ano	Ensino Médio		
	Escolas	Docentes	Matrículas
1997	2	...	907
1998	2	...	161
1999	2		451
2000	8	57	777
2001	2	17	283
2002	2		354
2003	2		491
2004	1	8	148
2005	1	8	134
2006	1		28
2007	1		61
2008	1	7	82
2009
2012
2103
2106

Fonte: Semed, 1999.

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dados numéricos não disponíveis.

A tabela mostra que mesmo com a municipalização do ensino em Itaituba no ano de 1998, a rede municipal ainda oferta o ensino médio regular e foi aos poucos passando para responsabilidade do estado. Não foi encontrada a data do início da oferta do ensino médio pela Semed, mas de acordo com dados do Idesp (1997) em 1996 a Semed registrava 1.500 alunos matriculados no antigo 2º grau (atual ensino médio), tanto na zona urbana, quanto na zona rural da cidade. O fato de continuar ofertando esse nível, após a municipalização vai de encontro ao que prevê o parágrafo 2º do Art. 211 da CF 1988 que diz que os Municípios atuarão

prioritariamente no ensino fundamental, no parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que o ensino médio deverá ser prioritariamente pela rede estadual e federal de ensino, mas em relatório a Semed (1999) justifica como um compromisso para garantir vaga dos alunos concluintes do ensino fundamental, uma vez que as vagas nas escolas estaduais eram escassas.

A Prefeitura Municipal de Itaituba, mesmo não tendo obrigatoriedade de ofertar o Ensino Médio, assume essa responsabilidade. [...] Esta ação demonstra na prática a determinação do município em atender a clientela escolar. (SEMECD, 1999, p. 23).

Em 1997 foram 907 matrículas, em 1998 apenas 161 e em 1999 foram 451 e em 2000, o município chegou a ofertar um total de 777 matrículas em 8 escolas municipais. Até o ano de 2003 ainda efetivadas 491 matrículas em 2 escolas. Em 2008, onde se registra o último ano de oferta desse nível foram 88 matrículas em uma escola.

3.2.6 Educação de Jovens e Adultos

Conforme o Art. 37 da LDB/1996 a Educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso à escola em idade própria, portanto os sistemas de ensino deverão assegurar, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas e que considere as características desse alunado (seus interesses, condições de vida e de trabalho).

Em âmbito municipal atualmente a EJA atende em média 2.174 alunos de 1ª a 4ª etapa e mais 179 alunos matriculados no Projeto EJA personalizada (Programa de Complemento de estudos do 6º ao 9º ano, criado em 2005, pela Coordenação da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMECD). Na zona rural são 566 alunos atendidos em 14 escolas e 154 alunos atendidos pelo projeto (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 78).

A EJA Personalizada faz parte do Programa Federal Brasil Alfabetizado, criado em 2003, voltado para alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa tem como objetivo:

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (BRASIL, 2017).

No município de Itaituba o projeto foi implantado em 2005 em parceria com o Governo Federal, com objetivo de alfabetizar 300 alunos no primeiro ano de implantação. Segundo dados

do Relatório de Atividades da EJA SEMECD /2005, neste ano, 250 alunos foram matriculados, distribuídos em quatorze turmas, sendo oito na zona urbana e seis na zona rural.

Tabela 27 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Fundamental - rede municipal – Itaituba/PA – 1999-2016.

Ano	Ensino Fundamental	
	Presencial	Semipresencial
1999	2.581	..
2000	1.596	..
2001	4.924	..
2002	4.509	..
2003	5.176	..
2004	4.139	..
2005	4.586	546
2006	3.836	254
2007	4.120	459
2008	3.584	317
2009	3.942	429
2010	3.648	398
2011	3.824	322
2012	3.760	..
2013	3.448	206
2014	2.926	118
2015	2.736	220
2016	2.526	296

Fonte: Matrícula Educacenso, 2017.

Sinal convencional utilizado:
.. Não se aplica dado numérico.

De acordo com os dados apresentados na tabela 27, o atendimento escolar da Educação de Jovens e Adultos, no período pesquisado no município, é ofertada na rede municipal e nas modalidades presencial e semipresencial e somente até o ensino fundamental, ficando a EJA médio para a rede estadual de ensino.

Quanto ao número de matrículas da EJA na rede municipal de ensino, observa-se que de 2000 para 2001 o número apresenta um crescimento considerável, passando de 1.596 para 4.924 matrículas, um aumento de mais de 100%, mantendo uma média de 4.000 matrículas até o ano de 2013. Em 2014 há uma notável redução para 2.926 matrículas na modalidade presencial, mantendo a média de 2.500 matrículas até 2016.

A rede municipal ofertou a EJA até 2004 somente na modalidade presencial e a partir de 2005 passa a ofertar também na modalidade semipresencial. A tabela também revela que a rede municipal somente oferta a EJA fundamental. Como já mencionado acima, os alunos atendidos na modalidade semipresencial são os alunos da EJA personalizada.

Segundo informações da Coordenação da EJA da Semed - COEJA (2017) as vagas para a EJA são bastante procuradas no município, principalmente por alunos que já ingressaram no mercado de trabalho e pretendem continuar os estudos, no entanto a taxa de abandono ainda é um problema.

3.2.7 Educação Indígena

O atendimento escolar indígena no Município de Itaituba iniciou no ano 2005, em 4 escolas indígenas no município de Itaituba, com um total de 151 alunos matriculados, conforme quadro 14. No ano de 2007 mais uma escola indígena foi ativada, a Sawré Deppy, na Comunidade de São Luís do Tapajós, com 49 alunos matriculados.

Quadro 14 – Escolas Indígenas em Itaituba Pará de 2005 a 2007

Escola	Localização	2005
Ikô Bijätipu	Aldeia da Praia do Mangue	38
Inácio Paigó	Praia do Índio	48
Sawré Apompu	Aldeia do Km 43 sentido Buburé	21
Sawré Baay	Comunidade de Pimental	44

Fonte: Coordenação de Educação Indígena, 2006.

Conforme informações da Coordenação de Educação Indígena (2017) os docentes eram indígenas do Alto Tapajós, formados em Magistério, pelo curso Ibaurebu intercultural, ofertado pela FUNAI. Eram no total quatro docentes. Atualmente são três docentes com o ensino superior em Pedagogia e três docentes estão em formação superior. Os outros docentes têm no mínimo o Ensino Médio.

Atualmente o município atende 9 escolas indígenas. Sendo duas nas aldeias mais próximas ao Município e sete nas Aldeias mais distantes. O atendimento é realizado somente pela rede municipal de ensino. Quanto ao atendimento da Educação Infantil Indígena temos os seguintes dados de 2007 a 2016:

Tabela 28 - Matrículas e Estabelecimentos da Educação Infantil Indígena – Creche e Pré-escola – Itaituba/PA – 2007-2016.

Ano	Nº de estabelecimentos	Matrícula total	Creche	Pré-escola
2007	1	17	0	17
2008	2	17	0	17
2009	1	2	0	2
2010	2	12	0	12
2011	1	7	0	7
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	2	9	7	2
2015	2	9	0	9
2016	3	21	3	18

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

A tabela 28 mostra que o atendimento pré-escolar nas escolas indígenas ainda é muito insignificante. Somente em 2014 há registro de 7 crianças com atendimento em creches e em 2016 foram apenas 3 crianças. O atendimento pré-escolar também é fraco. Nos anos de 2007 e 2008 foram 17 matrículas, reduzindo drasticamente nos anos anteriores e aumentando novamente para 18 atendimentos em 2016. De acordo com informações da Semed, esse fato ocorre devido as políticas sociais estabelecidas pelas comunidades indígenas de que as crianças não podem frequentar a escola tão cedo para que não deixem de ajudar nas tarefas de roça e de pesca. Segundo as regras das comunidades a idade ideal para a criança indígena ir à escola é seis anos, dessa forma, a educação infantil ainda é um desafio para secretaria de educação.

Tabela 29 – Matrículas e Estabelecimentos do Ensino Fundamental na Educação Indígena – Itaituba/PA – 2007-2016.

Ano	Nº de estabelecimentos	Fundamental total	Fundamental anos iniciais	Fundamental anos finais
2007	4	132	130	2
2008	5	173	173	0
2009	5	172	172	0
2010	5	125	116	9
2011	5	108	108	0
2012	3	73	56	17
2013	3	58	41	17
2014	3	50	50	0
2015	3	52	52	0
2016	3	73	63	10

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

De acordo com os dados da tabela 29, sobre o atendimento escolar no nível do ensino fundamental, até 2011 eram cinco estabelecimentos com atendimento escolar para o ensino fundamental. A partir de 2012 há uma redução para somente 3 escolas indígenas com

atendimento, no entanto, segundo a secretaria de educação esse número deveria ser maior, pois atualmente são nove escolas indígenas com atendimento para o ensino fundamental. Outro fato a ser destacado, informado pela secretaria, refere-se às escolas que estão funcionando nas tribos sem a documentação necessária.

Quanto ao número de matrículas percebe-se que o número de matrículas é bem maior nos anos iniciais do ensino fundamental. Este fato também é justificado pela Secretaria de Educação que afirma que na maioria das escolas indígenas funciona somente até o ensino fundamental menor. Nas tribos onde a escolaridade já está mais avançada é ofertado o ensino fundamental até o nono ano.

Em suma, a educação indígena ocorre no município de Itaituba, no entanto, ainda bastante desafiadora. Atualmente, em 2017, a Coordenação de Educação Indígena da Semed está trabalhando para atualizar os documentos dos alunos indígenas, uma vez que esse é um problema antigo que precisa ser solucionado (os alunos indígenas estudam sem apresentação de documentos de identificação). Outro fator desafiador é realizar o acompanhamento pedagógico, alguns docentes indígenas têm dificuldade em preencher os documentos exigidos e recorrem com frequência ao setor da Educação Indígena na Semed. As escolas indígenas ainda não possuem Projeto Político Pedagógicos, no entanto, o currículo já está voltado para a realidade dos alunos. Há uma valorização para o ensino da Língua Materna mundurucu, mas o ensino é em sua maioria, ministrado em Língua Portuguesa.

3.2.8 Educação do campo

O debate conceitual em torno da definição de Educação do campo é bastante discutido por diversos teóricos que procuram de fato definir o que seria e como seria essa educação. O fato é que ela surge de uma realidade histórica, disputas políticas por territórios por grupos camponeses que querem garantir seus direitos sociais básicos, independentemente da localidade em que escolheram para viver, construindo novos paradigmas sociais. São esses grupos que há anos se organizam fortalecendo alianças que continuam na busca de uma Educação no campo que respeite as características de cada comunidade.

Em âmbito de Estado podemos citar o Fórum Paraense de Educação no Campo que reúne entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisadores, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense que buscam defender e implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas para uma

Educação no Campo que promova o desenvolvimento das comunidades rurais onde essa educação acontece (CORRÊA e HAGE, 2011).

Entre os marcos importantes da caminhada do Fórum, com vistas à consolidação do Movimento Paraense por uma Educação do Campo, são destaques o I, o II e o III Seminário Estadual de Educação do Campo e I Seminário Estadual de Juventude do Campo, realizados respectivamente, na UFRA em fevereiro de 2004, no Seminário Pio X, em junho de 2005, e os dois últimos também no Seminário Pio X, em junho de 2007, reunindo cada um desses eventos mais de 600 participantes envolvidos com a Educação do Campo em nosso Estado. (CORRÊA e HAGE, 2011, p. 95).

Os fóruns, por meio de mobilizações, discussões, movimentos sociais, participam nos processos de definição e implementação de políticas e práticas educacionais, buscam fazer valer o previsto no Art. 28 da LDB/96 que diz que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: quanto a conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural.

No município de Itaituba, não foram encontradas em fontes o registro do início da oferta da Educação no campo. Quanto aos dados mais atuais, apresentamos a tabela 30, com número de matrículas do Ensino Fundamental na zona rural de 2007 a 2016:

Tabela 30 - Matrículas de Ensino Fundamental no campo – Itaituba/PA – 2007-2016.

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	6.479	6.334	145
2008	6.382	6.263	119
2009	6.353	6.353	0
2010	6.033	6.033	0
2011	6.218	6.218	0
2012	5.496	5.496	0
2013	4.977	4.977	0
2014	4.837	4.837	0
2015	4.646	4.646	0
2016	4.754	4.754	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

A tabela 30 já nos revela um decréscimo no número de matrículas no campo. Uma das explicações é o fato do processo de urbanização e com o desenvolvimento da cidade. A construção de casas do governo também é um fator importante na redução do número de matrículas no campo, segundo informações da coordenação da Educação do Campo, das Águas

e da Floresta da Samed. A rede privada ofertou ensino na zona rural somente até o ano de 2008. Não havendo mais ofertas nos anos posteriores.

Em âmbito municipal atualmente (2017) são 92 escolas na zona rural de Itaituba. Mas é importante destacar que a educação no campo é uma das mais desafiadoras para o município, por diversos fatores, destacados pela Coordenação, que são problemas frequentes nas escolas da zona rural: falta de energia elétrica; falta de água; a inexistência de sala para o funcionamento do AEE; capacitação para professores para educação especial; difícil acesso à escola; distância da família no processo ensino aprendizagem do aluno; falta da merenda escolar para todos os dias letivos; a estrutura física da escola inadequada; evasão escolar e dificuldade de aprendizagem e outros (PPP, 2015-2017, p. 19). Segundo relatos da Coordenação, essas dificuldades não são atuais, é uma realidade antiga e não superada da zona rural.

Outra dificuldade no atendimento a essa modalidade de ensino, como observa Sousa (2012, p. 26), está na extensão territorial do município:

[...] as distâncias entre a cidade e algumas comunidades rurais é um dos obstáculos para o acesso às escolas. Algumas delas localizam-se em 700 quilômetros da sede. Isto dificulta no acompanhamento mais efetivo a elas. Assevera-se, portanto, que tratar da educação no município de Itaituba, é possibilitar melhor entendimento e interpretação do próprio Brasil em suas múltiplas realidades regionais. Este olhar pode contribuir numa reflexão das políticas educacionais que muitas vezes desconsideram essas especificidades quando do seu planejamento.

Como bem observa Silva (2012) essa não é uma realidade exclusiva do município de Itaituba, mas de várias regiões da Amazônia com difícil acesso, fortemente marcada pela heterogeneidade sociocultural, com populações que residem em espaços urbanos e rurais, em cidades “que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infraestrutura precária e não dispor de serviços essenciais e direitos básicos, sobretudo na territorialidade do campo” (CORRÊA E HAGE, 2011, p. 85).

Além da distância, o acesso a essas escolas é realizado por meio das estradas ou por transportes aquáticos. A realidade das estradas no município ainda é bastante precária, a falta de asfaltamento resulta em trechos quase que intrafegáveis e isso se agrava bastante no período chuvoso. Assim como pelos rios, há casos de comunidades bem distantes que embarcações maiores como barcos não conseguem chegar, somente por meio de pequenas canoas ou baidaras é possível, aumentando ainda mais o desafio para uma assistência mais efetiva por parte da Samed.

Como observam Corrêa e Hage (2011, p. 96) ainda há necessidade de que os processos e espaços de construção de políticas e práticas se pautem em uma perspectiva de “educação

emancipatória que inter-relacione os diversos sujeitos, saberes e intencionalidades”. Uma educação que leve em consideração a diversidade amazônica no que se refere ao seu caráter inter/multicultural e que promova “diálogo entre diferentes culturas, etnias, raças, gêneros, gerações, territórios, e particular, entre o campo e a cidade”.

3.2.9 Educação Especial

Na alínea III do artigo 91 da lei orgânica do município determina que é dever municipal garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Educação especial sempre foi um desafio para a Educação Brasileira: professores e demais profissionais da educação despreparados, infraestrutura escolares inadequadas, sem acessibilidade, sem materiais didáticos adaptados, sem recursos multifuncionais. As famílias de alunos especiais enfrentaram e enfrentam ainda hoje, dificuldades em receber um atendimento especializado adequado, de modo que assegure não só o direito à matrícula, mas acima de tudo à permanência desse aluno e a garantia de uma formação escolar que garanta o seu desenvolvimento e dignidade de pessoa humana.

A partir da década de 1990 as discussões sobre a Educação Especial ganham novas aspirações, documentos legais, tais como a LDB/96, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Declaração de Salamanca, Lei nº 10.098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como, vários decretos que tratam sobre o direito à inclusão, combate à discriminação e promoção de acessibilidade. Nos anos 2008 o Ministério da Educação estabeleceu a Política Educacional de Educação Especial que orienta Estados e Município na organização de suas ações para transformar os sistemas inclusivos, reforçando a necessidade de assegurar o direito de uma educação pública de qualidade.

Em atendimento ao que prevê a legislação quanto ao direito à educação às pessoas com necessidades especiais, a Semed implantou no ano de 2004 a Coordenação de Educação Especial, tendo como objetivo central desenvolver uma política Educacional centrada no atendimento aos alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, e com atendimento em Salas de Recurso Multifuncional, com acompanhamentos direto nas escolas, “acompanhamento de matrícula e lotação, reunindo e assessorando os professores, atualizando documentos descritivos da vida pessoal e escolar do discente, e fazendo avaliação e reavaliação diagnóstica dos alunos com indícios de deficiência” (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 57).

Tabela 31 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação geral – Itaituba PA – 2007-2016.

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	Percentual	Matrículas	Percentual	Matrículas	Percentual	Matrículas
2007	52,7	185	2	7	45,3	159
2008	53,6	206	0	0	46,4	178
2009	58,5	172	0	0	41,5	122
2010	71,1	328	28,9	133	0	0
2011	100	378	0	0	0	0
2012	100	490	0	0	0	0
2013	100	459	0	0	0	0
2014	100	493	0	0	0	0
2015	100	529	0	0	0	0
2016	100	575	0	0	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

A tabela 31 mostra a visão geral do atendimento especializado no município, tanto na rede pública quanto na rede particular de ensino, no período de 2007 a 2016. Nos permite visualizar que em atendimento ao que diz a legislação sobre a oferta de ensino aos alunos com necessidades especiais em turmas regulares, a partir de 2011 se deu em 100% no município. A tabela também revela um aumento gradativo no número de matrículas, saltando de 185 em 2007 para 575 salas de aulas comuns, em 2016 e uma redução do número de matrículas em Escolas Exclusivas, revelando um grande avanço ao atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Tabela 32 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – atendimento rede pública – Itaituba/PA – 2008-2016.

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	Percentual	Matrículas	Percentual	Matrículas	Percentual	Matrículas
2008	100	204	0	0	0	0
2009	100	169	0	0	0	0
2010	100	318	0	0	0	0
2011	100	375	0	0	0	0
2012	100	485	0	0	0	0
2013	100	454	0	0	0	0
2014	100	486	0	0	0	0
2015	100	521	0	0	0	0
2016	100	563	0	0	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

A tabela 32 mostra que o atendimento especializado em rede pública de ensino é totalmente realizado em classes comuns, no período apresentado de 2008 a 2016, contudo a Semed avalia que apesar dos avanços no atendimento à educação inclusiva, o município ainda

precisa melhorar no sentido de ampliar o quadro de profissionais, visando formar uma equipe multiprofissional (pedagogo, psicólogo educacional, assistente social, fonoaudiólogo educacional, terapeuta ocupacional, psicopedagogo educacional e clínico, entre outros) para oferecer um aporte socioeducativo de mais qualidade, bem como apoio às famílias (PME/ITAITUBA, 2015-2019, p. 52).

Tabela 33 – Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso – rede pública municipal – Itaituba/PA – 2009-2016.

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	Percentual	Nº Escolas	Percentual	Nº Escolas	Percentual	Nº Escolas
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	3,6	5	1,4	2	2,2	3
2012	7,8	10	7,8	10	0	0
2013	8,7	11	8,7	11	0	0
2014	10,2	13	10,2	13	0	0
2015	10,5	13	10,5	13	0	0
2016	17	13,7	15	12,1	2	1,6

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

Tabela 34– Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso – rede pública estadual - Itaituba/PA – 2009-2016.

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	Percentual	Nº Escolas	Percentual	Nº Escolas	Percentual	Nº Escolas
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	14,3	1	0	0	14,3	1
2013	14,3	1	0	0	14,3	1
2014	14,3	1	14,3	1	0	0
2015	28,6	2	28,6	2	0	0
2016	1	14,3	1	14,3	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

As duas tabelas acima 33 e 34 apresentam os dados da rede pública municipal e estadual quanto aos recursos multifuncionais no período de 2009 a 2016. Na rede municipal apenas em 2011 os recursos passam a ser utilizados em apenas 2 (duas) escolas, apresentando um crescimento gradativo chegando a 13 escolas. Um número ainda bastante insignificante para a quantidade de alunos atendidos. Na rede estadual esse número também é baixo: os recursos só

estavam disponíveis, a partir de 2014, em apenas uma escola. Em 2016 a quantidade de escolas com salas multifuncionais em uso salta para 14,3. Um crescimento bastante expressivo.

É importante ressaltar que a educação inclusiva não envolve somente recursos pedagógicos, mas também a promoção da acessibilidade, o direito de todo cidadão de ir e vir e ter acesso a todos os ambientes da escola, independentes de sua condição física. Talvez esse seja um desafio ainda maior para as escolas em geral e especial das escolas do município de Itaituba, que apresentam pouco ou quase nada de adaptações em seus prédios escolares para permitir esse acesso.

Tabela 35 – Porcentagem de escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida – rede pública - Itaituba/PA – 2009-2016.

Ano	Educação Básica %	Escolas	Ed. Infantil %	Escolas	Ens. Fund. %	Escolas	Ens. Médio %	Escolas	EJA	Escolas
2009	10,3	16	10	3	9,8	14	28,6	2	24,3	9
2010	12,6	19	15,6	5	10,3	14	42,9	3	25,8	10
2012	12,3	18	5,9	2	10,2	13	50	4	20,5	8
2012	13,2	18	3,9	2	11,2	13	50	4	27	10
2013	14,8	20	4,5	3	13	15	50	4	24	12
2014	18,5	25	3,4	3	16,7	19	62,5	5	48,3	14
2015	22,7	30	4,8	4	22	24	62,5	5	50	15
2016	23,5	31	8	7	22,2	24	62,5	5	14	5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação.

A tabela 35 apresenta o percentual de escolas da rede pública com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Na Educação Básica geral, os dados revelam um crescimento gradativo, saltando de 10,3% em 2009 para 23,5% em 2016, no entanto um percentual ainda muito insignificante diante da urgência pela acessibilidade, principalmente em ambientes escolares. Segundo dados da Semed, a acessibilidade no município se reduz a banheiros adaptados e algumas rampas. Na Educação Infantil há uma redução do percentual, que em chega a 15% em 2010, chegando a 3,4% em 2012 e em 2016 em 7 escolas num total de 8% das escolas. No Ensino Fundamental a realidade não é muito diferente: houve um aumento de 2009 de 9,8% para 22,2% em 2016, no entanto, esse percentual ainda precisa ser maior no município, cujo atendimento escolar tem concentração no ensino fundamental.

No Ensino Médio, pelo fato do município ter 6 escolas estaduais, o percentual se revela mais otimista, aumentando gradativamente de 28,6% de 2009 para 62,5% em 2016. Mais da metade das escolas possuem, dependências adaptadas. A realidade da EJA se aproxima bastante do Ensino Fundamental regular: com um pouco de variação, pois não há regularidade nos dados

que ora se apresentam mais altos, ora mais baixos variando de 50% em 2015 para 14% em 2016. Uma possível explicação para essa variação repentina pode ser o fato da não oferta da modalidade EJA em algumas escolas, por falta de alunos suficientes para formar turmas, ou mesmo por um recenseamento mais rigoroso.

De modo geral a Educação Inclusiva avança no município, principalmente em relação à quantidade de vagas ofertadas em todos os níveis de ensino, no entanto, no que se refere a pessoal especializado, recursos e espaços adequados, merece maior atenção por parte do governo. Criar políticas educacionais mais efetivas para uma Educação Inclusiva mais eficiente.

3.3 REDE ESTADUAL (1997-2016)

3.3.1 Ensino Médio

Quanto ao atendimento escolar geral, com número de estabelecimento, matrículas e docentes da rede estadual, apresentamos os seguintes dados, conforme tabela 36:

Tabela 36 – Número de estabelecimentos, matrículas, docentes – rede estadual – Itaituba/PA -1997-2016.

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes
1997	39	13.226	...
1998	6	540	...
1999	6	3.666	...
2000	6	3.294	112
2001	5	3.512	99
2002	7	3.784	128
2003	10	4.109	149
2004	11	4.312	141
2005	7	5.124	133
2006 ⁽¹⁾	7	9.609	137
2007	6	5.271	67
2008	6	5.438	104
2009	7	5.716	124
2010	7	5.703	144
2011	7	5.480	151
2012	7	5.642	163
2013	7	5.719	182
2014	7	4.927	167
2015	7	3.466	149
2016	7	3.511	145

Fontes: Matrícula educacenso, relatório Fapespa, Seduc/PA, Inep: Censo Educacional.

Sinal convencional utilizado:

... Dado numérico não disponível.

(1) Inclusão da Educação Profissional de Nível Técnico

Em 1997 a Educação Escolar do município de Itaituba atravessava o período de transição para municipalização do Ensino, portanto, o Estado ainda assumia juntamente com o Município o Ensino Fundamental. Conforme tabela 36, observa-se a redução no número de estabelecimentos de ensino e de matrículas de 1997 para 1998, quando a municipalização é concretizada. Os estabelecimentos do Estado foram repassados ao município. Dessa forma a educação infantil e o ensino fundamental passam a ser de total responsabilidade da rede municipal de ensino, administrado pela Secretaria Municipal de Educação – Samed.

Das 39 escolas estaduais 6 permanecem sob responsabilidade da 14ª URE. Por motivo da redução das escolas, ocorreu também, a redução do número de matrículas que diminui de 13.226 (1997) para 540 em 1998. Infere-se que o registro do número de matrículas possa ter sido uma falha do censo escolar e que o número de matrículas tenha sido bem mais que o registrado no censo de 1998, pois em 1999 o número de matrículas salta para 3.666 e permanece na média até o ano de 2006 quando há um aumento para 9.609, devido a inclusão das matrículas do ensino médio técnico, implantado no município. De acordo com informações da Seduc foi um ano de muita procura, tanto para o ensino médio regular, quanto para o médio técnico, tendo um aumento de quase 50% no número de matrículas.

Em 2009 foi inaugurada no município a primeira escola técnica sob responsabilidade do Estado, a Escola Estadual de Educação Tecnológica do Pará – Eetepa – ofertando o ensino médio integrado à Educação Profissional, com cursos de Técnico Ambiental, Florestal, em Agricultura, Pecuária, Agroindústria, Joalheria e Informática.

Quanto ao quantitativo de docentes não foram encontrados nas fontes de pesquisas registros de 1997, 1998 e 1999, portanto não foi possível verificar a redução do número de professores com o processo de municipalização do ensino a partir de 1998. Os dados da tabela 36 apontam que desde 2000 o quadro de docentes da rede municipal apresenta uma média de 140 docentes, com um destaque para o registro de 2007 com 67 docentes apenas, o que pode caracterizar uma falha no censo desse ano.

Tabela 37 – Número de Escolas, Docentes e Matrículas – rede estadual – Itaituba/PA – intervalo entre as gestões.

Anos	Ensino Médio Regular		
	Escolas	Docentes	Matrículas
1997
2000	6	112	3.294
2001	6	99	3.512
2004	11	141	4.312
2005	7	133	5.124
2008	6	104	5.438
2009	7	124	5.716
2012	7	163	5.642
2013	7	182	5.719
2016	7	145	6.628

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação, Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica/ Relatório Fapespa.

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível.

Quanto aos dados sobre o atendimento escolar público estadual, intervalo entre as gestões, referentes apenas aos níveis infantil, fundamental e médio, conforme tabela 37, não foram encontrados dados nas fontes pesquisadas sobre o ano de 1997, portanto não podemos comparar os dados com o final da gestão de 2000. Pelos registros históricos sobre a educação já relatados, sabe-se que a municipalização do ensino ocorreu em 1998 com a passagem do ensino fundamental para responsabilidade do município, logo houve uma redução quanto ao número de estabelecimento e matrículas nesse ano.

Na gestão 2001-2004 percebe-se um pequeno crescimento quanto ao número de docentes que passa de 99 em 2001 para 141 em 2004, em média um aumento de 10 professores por ano e quanto ao número de matrículas que passa de 3.512 em 2001 para 4.312 em 2004. Um aumento médio de 200 alunos por ano. Houve também um aumento quanto ao número de estabelecimentos de 6 para 11.

No intervalo de 2005 a 2008 ocorre a redução do número de estabelecimentos de 7 em 2005 para 6 em 2008. Observa-se também uma redução quanto ao número de docentes de 133 em 2005 para 104 em 2008. Apesar da redução quanto ao número de estabelecimentos e docentes o número de matrículas teve um leve aumento.

Ao contrário da gestão anterior, no intervalo 2009-2012, houve um aumento no número de docentes e uma redução no quantitativo de matrículas, permanecendo também com o mesmo número de estabelecimentos. No intervalo 2013-2016 ocorre novamente a redução do quantitativo de docentes e um leve aumento quanto ao número de matrículas.

Em linhas gerais, o atendimento escolar estadual no município de Itaituba de 1997 a 2016 manteve uma regularidade quanto ao número de docentes e o número de matrículas. De 2000 para 2016 houve um aumento de 50,3% de aumento, um crescimento em média de 3,14% ao ano.

Tabela 38 – Matrículas Ensino Médio – rede pública de ensino (estadual e municipal) – Itaituba/PA - 1998-2016.

Ano	Rede Estadual	Rede Municipal
1997
1998	540	...
1999	3.355	231
2000	3.056	777
2001	3.219	238
2002	3.464	354
2003	3.773	491
2004	4.179	148
2005	4.742	134
2006	4.688	28
2007	4.720	61
2008	4.202	82
2009	4.248	..
2010	3.946	..
2011	4.004	..
2012	4.007	..
2013	4.319	..
2014	3.987	..
2015	3.760	..
2016	3.786	..

Fonte: Matrícula Educacenso.

Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico

... Dado numérico não disponível

A tabela 38 apresenta dados com o número de matrículas no Ensino médio na rede Estadual e na rede Municipal no período de 1998 a 2016. Não foram encontrados dados referente ao ano de 1997. Os dados revelam que a rede municipal ofertou o ensino médio somente até o ano 2008. A partir de 2009 o ensino médio público passa a ser ofertado somente nas escolas estaduais. Destacamos o ano 2000 e 2003 com um número de matrículas no município um pouco mais expressiva 777 e 491 respectivamente. Nos outros anos o número de matrículas variou de 28 a 354.

Com relação a rede estadual, desde 1998, o município mantém uma média de 3.000 a 4.000 matrículas. Destaque para os anos de 2005 e 2007 onde o município apresentou 4.742 e 4.720 respectivamente, como anos com maior número de matrículas. No ano de 1998 foram registradas no site do educacenso somente 540 matrículas para o ensino médio, no entanto,

infere-se que possa ter ocorrido falhas no censo, pois pela média deveria haver mais matrículas registradas para esse ano.

O fato do município não aumentar a oferta de matrículas para o ensino médio pode ser justificar pelo fato da falta de escolas suficientes, pois conforme quadro 15, abaixo atualmente são apenas 6 escolas estaduais, sendo que 03 (três) delas funcionam em regime de convênio²⁰ com escolas particulares. Desde o ano de 2005 o município mantém esse número de estabelecimentos da rede estadual, o que revela a falta de políticas educacionais por parte do governo do Estado, ou mesmo a colaboração com o município, para esse nível de ensino, visando ampliar o número de matrículas. As escolas estaduais existentes enfrentam ainda dificuldades de infraestrutura, estão sucateadas e com necessidades urgentes de reformas.

Quadro 15 – Escolas da rede estadual e conveniadas que ofertam o ensino médio, Itaituba/PA, 2017

Nº	Escola	Endereço	Observação
1	Escola de Ensino Médio Centro Maranata	Av. Rotary, s/n	Escola em Regime de Convênio
2	Escola Estadual de Ensino Médio Isaac Newton	Av. Manfredo Barata, 645	Escola em Regime de Convênio
3	Centro Educacional Anchieta	Rua Edivaldo de Paiva Macedo, 1238	Escola em Regime de Convênio
4	Escola Estadual Profª Maria das Graças Escócio Cerqueira	Décima rua esquina com a Terceira, s/n	Escola da Rede Estadual sem convênio
5	Escola Estadual Profª Maria do Socorro Jacob	Quarta rua – transamazônica, 344	Escola da Rede Estadual sem convênio
6	Escola Estadual Benedito Correa de Sousa	Av. Marechal Cândido Rondon, 672	Escola da Rede Estadual sem convênio

Fonte: <https://guia-para.escolasecreches.com.br/ensino-medio/itaituba-para/index.htm>

Elaborado pela autora, 2017

3.3.2 Educação de Jovens e Adultos

Quanto à educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino, encontramos os dados de matrículas somente a partir do ano de 1999, conforme tabela 39:

²⁰ Os convênios são instrumento de mútua colaboração entre os seus partícipes. No município de Itaituba o Regime do Convênio com as escolas privadas foi estabelecido pela falta de espaço suficiente nas escolas públicas. As escolas privadas conveniadas, pelo regime de comodato, sedem o espaço físico, tais como, sala de aula, sala para direção, coordenação pedagógica. O Estado se responsabiliza pelos professores e servidores de apoio, tais como, secretários, zeladores, técnicos. Os alunos do Estado são regidos pelas normas das escolas públicas estaduais, mas também obedecem ao regimento geral da escola. De acordo com a 12ª URE, a escola Maranata está sendo negociada com o Estado e em breve não será mais conveniada. O Estado também fica responsável pelo investimento na manutenção dos espaços cedidos da escola conveniada.

Tabela 39 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos – EJA – rede estadual – Itaituba/PA – 1999-2016.

Ano	EJA Fundamental Presencial	EJA Médio Presencial
1999	294	..
2000	238	..
2001	293	..
2002	..	320
2003
2004	..	133
2005	..	382
2006	..	195
2007	..	358
2008	..	794
2009	..	812
2010	..	1.008
2011	..	914
2012	..	1.187
2013	..	1.205
2014	..	836
2015	..	764
2016	..	711

Fonte: Matrícula Educacenso, 2017.

Dados encontrados somente a partir do ano de 1999.

Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível

De acordo com a tabela 39 a rede estadual ofertou a EJA fundamental até o ano de 2001, com uma média de 275 matrículas e somente a partir do ano de 2002 passa a ofertar a EJA médio com 320 matrículas. No ano de 2003 o censo não registrou matrículas para essa modalidade de ensino, registrando 133 matrículas no ano seguinte. De 2007 para 2008 nota-se um elevado crescimento no número de matrículas, saltando de 358 para 794 matrículas, pois há a inclusão dos alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério na contagem do censo. As matrículas para a EJA médio mantêm uma média de 900 matrículas até o ano de 2016, com destaque para o ano de 2013 que apresenta um total de 1.205 matrículas.

3.3.3 Educação Especial

A rede estadual de Itaituba inicia a oferta para alunos especiais em 2007. A tabela 40 apresenta os dados, extraídos do site <matricula.educacenso.inep.gov.br>, a partir do referido ano até 2015. O site enfatiza que os dados de matrículas são de alunos em escolas especiais, classes especiais e incluídos:

Tabela 40 – Matrículas de Alunos com necessidades educacionais especiais – rede estadual – Itaituba/PA – 2007 a 2015.

Ano	Matrículas
2007	9
2008	..
2009	3
2010	4
2011	10
2012	9
2013	19
2014	14
2015	15
2016	...

Fonte: Matrícula Educacenso.

Os dados apresentados revelam um escasso atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais na rede estadual, com destaque especial para o ano de 2013, que registra um atendimento para 19 alunos. Mesmo sendo a maior quantidade registrada, o número ainda é insignificativo para o total de matrículas registradas no município. Em 2008 o que pode ter sido um erro no levantamento das escolas, uma vez que 2009 o censo registra 3 matrículas para o ensino médio. Devido à escassez de dados para essa modalidade de ensino de ensino, entendemos que possa haver falhas no levantamento do número de alunos com necessidades especiais, ou mesmo falta de registros diagnósticos nas escolas.

4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA NO PERÍODO DE 1997-2016

Nesta seção apresentaremos a caracterização da Semed, destacando a infraestrutura física dos prédios onde funcionou/funciona a secretaria, perpassando pelas gestões com a descrição do perfil dos secretários municipais, passando para a rede de ensino atendida pela Semed e pelas políticas desenvolvidas com destaque a descentralização e autonomia da secretaria, descrevendo a organização administrativa. Por fim, concluímos com a análise dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, fazendo o registro por gestão municipal, a partir das categorias: gestão democrática, formação docente, rede física e didático-pedagógica-curricular.

4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DA SEMED POR PERÍODOS

A Secretaria Municipal de Educação de Itaituba foi fundada em 1977, ainda como Coordenadoria Municipal de Educação, na gestão do Prefeito Municipal Altamiro Raimundo da Silva. Teve como primeira coordenadora a religiosa e educadora Heloisa da Costa Bahia (1977 a 1980).

Em 1989 passou a ser Secretaria, na gestão de Benigno Olazar Reges, mas foi legalmente reconhecida em 1991 pelo Decreto Lei Nº 1119/91. Teve como primeira secretária a professora Maria do Socorro Moraes das Neves (gestão de 1989 a 1992).

De 1997 até 2016 a Secretaria funcionou em dois prédios. Um localizado na Av. Hugo de Mendonça, Centro, onde atualmente funciona o Museu Aracy Paraguaçu e o outro na BR Transamazônica, onde funciona até hoje.

4.1.1 Dependências Físicas

No período da primeira gestão do recorte da pesquisa, em 1997 a sede da Semed se localizava na Av. Dr. Hugo de Mendonça, atualmente o prédio onde funciona o museu municipal Aracy Paraguaçu. O prédio pertencia ao patrimônio da Prefeitura. Com o aumento do número de servidores, necessário para o atendimento escolar municipal, havia a necessidade de mudar a Secretaria para um prédio maior. O entrevistado A nos apresenta uma caracterização das instalações desse período:

Olha, o prédio, ele era precário, né? Funcionava lá onde é hoje o museu e os departamentos na época estavam vinculados a uma diretoria administrativa, a duas diretorias: uma administrativa e uma de ensino e praticamente se usava uma média de quatro salas, em função de que o organograma, na sua totalidade, não era utilizado e se trabalhava com o básico, em parte porque não se tinha uma exigência, digamos assim, dessa estrutura que se tem hoje: infantil, fundamental, né? EJA, e educação especial...as modalidades que se tem hoje...naquela época era, praticamente, o departamento de ensino, ele tinha uma equipe multidisciplinar, então ela desenvolvia todas as ações em conjunto, independente da modalidade de ensino. (ENTREVISTADO A).

No ano de 2005 a Secretaria mudou-se para um novo prédio com mais dependências físicas para comportar a quantidade de servidores. O prédio em questão, que permanece como sede da Semed até hoje (2018) localiza-se na Rodovia Transamazônica – Km 3, s/n, bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, possui 40 salas, distribuídas para as coordenações pedagógicas e administrativas, uma sala de reuniões, uma cozinha, dois depósitos e um almoxarifado. Apesar de ser um prédio amplo e bem localizado, é alugado, por este motivo, em breve a Secretaria estará mudando para um prédio público no centro da cidade, que, no momento, passa por reformas para melhorar a infraestrutura predial.

4.1.2 Gestões da Semed

Os dados para composição desse item foram cedidos pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itaituba, por meio de consulta nas fichas funcionais dos secretários.

Quadro 16 - Secretários de Educação de Itaituba/PA por Gestão/Período.

Gestão Municipal	Secretários de Educação	Gestão
1997-2000	Ozemias Nogueira Cardoso	1997-2000
2001-2004	Francisco Felipe dos Santos	2001-2002
	Jeonni da Silva Gama***	2002-2002
	Valdo Luiz dos Santos Gaspar	2002-2003
	Maria Araújo Costa	2004-2004
2005-2008	Rosivaldo Fernandes de Souza****	2005-2005
	Eliene Nunes de Oliveira	2005-2008
2009-2012	Francisco Felipe dos Santos Melo	2010-2011
	Elizete de Fátima Lengler Rodrigues	2011-2012
2013-2016	Ana Paula da Silva Santos	2013-2014
	Uzalda de Miranda de Souza	2015-2016

Fonte: Semed, Paço Municipal, Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itaituba
Quadro elaborado pela autora, 2017.

*** A secretária Jeonni da Silva Gama, segundo ficha funcional informada pela diretoria de recursos humanos da Prefeitura cumpriu o mandato de 11 de junho de 2002 à 19 de agosto do mesmo ano.

****O secretário Rosivaldo assumiu em 01 de janeiro de 2005 até 20 de junho do mesmo ano, assumindo em seguida a secretária Eliene Nunes de Oliveira.

Identificamos pelo quadro 16 que a Semed teve 10 profissionais que ocuparam o cargo de secretário (a) Municipal de Educação, com períodos variando de meses a anos de mandato. Percebe-se que na gestão de 2001-2004 houve uma rotatividade maior da quantidade de secretários, fato justificado por questões políticas administrativas: o primeiro secretário da gestão foi convidado a assumir outro cargo na prefeitura, conforme quadro 16, assumindo a Semed a secretária Jeonni da Silva Gama. Com o falecimento do prefeito, ao assumir, seu vice, foi nomeado um novo secretário, o Sr. Valdo Luiz, mas, o mesmo renunciou do cargo para concorrer às eleições para vereador, assumindo uma quarta secretária na mesma gestão, a Sra. Maria Araújo. Observamos como consequência dessa rotatividade de secretários a falta de continuidade às atividades desenvolvidas e demonstra descompromisso com a educação que deveria ser uma prioridade no município. Assim, detectamos que a escolha dos secretários precisa ser mais criteriosa.

Somente na gestão de 1997-2000 temos um único secretário em todo o período da gestão. Nas demais, constatamos mais de um secretário (a) por gestão. Observamos também que o secretário Francisco Felipe dos Santos Melo cumpriu dois mandatos em períodos diferentes (2000-2001 e 2010-2011).

A seguir, passamos para a apresentação do perfil dos secretários municipais de educação de Itaituba/PA.

4.1.3 Perfil dos secretários

Quadro 17 – Perfil dos secretários municipais de educação, período de 1997 a 2016

Nº	Secretários de Educação	Naturalidade	Escolaridade*	Experiência profissional*
1	Ozemias Nogueira Cardoso	DNE**	Licenciatura em Geografia e B. em Direito	Docência e Advocacia
2	Jeonni da Silva Gama	Altamira/PA	Licenciatura em Pedagogia	Diretora
3	Valdo Luiz dos Santos Gaspar	Itaituba/PA	Bacharelado em C. Contábeis	Professor
4	Maria Araújo Costa	Maranhão/MA	Pedagogia	Docência
5	Rosivaldo Fernandes de Sousa	Santarém/PA	Licenciatura em Letras	Professor
6	Eliene Nunes de Oliveira	Imperatriz/MA	Licenciatura em Pedagogia	Técnica Educacional, Professora, Diretora
7	Francisco Felipe dos Santos Melo	Santarém/PA	Licenciatura em Letras e Artes	Docência, Supervisão e Direção Escolar
8	Lizete de Fátima Lengler Rodrigues	Passo Fundo/RS	Licenciatura em Pedagogia	Diretora

9	Ana Paula da Silva Santos	Governador Eugênio Barros/MA	Licenciatura em Pedagogia	Professora
10	Uzalda de Miranda de Sousa	Barra do Corda/MA	Licenciatura em Pedagogia	Professora

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itaituba

* Escolaridade e experiência profissional dos secretários na época em que atuavam no cargo.

**DNE – Dado não encontrado.

De acordo com os dados coletados, observam-se pelo quadro 17 que a maioria dos secretários municipais de Itaituba tem experiência profissional em docência. Dos 10 secretários, 07 têm experiência como professores, 03 tem experiência em direção escolar e 01 em supervisão escolar. Vale ressaltar que 03 secretários possuem mais de uma experiência escolar. Em suma todos possuem experiências na área da educação.

Um dado interessante é que somente um secretário é natural de Itaituba, um de Altamira, dois de Santarém, um do Rio Grande do Sul e quatro do Maranhão. O que revela a forte imigração de maranhenses no Município. Possuíam formação na área de educação, com nível superior em Licenciatura como Pedagogia, Letras, Geografia e também em Bacharelado em Direito e Ciências Contábeis.

4.1.4 Rede de Ensino Atendida pela Semed

A partir da municipalização do ensino, ainda na gestão de 1997-2000, a Semed precisou se reorganizar para atender as demandas educacionais com o aumento do número de escolas. Para isso a secretaria distribuiu as escolas em quatro áreas de abrangência: a área urbana, a área rural compreendendo as comunidades da estrada de Barreiras, Rodovia Santarém Cuiabá (BR 163), Rodovia Transamazônica (BR 230), Rodovia Estadual Transgarimpeira, Estrada do Faturão, a área de garimpo, de rios e a área indígena. A partir dessa divisão a secretaria conseguiu realizar um acompanhamento mais organizado, no entanto, segundo a coordenação do campo e das águas e das florestas (setor da Semed) essa tarefa ainda é muito desafiadora, devido aos locais da área rural, onde o acesso às escolas serem bastante distantes e as condições de acesso por meio das estradas tem infraestrutura bastante comprometidas.

Quanto a abrangência das escolas, apresentamos os seguintes dados, conforme o quadro 18:

Quadro 18 – Área de abrangência das escolas municipais de Itaituba– Demonstrativo

Áreas	Localidades
Área urbana	Bairro Bela Vista; Bairro Boa Esperança; Bairro Bom Remédio; Bairro da Paz; Bairro Jardim Aeroporto; Bairro Jardim das Araras; Bairro Floresta; Bairro Liberdade; Bairro Nossa Senhora de Nazaré; Bairro Nova Itaituba; Bairro Piracanã; Bairro Santo Antônio; Bairro São Francisco; Bairro São José; Bairro São Tomé; Centro; Distrito de Miritituba; Estrada do BIS - Reicon (3ª Trav.); Residencial Vale do Piracanã; Residencial Wirland Freire (entre quadras 17 e 18); Vila do DNER - Distrito de Miritituba; Vila Militar 53º Batalhão de Infantaria e Selva (BIS);
Área rural	Comunidade Aparecida (Estrada de Barreiras); Comunidade Santo Antônio (Rodovia Santarém Cuiabá – Vicinal 4/6); Comunidade Bela Vista (Vicinal Pedra Branca); Comunidade Boa Vista (Rodovia Transamazônica km 28); Comunidade Bom Jesus (Rodovia Santarém Cuiabá km 1435); Comunidade Cristo Rei (Rodovia Santarém Cuiabá km 1432); Comunidade Curral Redondo km 11 (Sentido Barreiras); Comunidade Filadelfia (Estrada de Barreiras); Comunidade Ipiranga (Estrada do Pimental); Comunidade Jesus te ama (Estrada do Igarapé Pimental); Comunidade Monte Muriá (Rodovia Transamazônica km 40 – Vicinal 11ª); Comunidade Monte Verde (Vicinal do Km 60 Mumurú); Comunidade Nova União (Transfaturão Km 52); Comunidade São Benedito (Estrada da Barreiras); Comunidade São Cristóvão (Rodovia Santarém Cuiabá, km 1435); Comunidade São Manoel (Estrada de Barreiras); Distrito de Campo Verde (km 30), Rodovia Santarém Cuiabá km 1414; Distrito de Moraes Almeida; Distrito de Moraes Almeida (Rodovia Santarém Cuiabá, km 220); Estrada do Faturão km 53; Estrada do Pimental km 10; Estrada de Barreiras kms 18, 28, 38, 45; Estrada de Barreiras (Ramal do Zeca); Estrada de Barreiras (Ramal União); Estrada de Barreiras (Ramal Zeca Dora); Estrada de Barreiras (Vicinal do Careca); Lago do Moreira (Margem esquerda do rio Tapajós); Ramal Faturão km 54; Ramal Universo (Transfaturão); Rodovia Transgarimpeira km 60; Rodovia Transamazônica km 17; Rodovia Transamazônica km 37; Rodovia Transamazônica – Vicinal do km 11; Rodovia Transamazônica km 30 – Vicinal; Rodovia Transamazônica km 1425 – Vicinal Norte Sul;

	Rodovia Transamazônica km 42 – Vicinal Nova Conquista; Transfarturão km 42; Vicinal do Cacau; Vila Rayol km 53;
Área de Garimpo	Distrito de Crepurizão; Garimpo da Água Branca (Rodovia Transgarimperia km 480); Garimpo do Cuiú cuiú; Garimpo do Jardim do Ouro; Garimpo do Marupá; Garimpo do Patrocínio Pista Eldorado; Garimpo do Penedo; Garimpo do Vila Nova; Garimpo São Chico (Rodovia Transgarimperia km 60),
Área de Rios	Comunidade de Ipaupixuna; Comunidade de Pedra Branca; Comunidade Igarapé Açu (Margem direita do rio Tapajós); Comunidade Independência (Margem esquerda do rio Tapajós); Comunidade Itapacurá (Rio Tapacurá); Lago do Ipaupixuna (Margem esquerda do rio Tapajós); Lago do Pagão (Margem esquerda do rio Tapajós); Margem direita do rio Tapajós entre Vilinha e Penedo; Vila de Barreiras (Margem esquerda do rio Tapajós); Vila do Paraná Miri (Margem esquerda do rio Tapajós);
Área Indígena	Comunidade de Pimentel (Margem direita do rio Tapajós); Rodovia Transamazônica km 43; Rodovia Transamazônica entre Bururé e Rio Tapajós; Vila de São Luiz do Tapajós;

Fonte: Semed, 2017

Na zona urbana da cidade de Itaituba, a Semed atendeu em 2017, em quase todos os bairros da cidade, privilegiando atendimento mais próximo ao aluno. Em bairros maiores, tais como, Bela Vista, Liberdade, Bom Remédio e Jardim das araras, possuem mais de uma escola para atender toda a demanda de alunos do bairro para que não tenham que se deslocar para outros. No ano de 2017, segundo a Semed, eram 42 escolas funcionando na zona urbana de Itaituba. Atenta-se para as escolas que funcionam dentro dos residenciais o que facilita bastante para o atendimento dos alunos que lá residem.

Como já mencionado a zona rural é a mais desafiadora, são mais de 30 pequenas comunidades atendidas em áreas, muitas vezes, de difícil acesso e com longas distâncias geográficas entre uma comunidade e outra. A Semed também atende atualmente 9 áreas de garimpo, 10 comunidades na área ribeirinha e 4 comunidades indígenas. Em 2017 as áreas rural, de rios, de garimpo e indígenas possuíam um total de 95 escolas, tanto com escolas de pequeno porte, com uma ou duas salas de aulas, quanto de médio e grande porte, com 5 a 10 salas de aula.

Apesar da dificuldade do acompanhamento, o quadro nos permite perceber a expansão do ensino municipal público em Itaituba e que áreas distantes já estão recebendo esse

atendimento, mesmo que as vezes em condições ainda inadequadas por conta de infraestrutura física, com falta de carteiras, ventilação adequada, falta de salas para equipe pedagógica ou mesmo sala para os professores, espaços para preparação da alimentação escolar, entre outros.

É importante aqui mencionar a expansão tanto nas áreas indígenas quanto nas áreas de garimpo que hoje é uma realidade no município. Esse atendimento revela um esforço das equipes administrativa, financeira e pedagógica da Semed ao longo dessas gestões que vêm se articulando para a expansão do atendimento escolar público municipal em Itaituba.

4.2 POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELA SEMED

As políticas desenvolvidas pela Semed de Itaituba são as ações desenvolvidas, a partir dos programas e projetos, visando a melhoria da educação no município. Neste tópico discutiremos sobre o processo de descentralização e autonomia construído pelas gestões administrativas.

4.2.1 Descentralização e autonomia: os caminhos para a auto-organização municipal das políticas educacionais

Considerando a CF de 1988 que tornou o município um ente federativo dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, responsável pela elaboração das suas políticas sociais, analisaremos o processo de auto-organização do município de Itaituba e de auto legislação sobre os assuntos de interesse local, especificamente aos da educação pública municipal.

Na busca pela autonomia administrativa, a Câmara Municipal de Itaituba aprova a Lei nº 0001 de 04 de abril de 1990, que estabelece a Lei Orgânica do Município, sem interferência do governo do Estado ou do governo Federal. A lei que funciona como uma Constituição Municipal passa a lei mais importante na regência do município, nas determinações das políticas sociais.

No que se refere à educação, a seção IV da Lei se referem à Educação e à Cultura. Os Art. 91 ao 96 definem, em consonância com a CF de 1988 o dever do município com a educação, assegurando o atendimento escolar básico e gratuito. Os Art. 97 e 98 tratam da valorização do professor e de sua participação efetiva na elaboração do Plano de Carreira do magistério municipal; estatuto do Magistério Municipal; na gestão democrática de ensino

público municipal; no plano municipal de educação plurianual; programas de alimentação escolar; no Conselho Municipal de Educação.

Ainda dando passos rumo a autonomia municipal na elaboração de suas políticas sociais, considerando o período pesquisado, no ano de 1998 é aprovada a Lei Municipal Nº 1.578/98 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município com a participação dos professores e em consonância com a LDB 9394/96. Both (1997, p. 146) afirma que “A qualidade dos recursos humanos de atuação direta e indiretamente na educação é pressuposto indispensável à sobrevivência também qualitativa e perene de uma educação municipalizada”. Nesse sentido o Plano é um importante passo para a educação no município, quanto a valorização dos professores, rumo a um perfil adequado e específico para uma educação pública de qualidade.

Outro importante avanço na autogestão municipal foi a aprovação do Plano Diretor Participativo (PDP) (lei complementar nº 1.181/2006), com vistas ao desenvolvimento de áreas estratégicas em Itaituba. De acordo com o Art. 2º da lei, o plano é o instrumento básico da política municipal para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do meio urbano e rural. Para o desenvolvimento da educação, o Plano define os objetivos da política educacional, a saber: I – entender a educação enquanto política pública articulada com demais políticas públicas, principalmente com a cultural, favorecendo assim a inclusão do homem enquanto um indivíduo sócio histórico cultural; II – garantir a autonomia da Secretaria Municipal de Educação em relação aos projetos pedagógicos e aos recursos financeiros, humanos e estruturais necessários à sua manutenção; III – promover ações que integrem o ensino infantil, o fundamental, a educação para jovens e adultos, a educação indígena, a educação especial, assim como os profissionais destas modalidades, no sentido de coibir a educação fragmentada.

É importante destacar o objetivo II, a partir das considerações de Both (1997, p. 153-154) ao observar que:

É evidente que uma educação municipalizada não se estabelece nem mesmo sobrevive à custa de mera capacidade administrativa, se tal não se fizer acompanhar de uma autonomia de gestão a partir de uma autêntica descentralização administrativa por parte dos governos federal, estaduais, e respaldada com recursos de toda ordem, e ainda com o apoio e a participação fiscalizadora e propositora de uma sociedade organizada.

Nesse sentido, garantir a autonomia da Semed é um importante passo de descentralização e autonomia municipal para o desenvolvimento da educação pública escolar e da municipalização do ensino. O Plano diretor propõe essa autonomia, a partir das ações

estratégicas a serem desenvolvidas pela Secretaria no sentido da mesma executar de maneira autônoma e com a participação da sociedade as ações previstas, entre elas, é importante destacar que uma das ações do PDP é a elaboração do Plano Municipal de Educação em conjunto com a sociedade civil e o fortalecimento dos Conselhos municipais de educação, da escola e de alimentação escolar (antigo Conselho de Merenda Escolar).

Em 2009 foi aprovado o primeiro Plano Municipal de Educação (lei municipal nº 1.961/2009), como resultado de discussões participativas da comunidade escolar e sociedade civil, culminado com a I Conferência Municipal de Educação, cujo tema foi “Educação, desenvolvimento e cidadania com participação popular”. O documento teve como fundamentos legais a CF 1988 e a LDB 9394/96. De acordo com Both (1997, p. 81) a autogestão é a essência da democracia. Dessa forma, o PME 2009-2019 aponta para um momento de autogestão do processo educacional no município, a partir de uma gestão que busca a democracia desse processo.

O PME 2009-2019 é revogado pela lei municipal 2.853/2015, passando a vigorar nesta gestão o novo PME 2015-2019. De acordo com a apresentação do novo documento, o mesmo precisou ser revisado para atender ao Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005/2014.

A criação ou revisão do PME propõe a discussão no âmbito da coletividade, as metas e estratégias à luz das diretrizes estabelecidas no novo PNE, planejando o curto, médio e longo prazo, contribuindo para a efetivação do acesso e permanência à educação em todo país. (PME 2015-2019, p. 16).

Portanto, a revisão do Plano era necessária para a busca da unidade ao atendimento escolar no país, consolidando o regime de colaboração, previsto no Art. 211 da CF de 1988, em busca da universalização do ensino público obrigatório.

4.2.2 Descentralização e autonomia: a organização administrativa da Semed

a) Gestão 1997-2000

Na gestão de 1997 a 2000, a Secretaria além da Educação era responsável pelas ações culturais e desportivas do município, por isso era Secretaria de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD, no entanto, iremos nos ater, nesta pesquisa, somente nas ações desenvolvidas na área da educação. O Setor educacional da Secretaria, nesse período, teve dois organogramas (apêndice A e B) devido a municipalização do Ensino em 1998, pois passa a assumir também o ensino fundamental, sendo, portanto, necessário a criação da Divisão de ensino fundamental.

Ligada a esta Divisão foram criadas mais oito (8) seções para atender a demanda do município que despontava para uma evolução acelerada do ensino escolar municipal. A saber: Seção de ensino regular, de ensino supletivo, de educação especial, de educação indígena, de arte e educação, de educação ambiental, de educação a distância e a Seção de educação de jovens e adultos.

Conforme organograma 2 (apêndice B), apesar da Municipalização, ainda está presente na estrutura da Secretaria a Divisão de Ensino Médio e Educação Profissional, já que durante o processo os alunos do ensino médio que estavam matriculados permaneceram nas escolas municipais até a conclusão do ensino médio, assim como a educação profissional, pois a secretaria assinou o projeto Escola Técnica.

O organograma 2 revela um aumento considerável de funções na Semed, que precisava se adequar para a nova realidade do município ao assumir o ensino fundamental. Houve nesse período o aumento do quadro de pessoal. Os dois organogramas dessa gestão já evidenciam uma estruturação administrativa da Semed com divisões por níveis e modalidades de ensino, interligadas à Secretaria geral. Podemos constatar um alargamento rumo à autonomia.

Vale ressaltar que, segundo registro no museu Aracy Paraguaçu, no ano de 1977, o município criou a Coordenadoria Municipal de Educação para atuar nos assuntos educacionais, com apenas quatro servidores atuando. No ano de 1989, a Coordenadoria passa a Secretaria Municipal de Educação, tendo em seu quadro uma secretária e mais onze servidores. Considerando o período pesquisado, com quase dez anos após sua fundação como secretaria, os organogramas apontam para um crescimento após a municipalização do ensino, exigindo a criação de novas divisões dentro da secretaria, conforme evidenciamos nos organogramas apresentados.

b) Gestão 2001-2004

O organograma 3 (apêndice C) dessa gestão apresenta uma estrutura administrativa distribuída em quatro grandes diretorias, sendo uma de cultura, uma de desporto, a diretoria de ensino e a diretoria administrativa. Por se tratar de um organograma com muitas subdivisões, o reelaboramos sem as subdivisões das diretorias de cultura e desporto, conforme observado no apêndice C, para nos determos nas divisões da diretoria de ensino.

É importante observar neste organograma a Seção de ensino médio regular, que conforme observado anteriormente, o município permaneceu ofertando o ensino médio até o ano de 2008. Destaca-se desse organograma a Seção denominada de Núcleo Universitário, com

subdivisões de cursos de 3º grau e pré-vestibular e CPADC, pois a Semed, devido aos convênios celebrados com as universidades, era responsável pelo funcionamento dos cursos superiores, no que se refere à logística. Portanto, esse setor era responsável em gerenciar o bom funcionamento dos cursos, além do gerenciamento de cursos pré-vestibular solidários.

Analisa-se que tais atribuições refletem um excesso de atribuições para a Secretaria que deveria estar mais focada com as questões relativas a educação, infantil, ensino fundamental e suas modalidades de ensino.

c) Gestão 2005-2008

A partir do organograma 4 da Secretaria (apêndice D) percebe-se que a Secretaria de Educação ainda funcionava como SEMECD, semelhante ao organograma da gestão anterior, em sua organização administrativa constavam as quatro grandes diretorias, a saber: Diretoria de Cultura, Diretoria de Desporto, Diretoria de Ensino e Diretoria Administrativa e estas em setores ou coordenações para atribuições específicas. Um destaque para o setor de Serviços elétricos, responsável pela manutenção desses serviços nas escolas e do setor responsável pelo PDDE, criada pela necessidade de manutenção de lâmpadas, ventiladores, bebedouros e outros equipamentos elétricos das escolas. A seção dava mais autonomia para a Semed, uma vez que não teria que depender de outra secretaria para solucionar os problemas das escolas. Dessa forma, tais problemas eram solucionados com mais agilidade.

Quadro 19 - Quantitativo de servidores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD de Itaituba, por departamento – ano de 2007

Nº	Departamento	Quantidade de Servidores
1	Almoxarifado	4
2	Coordenadoria Zona Rural	13
3	CPADC	4
4	DEN/Cedidos*	7
5	Dicult/Biblioteca Pública	9
6	Diretoria Administrativa	15
7	Diretoria de Cultura	9
8	Diretoria de Desporto	4
9	Diretoria de Ensino	31
10	Gabinete do Secretário	12
12	Núcleo Universitário	7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Programa de Transparência 2007
Elaborado pela autora, 2017

*Diretoria de Ensino – servidores cedidos para outros órgãos.

Conforme quadro 19 em 2007 a SEMECD possuía em seu quadro um total de 115 servidores, sendo que destes 7 estavam cedidos para outros órgãos, os servidores eram distribuídos conforme a necessidade de cada setor. A diretoria de ensino tinha um total de 31 servidores, distribuídos em 11 coordenações específicas.

Como forma de organização, por não haver ainda um Plano Municipal, a gestão organizava o Programa Anual de Gestão Educacional do município - PAGEM, que era o documento norteador para as políticas desenvolvidas no município. O documento era elaborado por diretores, vice-diretores, técnicos educacionais, secretários de escolas, professores e pessoal de apoio. Durante a pesquisa tivemos acesso ao PAGEM de 2005 e tivemos dificuldade em encontrar os demais na Semed. O documento apresentava as principais ações a serem realizadas pela Secretaria durante aquele ano, tendo como objetivo geral: garantir ensino público de qualidade para toda comunidade escolarizável do município. De acordo com o documento as ações seriam avaliadas ao final de cada ano para elaboração do novo PAGEM para o ano seguinte.

d) Gestão 2009-2012

Em agosto de 2011 a Câmara Municipal de Itaituba aprovou e o Prefeito Valmir Clímaco de Aguiar sancionou a Lei Municipal Nº 2.189 que dispõe sobre estruturação e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, define o seu organograma e dá outras providências. Em seu Art. 2º a lei estabelece as atribuições da Secretaria, conforme apêndice E.

O organograma evidencia que a Secretaria está dividida em duas grandes Diretorias Administrativas e os Conselhos, diretamente ligados ao Secretário Municipal. As diretorias se subdividem em Coordenações e as Coordenações se subdividem em Departamentos. Em síntese, à Diretoria de Ensino cabem as atribuições voltadas ao ensino-aprendizagem, formação de professores, acompanhamento geral e apoio à educação escolar do município. A Administrativa tem como principais atribuições a manutenção das escolas: carteiras escolares, reformas de escolas, construções, licitações, a distribuição da merenda escolar e manutenção do transporte escolar.

A Diretoria de Ensino possui uma Assessoria Técnica Administrativa e mais 9 Coordenações. A Diretoria Administrativa também possui uma Assessoria Técnica Administrativa e mais três Coordenações. Apesar dessa divisão hierárquica que visa otimizar o trabalho da secretaria, a lei em seu Art. 8º predispõe que todas as unidades integrantes da

estrutura administrativa da Semed funcionem em regime de mútua colaboração, respeitando as competências regimentais de cada setor.

De acordo com o PME (2009-2019, p. 13) em 2009 a Semed (diretoria de Educação), ainda como Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD, tinha um quadro de servidores de 767 professores, 6 administradores escolares, 18 orientadores educacionais, 20 supervisores escolares, 01 psicopedagogo, 21 assistentes administrativos, 159 auxiliares de serviços gerais e 115 merendeiras e 129 vigias, totalizando 1.236 profissionais atuando na educação municipal.

e) Gestão 2013-2016

A partir dessa gestão a Secretaria é desmembrada e passa a se responsabilizar somente das ações educacionais no município, agora como Secretaria Municipal de Educação – Semed, como permanece atualmente, no ano de 2018. A divisão permite uma gestão mais focalizada nos problemas educacionais municipais, relativas à educação infantil e ensino fundamental e suas modalidades.

O mesmo organograma, instituído pela Lei Municipal Nº 2.189 é válido e utilizado na gestão de 2013-2016 (apêndice E) e ainda atualmente é a estrutura oficial da Secretaria, mas de acordo com informações dos servidores atuais já há necessidade de alterações, pois novas demandas surgiram para a Secretaria que não se encaixam nas diretorias ou coordenações existentes.

Encontramos no relatório do 1º quadrimestre (2013) da Secretaria que no início da gestão, em 2013, o quadro de servidores administrativos era de 936, sendo 641 efetivos e 295 temporários. Os servidores eram distribuídos nas coordenações de acordo com a necessidade do setor e prestavam conta de suas ações ao gabinete da secretaria, por meio dos relatórios de atividades, entregues semestralmente.

Percebemos que a partir do organograma estabelecido por lei municipal, a secretaria passa a ter mais autonomia para gerenciar as atividades relativas ao ensino no município. As ações relatadas adiante também irão demonstrar que a secretaria já tem autonomia para realizar projetos e programas sem parcerias com outras secretarias ou mesmo sem depender diretamente da intervenção da prefeitura.

Apesar desse avanço no que se refere à autonomia, vale ressaltar que o problema da descontinuidade de uma gestão municipal para outra foi bastante observado, principalmente no

que se refere ao arquivamento de documentos de uma gestão para outra, sejam eles digitais ou não. Tal fato prejudica uma análise linear das ações da Secretaria.

4.3 PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SEMED (1997-2016)

Os programas e projetos serão apresentados por gestão municipal, relacionados às categorias de análises: gestão democrática, formação docente, rede física e didático-pedagógico-curricular.

4.3.1 Programas e Projetos: Período de 1997 a 2000

Por se tratar de um período de transição da municipalização do ensino no município, os programas e projetos eram definidos a partir das necessidades mais urgentes. Três grandes áreas tiveram destaque para as políticas educacionais desse período: infraestrutura física das escolas, tanto no que se refere a reformas quanto em construção de novos prédios; formação de professores e organização da legislação educacional, tais como: plano de cargos e salários, regimentos das escolas, entre outros.

A Lei Municipal nº 1.578/98 dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município como uma das primeiras ações no sentido de institucionalizar e valorizar o profissional da educação, pois havia no município carência de dispositivos legais que são indispensáveis à descentralização das ações, bem como instituir comissões para os cargos de direção e vice direção e secretários de escolas, como forma de valorização dos profissionais da educação, conforme se observa no relatório da SEMECD (1999, p. 23):

Pela primeira vez na História da Educação de Itaituba, as Unidades Escolares possuem, de uma só vez, 45 diretores, 18 vice-diretores e 44 secretários, nomeados pela Prefeitura Municipal de Educação, perfazendo um total de 107 funções gratificadas (FG). Grande parte destes com, com a qualificação exigida em Lei, de habilitação em administração escolar, no caso de diretores, e curso médio de magistério para secretários.

Em consonância com a LDB 9394/96, o Plano destaca em seu Art. 11 que a formação de docentes para atuar na Educação Básica será de nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do

ensino fundamental, formação de nível médio, na modalidade curso Normal (2º grau em Magistério).

A formação de professores, de acordo com o entrevistado A foi apontada como prioridade nos programas e projetos.

A princípio a secretaria já tinha no seu planejamento, pela deficiência do quadro, de professores que não eram graduados, então ela só tinha uma preocupação com essa formação contínua, os demais programas, eles eram específicos do MEC, como o Acelera, o Brasil Alfabetizado, então esses dois eram a base do, da espinha dorsal, o que a princípio, sempre, naquela época e hoje a demanda maior do ensino é nas séries iniciais, entendeu? Então, o que se vai trabalhar ali na base? A questão da alfabetização, a questão do currículo, dos PCN, que na época também é uma formação do próprio MEC disponibilizar a formação, né? Material para que as escolas construíssem né? O seu plano curricular global. Então, especificamente eram essas ações. (ENTREVISTADO A).

O relatório da conjuntura atual da SEMECD (1999) apontou que em 1997 eram apenas 15 professores com Nível Superior no ensino municipal. Em 1998 esse número aumentou para 32 professores e em 1999 já eram 95 professores, graças as parcerias celebradas com as a UEPA e UFPA. O município também precisava reduzir o número de professores “leigos” que atuavam principalmente nas escolas do campo, por isso surgiu o Projeto Gavião I e II, com o objetivo de formar professores “leigos” em 1º e 2º graus para atuar na Educação Básica.

Ainda sobre os programas e projetos dessa gestão, a fala do entrevistado A deixa evidente que a secretaria fazia a adesão aos programas do Governo Federal e cita dois deles adotados pelo município: o Acelera Brasil e o Brasil Alfabetizado como a base dos projetos desenvolvidos. Observamos pela fala do entrevistado que a alfabetização, inclusive de adultos foi estabelecida como uma das prioridades da política educacional. Ao ser questionado sobre o programa ou projeto que tenha trazido um resultado mais significativo para a educação em Itaituba, o entrevistado comenta que:

O Brasil Alfabetizado porque ele trabalhava na base, só que ele pegava muito mais adultos, pessoas que estavam fora da escola. Era um projeto muito bom porque trazia essas pessoas de volta para as escolas, você tinha uma coordenação, você tinha um monitor que ia de casa em casa, então, se o projeto tivesse dado continuidade, hoje, talvez, o nosso número de pessoas não alfabetizadas tivesse reduzido, entendeu? (ENTREVISTADO A).

Observa-se ainda pela fala do entrevistado que não houve continuidade ao programa. O mesmo acredita que sua continuidade teria trazido importantes resultados para o município quanto a redução do número de analfabetos, o que também é uma realidade a ser superada em todo o país.

O outro grande foco das políticas desenvolvidas por esta gestão foi o de projetos voltados para as reformas e construções de novas escolas. Destaca-se ainda como uma das ações da gestão a realização do primeiro concurso público, através do Edital 01/98 de 26 de maio de 1998, com oferta de mais de 550 vagas para diversos cargos educacionais. O concurso foi um marco para a história do município que até então contava com um elevado número de servidores contratados (SEMECD, 1999).

4.3.1.1 Programas e Projetos: gestão democrática

Conforme previsto na CF 1988 e LDB 9394/96 a Gestão Democrática prevê a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões, tanto na elaboração e definição de políticas públicas, quanto nas ações decorrentes dessas políticas. Nesse sentido, as secretarias municipais de educação precisam ser promotoras de uma gestão que privilegie a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões que dizem respeito aos assuntos educacionais. Na Semed observamos que a Gestão Democrática foi sendo construída ao longo dos anos, com ações que envolvem a participação comunitária, tais como, a criação dos conselhos escolares, eleição para escolha de diretores e vice-diretores, elaboração participativa dos Projetos Políticos Pedagógico das escolas do campo e das escolas indígenas.

Poucos registros foram encontrados voltados para a Gestão Democrática. Vale ressaltar que a temática, na época ainda estava em discussão nos meios sociais e educacionais e sua compreensão ainda era bastante confusa, conforme observa Cury (2002). Registramos que em 1997 foi instituído pela lei nº 1.516/97 o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Itaituba, lei alterada em 2000 pela 1.665/00, um importante passo envolvendo a participação da comunidade nas decisões educacionais, deliberando, fiscalizando e controlando a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar.

Foi criado também no mesmo ano o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEF, pela lei municipal nº 1.132/91 para assessorar e acompanhar a aplicação dos recursos do fundo. Apesar das dificuldades, as atas comprovam que o Conselho era atuante no município e se reunia com frequência.

Em 1998 foi reativado o Conselho Municipal de Educação, criado em 1991 pela lei municipal nº 1.132/91, com a finalidade de assessorar e sugerir diretrizes na área das políticas educacionais do município, no entanto, não conseguiu se consolidar no município e até o ano presente ano de 2018 não conseguiu a sua constituição e atuação no município.

Outra ação mencionada pelo entrevistado A para uma gestão democrática se refere a escolha da direção das escolas pela comunidade escolar, por meio do processo democrático de eleição:

O processo aqui inicia, já com essa nova roupagem da participação da comunidade, todo, digamos assim, uma normatização desse processo de gestão pra escolha desse diretor pela comunidade escolar e a exigência para a escolaridade dele, a abertura para aqueles professores que são formados em outras áreas sem ser a pedagogia, mas desde que ele tenha a gestão escolar, ele pode participar do processo, só que, quando a gente pensa assim na, em mudança, né? Em gestão, seja não só na gestão, mas como também nessa questão de melhoria do ensino, a gente tem sempre que analisar os dois lados. Porque assim, a gestão democrática, ela não, até hoje ela não deu resultado que esperava. Entendeu? (ENTREVISTADO A).

No entanto, o entrevistado esclarece que esse processo poderia ter sido melhor se as escolas não primassem pela neutralidade da eleição, pois ele acredita que ainda há, nas escolas municipais, uma escolha prévia, pela comunidade escolar, especialmente pelos professores, de uma direção que seja flexível e a preocupação com a gestão propriamente dita fica em segundo plano. É preferível um gestor que não cobre tanto do que um gestor que administre bem a escola. Como já mencionado acima, a gestão democrática no município de Itaituba nesta gestão ainda era bastante tímida, ensaiando os seus primeiros passos.

4.3.1.2 Programas e Projetos: formação docente

De acordo com Both (1997) em uma municipalização do ensino, os recursos humanos tornam-se matéria-prima, funcionando como mola propulsora e dinamizadora. Segundo o autor é necessário a qualificação desses recursos, especialmente aos da zona rural, “visto que considerável parte dos professores formados na zona urbana não encontra incentivos suficientes para se fixar na zona rural”.

No início da sua municipalização, Itaituba enfrentava um grande desafio com a qualificação dos recursos humanos, tanto de docentes, quanto de técnicos. Uma das primeiras iniciativas da gestão, na época, foi a de contratar pessoal formado, vindo de outros municípios, principalmente da capital Belém, para atuar na educação. Eram conhecidos como “os importados” e atuaram mais intensamente na gestão administrativa da Semed. O secretário de educação desse período foi um dos que vieram da capital para desenvolver a gestão educacional em Itaituba.

Mesmo com a vinda de recursos, ainda era necessidade urgente no município pensar a formação de professores, em especial aos da zona rural. A maioria dos docentes que estavam atuando tinham apenas o ensino fundamental e em alguns casos, o ensino fundamental

incompleto. De acordo com o entrevistado A, a formação dos professores era uma prioridade entre as políticas implementadas pela Semed:

Já por conta da própria Secretaria de Educação tinham os cursos de formação continuada, em questão de metodologia, de avaliação, de currículo, tá? O município sempre trabalhou porque existia uma parceria com a Universidade Federal do Pará, que aqueles projetos que os professores desenvolviam em sala de aula, com os acadêmicos, esses trabalhos, muitas das vezes, eram trazidos para o município para a qualificação de professores, então existia uma relação muito próxima, entendeu? Para corrigir essa demanda, até porque é...o projeto Gavião, mesmo sendo ele feito com a SEDUC, mas ele tinha parceria com a UFPA, entendeu? Na qualificação desses professores. (ENTREVISTADO A).

Em 1999 foi assinado um convênio entre a PMI e a Universidade Estadual do Pará para a oferta de 40 vagas para o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, em Belém, capital do estado. O curso teve a duração de 2 anos e ocorreu na Capital. Na ocasião a PMI se comprometeu com o pagamento do salário dos professores, hospedagem, alimentação e passagem dos professores, além do material e infraestrutura física do curso. O curso foi totalmente financiado com os recursos do FUNDEF/MEC, destinado à formação de professores (SEMECD, 1999).

Outras ações foram realizadas para essa formação dos professores, tais como: oficinas, encontros de reciclagem, capacitação, treinamentos, debates, seminários, socialização de técnicas pedagógicas e metodologias de ensino, entre outras atividades realizadas com frequência pela Secretaria (SEMECD, 1999).

4.3.1.3 Programas e Projetos: rede física

Devido ao início da municipalização do ensino a gestão precisava investir na infraestrutura física das escolas. De acordo com o relatório da SEMECD (1999) foram construídas cinco novas escolas na zona urbana e vinte escolas na zona rural, além da reforma de mais duas escolas da zona urbana e cinco creches para atendimento à educação pré-escolar.

Mesmo com essas construções e reformas, o número de alunos ainda excedia a quantidade de prédios para as atividades escolares, portanto, a gestão optou pela celebração de convênios de cooperação técnica com 33 escolas particulares para garantir o ensino a todos. A prefeitura responsabilizava-se pelo pagamento dos servidores e pela manutenção da infraestrutura física dos prédios.

Com o aumento do quantitativo das escolas, a gestão precisou investir no mobiliário das escolas. Foram adquiridas com recursos do FNDE, 10 mil novas carteiras, lousas, armários,

bebedouros. Houve também repasse de verbas, direto para as escolas para compra de material de consumo para equipar as secretarias. Em 2000 o recurso foi de 104 mil reais (ITAITUBA, 2000).

Observamos que os recursos do Fundef foram de fundamental importância para a municipalização do ensino em Itaituba, pois como afirma Botth (1997) os recursos são fatores determinantes para uma educação municipalizada se tornar possível. Os investimentos na infraestrutura física das escolas municipais era uma exigência do processo que precisava avançar.

4.3.1.4 Programas e Projetos: didático-pedagógico-curricular

Em relação a esta categoria não encontramos muitos registros de projetos. Como observamos, o foco da gestão foi o investimento nas três áreas mencionadas, como uma espécie de “arrumação da casa” para um ensino municipalizado. Encontramos no relatório da SEMECD (1999) das ações já realizadas, o reforço do assessoramento técnico pedagógico nas unidades escolares para nortear na elaboração do Projetos Pedagógicos das escolas, visando uma educação planejada. Os técnicos pedagógicos da secretaria organizavam as reuniões nas escolas com os professores, secretários, entre outros, para orientação quanto a elaboração dos planos, tendo em vista a melhoria do ensino.

Também encontramos no relatório o registro da celebração do Convênio nº 020/97 com a FUNAI e o Conselho Indigenista Missionário – CIME, voltado para a educação escolar indígena, com o objetivo de promover ações de resgate da língua Munduruku, artesanato, memória histórica e cultura indígena. As atividades, em forma de oficinas, eram realizadas na Aldeia do Mangue, na escola indígena Ikon Bijatpu.

4.3.2 Programas e Projetos: Período de 2001 a 2004

Durante a pesquisa de campo, poucos registros dos programas e projetos implementados pela Semed, durante essa gestão foram encontrados. Vale ressaltar que a Secretaria ainda não possui um arquivo digital e os poucos documentos encontrados dessa época estavam em arquivo físico, no almoxarifado, o que dificultou bastante a coleta de dados, pois devido ao tempo, as pastas de arquivo encontravam-se bastante empoeiradas. Para ampliar as informações e podermos resgatar as principais políticas implementadas, tendo em vista o objetivo geral desta

pesquisa, realizamos uma entrevista semiestruturada com um dos ex-secretários municipais dessa gestão, tratado nesta pesquisa como entrevistado B.

Sintetizando as informações, a partir dos dois instrumentos de coleta de dados, temos ações voltadas para a formação de professores, rede física das escolas, com construções de escolas, quadras, mobiliários, ações de valorização dos professores. O entrevistado B, sintetizou as principais ações da Semed, durante os primeiros anos da gestão em que ele esteve à frente da administração da secretaria:

- Construção de novas escolas nos bairros periféricos da cidade e nos conjuntos residenciais do município de Itaituba.
- Escolas da Zona Rural contempladas com construção, ampliação e revitalização da parte física da escola.
- Aquisição de ônibus escolares, lanchas escolares e veículos para execução dos serviços da educação nos diversos setores da Semed.
- Aquisição de 5.500 mobiliários, tais como, mesas e cadeiras para alunos, mesas e cadeiras para os professores e mesas e cadeiras adaptadas para segurança e conforto de cadeirantes.
- Implantação de 06 (seis) Pró-Infância que foram construídas nos diversos bairros periféricos e nos novos conjuntos residenciais.
- Implantação de 10 (dez) quadras poliesportivas em diversas escolas da cidade e interior.
- Perfuração de poços artesianos nas escolas para suprir as unidades escolares de água potável.
- Equipamentos para as escolas, como fogão, freezers, bebedouro, geladeiras, centrais de ar, ventiladores, refrigeradores para pequenas salas e/ou pequenos ambientes.
- Aprovação do PCCR.
- Incorporação das gratificações aos salários-base dos professores e técnicos.
- Gratificações dos diretores, vice-diretores e secretários escolares.
- Enquadramento dos servidores de apoio da administração direta da educação.
- Criação dos cargos de auxiliar de secretaria escolar e técnico em infraestrutura escolar.
- Criação dos níveis de apoio administrativo de nível I (alfabetizado) para o nível III (nível médio), com valores salariais diferenciados de acordo com a escolaridade. (ENTREVISTADO B).

A partir da descrição das principais ações pelo entrevistado B, observa-se que a prioridade da gestão estava relacionada às melhorias da infraestrutura física das escolas e com a construção de novos prédios para atendimento escolar tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, compra de mobiliários, o que revela ainda a fase de adaptação à municipalização do ensino. De acordo com Both (1997, p. 151) os recursos físicos e materiais são fundamentais na implementação da municipalização do ensino, funcionam como “complemento técnico, prático e de apoio à atuação dos recursos humanos. A falta de espaços físicos adequados se constitui em obstáculo para uma municipalização da educação.”

As ações também refletem a prioridade para a organização dos recursos humanos, também defendidos por Both (1997) como fundamentais para a municipalização do ensino. A

valorização dos profissionais de educação para que haja motivação no desempenho de suas tarefas e o cumprimento do que prevê a LDB 9394/96 e CF 1988. A gestão reformulou o Plano de Cargos e Carreiras (PCCR), implementando gratificações para os cargos de diretores e vice-diretores, criação dos cargos de auxiliar de secretaria escolar e técnico em infraestrutura escolar.

Quanto aos programas e projetos identificados nos poucos documentos encontrados e na entrevista semiestruturada, passaremos a descrever de acordo com as categorias de análises determinadas.

4.3.2.1 Programas e Projetos: gestão democrática

“A Gestão Democrática da Educação é ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência” (CURY, 2002, p. 173). Realizá-la na prática, portanto, é bastante desafiadora. É nesse sentido que a Semed de Itaituba foi construindo seu processo de gestar a educação do município de maneira democrática, promovendo ações que envolvessem a participação de todos nas questões decisivas. Os projetos voltados para uma gestão democrática, nessa gestão ainda foram bastante tímidos, dentre os citados pelo entrevistado B está a aprovação da Lei de escolha democrática para diretores e vice-diretores escolares, a criação, com a participação da comunidade escolar em geral da Lei de Gratificação dos diretores, vice-diretores e secretários escolares, variando de acordo com o número de alunos das escolas, instituição de repasse de recursos financeiros para as escolas para compra de materiais e pequenas reformas escolares.

Levando em consideração os poucos dados referentes a esta categoria, não poderemos realizar uma análise mais precisa das ações implementadas durante esse período para a gestão democrática, mas podemos constatar, em comparação com os outros dados coletados é que houve um empenho maior por parte da secretaria em projetos mais voltados para qualificação de recursos humanos e infraestrutura física das escolas. Dessa forma, a gestão democrática apresentava-se em fase de amadurecimento, a partir de ações pontuais, envolvendo a participação da comunidade escolar.

A partir das atas de reuniões, constatamos que o Conselho do Fundef realizava encontros frequentes para acompanhamento do uso do recurso deste fundo e também para deliberação de gastos prioritários para o município. De acordo com as atas, o Conselho também acompanhava, *in loco*, as obras de construção e reformas de escolas feitas com os recursos do Fundef, além de cobrar da Prefeitura prestações de contas periódicas do uso dos recursos para evitar desvios, pois os recursos ainda não eram administrados pela Semed e sim pelo setor financeiro da PMI.

Segundo Both (1997, p. 148): “A sociedade organizada é, por certo, um dos componentes da maior relevância na consecução dos objetivos de uma municipalização da educação e da educação quando municipalizada. Ela compreende as chamadas forças vivas que a integram”. Nesse sentido a atuação do Conselho do Fundef compreende um importante passo rumo a uma gestão participativa.

As atas evidenciaram que a atuação do Conselho foi bastante desafiadora, ora por falta de membros, dificuldades para realização das reuniões pela falta de tempo, por motivos profissionais dos membros, pela falta e clareza nas prestações de conta por parte da PMI, entre outras dificuldades relatadas. No entanto, sua atuação revela o compromisso da sociedade com a educação, mais especificamente com o seu financiamento, assegurando que os investimentos estão sendo legalmente cumpridos, diante de contexto político e social brasileiros que revelam com frequência casos de desvios de verbas, entre elas, as destinadas a setores básicos, tais como, saúde e educação.

4.3.2.2 Programas e Projetos: formação docente

Ainda nesta gestão o problema com a formação inicial de docentes era uma necessidade do município, em especial com os professores da zona rural, como podemos observar na fala do entrevistado B sobre os programas e projetos com resultado mais significativo para educação no município:

O Projeto de Qualificação Docente dos nossos professores, onde houve grande interesse da classe dos professores para se qualificar, tanto é, que nossa Itaituba (atualmente), praticamente não existem professores lotados na docência que não possua o nível superior em Licenciatura Plena, Pós-graduação, mestrado e doutorado. Isto nos deixa muito satisfeitos, em saber que a educação de Itaituba dispõe de um quadro de alto nível entre nossos professores. (ENTREVISTADO B).

Ainda sobre a qualificação docente, o entrevistado B fala da importância dos convênios celebrados com a UFPA, UEPA e UVA, para que esses docentes realizassem a graduação, pois, segundo o entrevistado B, o município tinha carência de recursos humanos nas áreas de Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, áreas das Ciências Exatas e nas áreas das Ciências Humanas. Dessa forma, as parcerias com as instituições de ensino superior eram fundamentais para a formação dos docentes. O Projeto Gavião, iniciado na gestão anterior, foi reativado para a formação específica dos professores da Zona Rural.

Além da formação inicial, a Semed promovia encontros contínuos com o objetivo de promover formação continuada aos professores por meio de palestras, seminários, minicursos, jornadas pedagógicas, com temáticas diversas, tais como, currículo, LDB, parâmetros curriculares nacionais, educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação no campo, entre outros.

4.3.2.3 Programas e Projetos: rede física

Como já mencionado, a gestão estabeleceu os projetos referentes à rede física das escolas como prioridade da política educacional, entendendo que com o aumento do número de matrículas o município necessitava de mais escolas. De acordo com o entrevistado B e com os dados coletados nas atas de reuniões do Conselho do Fundef, investimentos foram feitos para ampliar o número de escolas, revitalização e compras de mobiliários, com o objetivo de melhorar a infraestrutura física das escolas do município.

Apesar do investimento em construção de novas escolas, na seção anterior verificamos que houve uma redução no número de escolas no intervalo entre o início e o fim da gestão. Constatamos de acordo com os dados coletados que muitas escolas da zona rural eram fechadas por não apresentarem o mínimo de estrutura para funcionamento. De acordo com os relatórios da coordenação do campo, das águas e das florestas, muitas escolas da zona rural, funcionavam em locais cedidos por membros da própria comunidade, na maioria das vezes uma sala improvisada com bancos de madeira, totalmente inadequadas para a prática escolar. Essa ainda é uma realidade no município que precisa ser totalmente superada.

É preciso ainda levar em consideração nesta análise que apesar do investimento em construções e reformas, a demanda do município por mais escolas ainda era bastante grande, tanto para a educação infantil quanto para o ensino fundamental. Como vimos nas áreas atendidas pela Semed, são muitas pequenas comunidades ao longo das BR 163 e Transamazônica, além de comunidades ribeirinhas e indígenas que dependem do atendimento escolar público. Dessa forma, a extensão territorial do município é um dos desafios enfrentados pela Semed, pois necessita de recursos suficientes para a melhoria da qualidade dessas escolas. Ao ser indagado sobre as dificuldades enfrentadas durante a gestão, o entrevistado B enfatizou que as dificuldades foram de ordem financeira e falta de compromisso por parte dos governantes que insistem em dizer que não há recurso para serem investidos em educação.

4.3.2.4 Programas e Projetos: didático-pedagógico-curricular

Quanto a esta categoria, poucos dados foram encontrados nos documentos consultados e pouco foram citados na entrevista. Como não encontramos nos arquivos da Semed nenhum planejamento ou relatório de ações, inviabilizou o detalhamento mais preciso dos programas e projetos.

Dentre os programas e projetos identificados está o “Programa de Educação pela Vida”, instituído pela lei municipal nº 1.741/2002 com o objetivo de trabalhar nas escolas municipais temas transversais, tais como: ecologia, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra o uso das drogas, doenças sexualmente transmissíveis, direitos do consumidor e Estatuto da criança e do adolescente – ECA, em atendimento aos PCN que introduz nas escolas o trabalho com a transversalidade. O programa era inserido no currículo das escolas e poderia contar com a participação dos pais e comunidade escolar.

Identificamos também a adesão ao Programa do Governo Federal: “Programa Recomeço” com objetivo de incentivar os jovens com mais de 15 anos e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos precocemente da Educação Fundamental a voltarem a estudar. O programa faz parte de uma política maior de redução da taxa de analfabetismo no país, cujas taxas maiores estão entre as pessoas acima de 15 anos.

4.3.3 Programas e Projetos: Período de 2005 a 2008

A partir dos levantamentos das políticas no município constatamos que no período dessa gestão ainda não havia um plano municipal de educação e a Semed elaborava anualmente seu Plano de Gestão, denominado de “Plano Anual de Gestão Educacional do Município – PAGEM”. O documento era elaborado no início de cada ano com a participação de diretores, vice-diretores, técnicos, secretários, professores e serviços de apoio. Nele eram estabelecidas as políticas educacionais, de acordo com as principais necessidades do município. No PAGEM (2005 p. 16), foram apresentadas as seguintes políticas:

- Universalidade do ensino de forma inclusiva;
- Melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem;
- Institucionalização de práticas eficazes na gestão educacional;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Otimização dos espaços físicos da rede municipal de ensino;
- Valorização da Escola Pública.

O plano estabelecia as metas e as ações a serem cumpridas para o alcance dessas metas, e, a partir dele, as coordenações dos níveis e modalidades de ensino elaboravam seus planos

específicos. No final de cada semestre as coordenações entregavam à diretoria de ensino o seu relatório de atividades, que eram consolidados em um único documento de prestação de contas da Secretaria. O Plano era periodicamente avaliado pela comunidade escolar.

No PAGEM 2005 foram estipuladas 16 metas, voltadas para melhoria da gestão, melhoria do ensino-aprendizagem, ampliação de vagas para a educação infantil, alfabetização dos alunos da 1ª série do ensino fundamental, redução da evasão escolar, aumento do índice de aprovação no ensino fundamental, melhoria da leitura e da escrita dos alunos do ensino fundamental menor, respeito às diversidades da educação no campo, aumento das vagas pra EJA e melhoria do ensino nessa modalidade, realizar um atendimento escolar especializado que assegure a permanência dos alunos, atenção aos alunos indígenas e das atividades culturais, valorização do meio ambiente, garantia de permanência dos alunos bolsistas do Programa Bolsa Família, fiscalização do PDDE e incentivo às atividades desportivas.

Das ações voltadas para a valorização dos profissionais da educação é importante mencionar a lei municipal nº 1.800/2005 que estabelece a criação da gratificação da hora atividade – GHA e da gratificação de suporte pedagógico – GSP e também a lei nº 1801/2005 que aumenta a remuneração dos servidores da Semed. Em 2006 um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi aprovado pela Câmara Municipal de Educação e sancionado pelo prefeito pela Lei Municipal nº 1.816/2006, com alterações que visam a valorização dos profissionais em educação.

Das ações voltadas para a gestão democrática é importante mencionar a Criação do Conselho do Fundeb, pela lei municipal nº 1.837/2007. Os conselhos são importantes passos para uma autêntica gestão democrática municipal, uma vez que os conselheiros têm a responsabilidade ética e moral de representarem e também de defenderem os interesses de seus representados. Podemos constatar, a partir dos dados coletados que o Conselho do Fundeb se reunia com frequência para discutir e acompanhar as ações que envolviam o investimento do dinheiro do Fundo.

Quadro 20 – Síntese dos Programas e Projetos da Semed Itaituba – 2005-2008

DIMENSÃO	NÍVEL/ MOD.	PROGRAMAS E PROJETOS	OBJETIVOS GERAIS DA SEMED	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
1 Gestão Democrática	Educação Básica	1 Capacitação dos Conselheiros ligados à Educação Municipal através de parcerias com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 2 Elaboração e Avaliação do Plano Anual de Gestão Educacional - PAGEM 3 Comissão de Estudo e Avaliação do Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da Educação 4 I Conferência Municipal de Educação Programas do Governo Federal: 1 Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	- Aprimorar a Gestão Democrática. - Valorizar os profissionais da Educação.	- Membros dos conselhos de educação. - Servidores da SEMECD	Governo Federal
2. Formação e Qualificação Docente	Ed. Infantil	1 Formação Continuada Palestras, minicurso, encontros, seminários 2 Oficinas Pedagógicas de Educação Infantil Evento realizado nos 4 anos da gestão	- Promover formação continuada aos professores da Ed. Infantil. - Proporcionar aos docentes momentos para ampliação de seus conhecimentos no que tange as particularidades da Ed. Infantil.	- Professores da Educação Infantil. - Professores que atuam na Educação Infantil.	- Sem parcerias.
	Ens. Fund.	1 Formação Continuada Palestras, minicursos, encontros, seminários	- Promover formação continuada aos professores do Ens. Fundamental.	- Professores do Ens. Fundamental.	- Sem parcerias.
	EJA	1 Formação Continuada Palestras, minicursos, encontros, seminários 2 Projeto Brasil Alfabetizado	- Promover formação continuada aos professores da Educação de Jovens e Adultos.	- Professores da EJA. - Professores alfabetizadores que participam do	- Sem parcerias. - Governos Federal.

		Formação continuada dos alfabetizadores (encontros mensais)	- Promover formação para professores alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado, visando a compreensão do programa.	Programa Brasil Alfabetizado.	
	Educação Especial	1 Projeto Semana Nacional do Excepcional Projeto realizado uma vez por ano de 2005 a 2008 2 Mini-cursos de 80h O uso do Soroban; Déficit Cognitivo. 3 Curso de Libras 120h Curso ofertado pelo MEC para 120 profissionais da Educação. 4 Palestras	- Promover uma discussão entre os educadores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais sobre uma educação que realmente promova a inserção desses alunos na sociedade. - Promover formação e capacitação para os profissionais da Educação Especial.	- Professores e alunos de educação especial.	- Hotel Apiacás, Posto Mimoso, Supermercado Arroucha, Itafrigo, APAE. - Governo Federal - Ministério da Educação – MEC.
3 Rede Física	Ed. Infantil	1 Aquisição de Mobiliários para os Centros de Ed. Infantil	- Equipar os Centros de Ed. Infantil com mobiliários necessários para um ensino mais confortável e prazeroso.	- Centros de Ed. Infantil.	- Governo Federal
	Ens. Fund.	1 Aquisição de Mobiliários para as Escolas de Ensino Fundamental	- Equipar as escolas de Ens. Fundamental com mobiliários necessários para um ensino mais confortável e prazeroso.	- Escolas de Ens. Fundamental.	- Governo Federal
	Educação no campo	1 Reformas na escola do Creporizão e compra de mobiliário. 2 Mobiliário para a escolas do Campo (lousas, armários, fogão, geladeira, mesas, cadeiras, etc)	- Melhorar a infraestrutura das escolas do campo. - Equipar as escolas do campo com mobiliário adequado.	- Escola do Creporizão. - Escolas das áreas de garimpo.	- Governo Federal.
4 Pedagógico Didático Curricular	Ed. Infantil	1 Encontros pedagógicos/ avaliações psicopedagógicas/ reuniões pedagógicas 2 Projetos de Recreação e Educação formal 3 Oficinas pedagógicas para desenvolvimento de atividades lúdicas na Ed. Infantil	- Oferecer apoio técnico pedagógico aos professores da educação infantil.	- Professores da Ed. Infantil.	- Sem parcerias

	Ens. Fund.	<p>1 Projeto de Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos</p> <p>2 Encontros pedagógicos/ avaliações psicopedagógicas/ reuniões pedagógicas</p> <p>Projetos do Governo Federal</p> <p>1 Projeto de Inclusão Digital (implantação de telecentros comunitários nas escolas municipais).</p>	<p>- Implantar o Ensino Fundamental de nove anos na Rede Municipal de Ensino de Itaituba, a partir do ano letivo de dois mil e oito, garantindo o acesso da criança de seis anos de idade.</p> <p>- Oferecer apoio técnico pedagógico aos professores do Ens. Fundamental.</p> <p>- Promover a inclusão digital.</p>	<p>- Rede pública de ensino.</p> <p>- Professores do Ens. Fund.</p>	- Governo Federal.
	EJA	<p>Programas do Governo Federal:</p> <p>1 Programa Brasil Alfabetizado</p> <p>2 Programa EJA Personalizada</p>	<p>- Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil.</p>	- Alunos do EJA.	- Governo Federal.
	Ed. Especial	<p>1 Oficinas de 10h Estimulação precoce, Língua Brasileira de Sinais, Tadoma, O uso do Soroban, Braille.</p> <p>2 Encontros pedagógicos/ avaliações psicopedagógicas/ reuniões pedagógicas</p> <p>3 Oficina de elaboração de materiais pedagógicos para alunos da Educação Especial.</p> <p>4 Aquisição de materiais em alto relevo para alunos com deficiência visual.</p> <p>5 Implantação do programa de computador DOX VOX na Escola Fernando Guilhon.</p> <p>6 Atendimento em sala de recursos</p>	<p>- Capacitar os profissionais da Educação Especial para o uso de recursos que auxiliam no ensino para alunos especiais.</p> <p>- Elaborar propostas pedagógicas que auxiliam na educação especial, visando a inclusão desses alunos e oferecer suporte pedagógico para os profissionais que atuam na Ed. Especial.</p> <p>- Confeccionar material para auxiliar na prática de sala de aula com alunos especiais.</p> <p>- Oferecer recursos que auxiliam o professor na prática</p>	<p>- Profissionais de Educação Especial.</p> <p>- Professores de classes inclusivas e salas de recursos.</p> <p>- Alunos com deficiência visual.</p> <p>- Alunos da educação especial.</p>	

		7 Projeto Ensino Profissionalizante para alunos especiais. 8 Atendimento Fonoaudiológico nas escolas	<p>pedagógica com alunos com deficiência visual.</p> <p>- Oferecer formação profissional para alunos especiais que não puderam atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, em cumprimento a LDB 9394/96.</p> <p>- Oferecer orientação e avaliação fonoaudiológica que contribua no processo de pedagógico em sala de aula e na aprendizagem e na comunicação dos alunos.</p>		
	Educação no Campo	1 Visitas constantes da equipe da Semed para verificar a situação estrutural e pedagógica das escolas da zona rural.	- Acompanhar e oferecer suporte técnico e pedagógico as escolas da Zona rural.	- Escolas da zona rural.	- Sem parceria.
	Educação Ambiental	1 Projeto Escola limpa e arborizada: comunidade saudável	- Promover a educação ambiental nas escolas.	- Escolas Municipais da zona urbana e rural.	- Secretaria de Meio Ambiente - SEMMA

Fonte: Semed, 2018
Elaborado pela autora

4.3.3.1 Programas e Projetos: gestão democrática

Chamar a comunidade para participar ativamente no processo educativo exige perseverança e persistência dos gestores que querem promover a gestão democrática. A partir das fontes consultadas, compreendemos que a Semed de Itaituba vem buscando implementar ações visando aprimorar a democracia na gestão educacional. A elaboração do PAGEM foi uma das ações promovidas, o documento foi pensado com a participação dos diversos profissionais da educação, em seguida a Secretaria propôs o acompanhamento do plano pela comunidade, a partir do princípio de responsabilidade compartilhada.

Observa-se a partir do quadro síntese de programas e projetos um importante passo rumo à gestão democrática das escolas com a adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. As escolas participantes passaram a ter mais autonomia nas decisões na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Destacamos ainda a realização da I Conferência Municipal de Educação em 2007, em parceria com a 12ª URE. Momento em que marca o início do processo de elaboração do primeiro plano municipal de educação, com as aprovações de propostas em plenárias durante o evento que contou com a participação dos:

[...] trabalhadores em Educação da rede municipal e estadual de ensino, da rede particular, representantes do ensino superior público e privado, ensino profissionalizante, representantes de alunos e pais, conselhos de controle social, representantes da sociedade civil organizada, membros da Administração Municipal e Câmara de Vereadores. (PME 2015-2019, p. 20).

Apesar do primeiro plano não ter sua implementação efetiva, por falta de frequente acompanhamento do cumprimento das metas, a conferência marcou o início de um processo democrático de construção coletiva para definição dos caminhos para a educação escolar no município.

4.3.3.2 Programas e Projetos: formação docente

A partir das fontes consultadas, entre elas os planos municipais de educação e os planos de ação das coordenações da Semed e relatórios de ações, percebemos que desde o início da municipalização do ensino a formação dos professores foi estabelecida como uma prioridade pelas ações da Secretaria. A organização administrativa da diretoria de ensino em coordenações específicas de acordo com o nível e modalidades de ensino, proporcionou a distribuição das

atribuições dentro da Semed. Dessa forma, cada setor se responsabilizava pela oferta da formação dos professores. Os relatórios de ações dessas coordenações consultados apresentavam um número bastante significativo de encontros de formação continuada ofertados durante o ano, com temas específicos aos níveis de atuação do professor e com temas pedagógicos e curriculares diversos.

4.3.3.3 Programas e Projetos: rede física

Para a rede física essa gestão lançou o Programa de revitalização das escolas da zona urbana e construção de novas escolas na zona rural, incluindo as regiões de garimpo. De acordo com a Ascom (2008) a gestão reformou escolas, como a Escola Juvêncio Pereira na Vila de Barreiras, Escola Engenheiro Francisco Barros, na comunidade de Campo Verde, Escola Francisco de Paiva Macedo, na comunidade de Boa Vista, Escola Dom Pedro I, no bairro da Liberdade, entre outras escolas revitalizadas. Construiu também escolas, tais como a Escola Perpétuo Socorro, na comunidade da zona rural; Escola São Luiz de Gonzaga, na comunidade São Luiz do Tapajós; Escola Gilda Maria do Carmo, no bairro da Paz.

Além das reformas a gestão, por meio da Semed, investiu em compra de mobiliários para as escolas, em especial para os centros de educação infantil, com a aquisição de mobília específica para esse atendimento. Para as escolas do campo acessórios básicos como lousa, fogão, armários, cadeiras, geladeiras foram adquiridos, uma vez que essas escolas são as que mais padecem com os problemas de infraestrutura no município, conforme relatório das escolas do campo. A melhoria da estrutura física das escolas ainda é uma das principais reivindicações das comunidades da zona rural.

4.3.3.4 Programas e Projetos: didático-pedagógico-curricular

Várias metas foram planejadas no PAGEM para melhoria da qualidade do ensino, dentre elas oferecer melhor atendimento para as turmas de educação infantil, elevar o índice de aprovação do ensino fundamental, reduzir o índice de evasão escolar, melhorar o nível de leitura dos alunos de 1ª a 4ª séries, melhorar a aprendizagem dos alunos da EJA, redução do analfabetismo no município e realizar um melhor atendimento especializado para alunos especiais.

A partir dos dados coletados, conforme quadro síntese 20, percebemos que os programas e projetos estão condizentes com o planejado, pois estão voltados para o atendimento dessas

metas. Um destaque para a quantidade de programas e projetos encontrados nos documentos da Semed, voltados para a educação especial. Observa-se uma atenção especial para esse nível de ensino, que sempre foi muito desafiador para a educação escolar. Apesar da LDB 9394/96 incentivar os avanços para a educação especial, estes foram timidamente ocorrendo na rede pública de pública, tendo em vista que promover a inclusão de fato, não é uma tarefa fácil. Nesse sentido, entende-se que a maior preocupação dos profissionais da educação é a capacitação, pois muitos sentem-se despreparados, não bastando somente a aquisição de materiais que auxiliem, mas principalmente, a oferta de formação constante. A partir desse registro, entendemos que as discussões em todo o país sobre o atendimento educacional especializado se tornaram mais intensas no município, trazendo reflexões sobre a necessidade de formação inicial e continuada específica para realização desse atendimento. É nesse sentido que a Semed busca intensificar ações que promovam a inclusão desses alunos na rede de ensino municipal, assegurando não somente o direito a uma vaga, mas de um ensino que seja de fato inclusivo.

Outro ponto a ser destacado, a partir da consulta nos relatórios de ações das coordenações é a realização permanente de acompanhamento pedagógico. Cada coordenação específica fica responsável por esse acompanhamento, oferecendo o suporte pedagógico para os professores, inclusive para as escolas da zona rural, onde esse suporte é ainda mais importante, uma vez que esses docentes têm mais dificuldades de participar de formações continuadas, devido às distâncias e o difícil acesso à zona urbana, além de dificuldades financeiras enfrentadas por esses professores, com o custo elevado de transportes.

4.3.4 Programas e Projetos: Período de 2009 a 2012

Como já mencionado o primeiro plano municipal de educação é aprovado em 2009 para o decênio 2009-2019. O mesmo representa um avanço do município rumo à gestão democrática e as definições das políticas educacionais com a participação da comunidade, apesar de ter uma elaboração tardia e falta de acompanhamento, o plano representou um importante passo para o gerenciamento das atividades educacionais de Itaituba, tendo em vista que suas metas foram pensadas a partir das necessidades mais urgentes do município. O grande desafio, destacado no próprio plano, seria a limitação de recursos destinados para a educação municipal, não compatível com a necessidade da oferta de uma educação que seja compatível com as diretrizes estabelecidas.

O plano tinha quatro objetivos bastante desafiadores, a saber: 1 A elevação local do nível de escolaridade da população; 2 A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; 3 A redução das desigualdades locais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; 4 Democratização da gestão do ensino público.

Os objetivos específicos e metas foram traçadas a partir dos níveis de ensino ofertados pelo município: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior; das modalidades: EJA, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância, Educação Indígena e Educação Especial. Além dessas haviam ainda objetivos e metas voltados para a Educação Ambiental, Educação Racial, Educação no Campo, Formação e Valorização dos profissionais da Educação.

A partir da síntese do PME 2009-2019, que analisaremos os programas e projetos implementados pela Semed no período da gestão de 2009 a 2012, a partir das categorias escolhidas, uma vez que os programas são os desdobramentos do plano e os projetos se constituem em unidades de ações para a execução dos objetivos traçados. Vale ressaltar que apesar das ações terem sido traçadas a partir do plano o mesmo não teve um acompanhamento efetivo e sua implementação não se concretizou, conforme descrito na introdução do PME 2015-2019, mas foi elaborado um relatório diagnóstico das metas alcançadas e não alcançadas:

[...] por ocasião da III Conferência Municipal de Educação, em 2013, em que a Conferência Nacional de Educação – CONAE propunha avaliação das propostas referendadas nas Conferências anteriores, verificando a execução, o desenvolvimento e o êxito das ações projetadas, o município elaborou um diagnóstico do que foi ou não alcançado. (PME 2015-2019, p. 20).

A partir da elaboração desse diagnóstico o plano foi reformulado dando origem ao Plano atual, 2015-2019, portanto, dentro do processo de organização dos sistemas de ensino, considera-se que o PME 2009-2019 foi o passo inicial rumo à tentativa de organização administrativa a partir de um planejamento participativo.

A seguir apresentamos o quadro síntese com os programas e projetos identificados:

Quadro 21 – Síntese dos Programas e Projetos da Semed Itaituba– 2009-2012

DIMENSÃO	NÍVEL/ MOD.	PROGRAMAS E PROJETOS	OBJETIVOS GERAIS DA SEMED	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
1. Gestão	Ed. Infantil	1 Formação dos Conselhos Escolares	- Promover a Gestão participativa.	- Comunidade Escolar.	
	Ens. Fund.	1 Formação dos Conselhos Escolares	- Promover a Gestão participativa.	- Comunidade Escolar.	
	EJA	1 Elaboração do Plano de ação orçamentária – Plano Gestor 2011 da Educação de Jovens e Adultos 2 Comissão Municipal de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos 3 Elaboração do projeto da Oficina de Planejamento Participativo para a criação do Plano de Ação da EJA para o ano de 2011.	- Promover estudos sobre a realidade da EJA no município e com isto construir e programar, de forma coletiva, políticas neste segmento.	- Comunidade Escolar.	
	Ed. Indígena	1 I Conferência Municipal de Educação Escolar Indígena	- Proporcionar um espaço de análise em profundidade da oferta da educação escolar indígena e propor diretrizes para o seu avanço em qualidade e efetividade, revelando os interesses estratégicos dos povos indígenas. - Discutir políticas públicas para a educação indígena.	- Povos indígenas.	- Aldeia Indígena Praia do Mangue.
	Educação do Campo	1 Reuniões com a Comunidade (associação de moradores e comunitários em geral).	- Discutir ações para melhorar o atendimento escolar na comunidade, a partir da necessidade da comunidade.	- Comunidades da Zona Rural.	- Sem parcerias.
	Educação Básica	1 II Conferência Municipal de Educação	- Analisar a situação atual da educação no município por meio de debates com a sociedade local, visando a formulação e reformulação de	- Comunidade Escolar da rede municipal e estadual de Ensino, Sociedade Civil Organizada.	12ª Unidade Regional de Educação – URE.

			propostas para elaboração do Plano Municipal de Educação.		
2. Formação e Qualificação Docente	Ed. Infantil	1 Formação Continuada Encontros, Seminários, Minicursos, palestras, encontros pedagógicos	- Ofertar formação continuada para professores da Ed. Infantil.		
	Ens. Fund.	1 Formação Continuada Encontros, Seminários, Minicursos, palestras, encontros pedagógicos 2 Formação Continuada para professores de Língua Portuguesa (Curso de Extensão). 3 Formação Continuada para os professores e supervisores dos programas de correção de fluxo Acelera Brasil e Se liga. 4 Projeto Problematizar a prática pedagógica e construir alternativas com jogos lúdicos (Formação específica para os professores do Distrito de Miritituba)	- Oferecer formação continuada para os professores do ensino Fundamental. - Oferecer formação continuada específica para os professores de Língua Portuguesa - Promover formação específica aos professores e gestores dos programas. - Proporcionar aos educadores reflexão sobre sua prática pedagógica, visando a ampliação de conhecimentos e a construção de recursos didáticos pedagógicos para subsidiar seu trabalho e enriquecer o processo de ensino aprendizagem.	- Professores do Ens. Fundamental. - Professores de Língua Portuguesa do Ensino Fund. - Professores e gestores dos programas de correção de fluxo escolar. - Professores do ens. fund. do distrito de Miritituba.	- Sem parceria. - CEALE. - Instituto Ayrton Sennna. - Sem parceria.
	EJA	1 Formação inicial para Educadores do Brasil Alfabetizado 2 Formação continuada Brasil Alfabetizado 3 Participação na webconferência I onde o MEC realizou orientações sobre o Programa de Livro Didático, referente à EJA. 4 Formação continuada para professores	- Promover reuniões e cursos de formação continuada aos diretores, técnicos e professores. - Divulgar o processo de adesão do PNLD na EJA, bem como adesão dos municípios, o sistema de escolha e o perfil dos beneficiários.	- Professores que fazem parte do Programa Brasil Alfabetizado. - Professores da EJA.	FAI

		Minicursos, palestras, seminários, cursos de curta duração, encontros pedagógicos.			
	Educação Especial	1 Projeto Formação Continuada em Libras (120h) 2 Formação continuada para professores Minicursos, palestras, seminários, cursos de curta duração, encontros pedagógicos.	- Contribuir para o aperfeiçoamento de recursos humanos na área de deficiência auditiva, tendo em vista favorecer o ensino de Libras através de revisão de conceitos, valores e crenças. - Promover formação continuada para docentes que atuam na Educação Especial.	- 50 docentes - Docentes da Educação Especial.	Governo Federal (recursos do FNDE) - APAE
	Educação no Campo	Programas do Governo Federal 1 Programa Escola Ativa (Oficinas)	- Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.	- Escolas do campo com classes multisseriadas.	Governo Federal.
	Ed. Indígena	1 Formação continuada Encontros, Palestras, Minicursos, Seminários	- Promover formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Indígena.	- Professores e profissionais que atuam na Educação Indígena.	
3 Rede Física	Ed. Infantil	1 Aquisição de Mobiliário	- Melhorar a infraestrutura das creches.	- Creches da zona urbana.	- Governo Federal
	Ens. Fund.	1 Aquisição de Mobiliário	- Melhorar a infraestrutura das escolas.	- Escolas de ens. fundamental.	- Governo Federal
	Educação Especial	Programas do Governo Federal 1 Programa de Inclusão Escolar Rede Física 2 Programa Implantação de Salas de Recursos	- Adequar as escolas públicas com construção de rampas, adequação de banheiros, barras de apoio, nivelamento de pisos, entre outros, em atendimento as normas de acessibilidade. - Apoiar os sistemas de ensino na oferta do AEE, complementar ou suplementar a	- 27 Escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental. - Escolas públicas municipais com AEE.	- Governo Federal - Governo Federal

			escolarização para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas classes comuns de ensino regular público.		
4 Pedagógico, Didático Curricular	Ed. Infantil Ens. Fund.	<p>1 Programa Se liga</p> <p>2 Diagnose de Leitura e Escrita</p> <p>3 Acompanhamento Didático Pedagógico</p> <p>4 Projeto Personalizando a ambiência pedagógica: dinamismo de motivação ao conhecimento. Projeto por meio de oficinas para orientação ao professor de como preparar um ambiente agradável para os alunos e confecção de recursos visuais para que a sala de aula se torne mais acolhedora e motivadora.</p> <p>5 Projeto: Eu sei que você sabe (avanços de aprendizagem)</p> <p>6 Projeto de Aplicação para Melhoria da Leitura e da Escrita nas Escolas Públicas Municipais</p> <p>7 Projeto Reforço Escolar (aulas de reforço no período de abril a novembro de 2009).</p> <p>Programas do Governo Federal</p> <p>1 Programa Mais Educação</p>	<p>- Propor alfabetização para alunos em estado de defasagem idade-série matriculados no 3º ao 5º ano do ensino fundamental.</p> <p>- Monitorar o rendimento dos alunos das habilidades de leitura e escrita dos alunos, de acordo com a série em que está.</p> <p>- Acompanhar e assessorar os professores e gestores que atuam no ensino fundamental.</p> <p>- Proporcionar um ambiente agradável e acolhedor, visando o bem-estar do educando e sua adaptação.</p> <p>- Diagnosticar os avanços na aprendizagem dos alunos do 4º, 5º e 8ª série do ensino fundamental das escolas públicas municipais da zona urbana.</p> <p>- Desenvolver práticas de leitura que proporcionem a troca de informações e buscando</p>	<p>- Alunos do 3º ao 5º ano com distorção idade-série.</p> <p>- Alunos do ensino fundamental.</p> <p>- Professores e gestores que atuam no Ens. Fundamental.</p> <p>- Professores do Ensino Fundamental menor.</p> <p>- Alunos do 4º, 5º anos e 8ª série do ensino fundamental.</p> <p>- Professores e alunos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental das escolas municipais.</p> <p>- Alunos do 1º ao 3º anos do Ens. Fund.</p>	<p>- Instituto Ayrton Senna.</p> <p>- Sem parceria.</p> <p>- Sem parceria</p> <p>- Sem parceria.</p> <p>- Sem parceria.</p> <p>- Empresários locais.</p> <p>- Sem parcerias.</p> <p>- Sem parcerias.</p> <p>- Governo Federal.</p>

			<p>incentivar hábitos de leitura e produção textual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atender alunos das séries iniciais do Ens. Fund. que possuem dificuldades de aprendizagem em leitura, escrita e cálculos básicos. - Melhorar o ambiente escolar, oferecendo atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e arte, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. 		
	EJA	Programas do Governo Federal 1 Programa de Aceleração da Aprendizagem 2 Programa Brasil Alfabetizado 3 Programa EJA Personalizado	<ul style="list-style-type: none"> - Combater o fracasso escolar, proporcionando aos alunos que apresentam a chamada distorção idade-série efetivas condições para a superação de dificuldades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem. - Erradicar o Analfabetismo no Brasil. - Atender a clientela que não dispõe de tempo para frequentar uma sala de aula diária, no sistema regular de ensino público. 	- Alunos em com distorção escolar.	Governo Federal

	Educação Especial	<p>1 Projeto de Ensino Profissionalizante: trabalho um direito de todos (3 horas diárias, com duração total de 3 anos).</p> <p>2 Proposta Interdisciplinar para Educação Especial</p> <p>Elaboração do Plano Anual por Categoria</p> <p>3 Oficinas de artesanato, culinária e conhecimentos básicos de informática</p>	<p>- Atender jovens e adultos – PNEES, que apresentem independência nas atividades da vida diária da escola Antônio Gonzaga, que estão em fase de profissionalização.</p> <p>- Desenvolver uma ação integrada com os educadores que atendem alunos com necessidades especiais, através de um planejamento apropriado às diferentes categorias, oferecendo ao educando elementos para uma vivência equilibrada no meio escolar e social a que pertence.</p> <p>- Promover o desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho de tarefas culinárias, artesanais e conhecimentos de informática para que os alunos especiais possam executar.</p>	<p>- 25 alunos com idade acima de 14 anos, devidamente matriculados na Escola Antônio Gonzaga, diagnosticados com NEES.</p> <p>- 30 Educadores da Educação Especial que atuam nas salas de recursos e com o ensino itinerante nas escolas públicas da Zona urbana e rural.</p> <p>- Alunos do AEE.</p>	<p>- Sem parceria.</p> <p>- Sem parceria.</p> <p>- Sem parceria.</p>
	Educação do Campo	<p>1 Acompanhamento Pedagógico das Escolas da Zona Rural (inclui as escolas de garimpo e de comunidades ribeirinhas).</p> <p>Programa do Governo Federal</p> <p>1 Programa Escola Ativa</p>	<p>- Oferecer suporte técnico, pedagógico e assessoramento aos professores da zona rural.</p> <p>- Melhorar a qualidade do ensino fundamental (1º ao 5º ano) das escolas do campo.</p>	<p>- Professores e alunos das escolas do campo.</p>	<p>- Governo do Estado</p>
	Educação Indígena	<p>1 Acompanhamento Pedagógico: visitas, orientações, assessoramento</p>	<p>- Assessor os professores indígenas na elaboração do plano de aula tecnicamente adequado com as especificidades.</p>	<p>- Profissionais que atuam na educação indígena e professores indígenas.</p>	

			- Orientar quanto à solicitação e organização dos documentos escolares e documentação dos alunos.		
	Temas Transversais	1 Projeto um Brasil Multicolorido Programação com palestras e apresentações culturais e escolha do casal “raça negra”. 2 Projeto de Educação Ambiental Eu amo minha escola “limpa”. Sensibilização e acompanhamento do desenvolvimento mental dos alunos por meio de fichas de acompanhamento.	- Aumentar a autoestima dos alunos afro descendentes bem como despertar as turmas para a diversidade da raça humana e promover o respeito pelas diversas etnias. - Mostrar aos alunos a importância da higiene mental, corporal, do ambiente familiar e escolar.	- Alunos do 1º ao 9º ano das escolas municipais, pais e comunidade em geral. - Alunos do ensino fundamental das escolas públicas.	- Sem parceria. - Sem parceria.
	Educação Ambiental	1 Projeto Praia: lugar de diversão com Educação Ambiental	- Conscientizar todos os usuários da praia do Paraná Mirim sobre a importância da conservação do meio ambiente.	- Professores (03) e alunos das escolas (25) municipais.	ETPA, Diretoria de Turismo, Seminfra

Fonte: Semed, 2018
 Elaborado pela autora.

4.3.4.1 Programas e Projetos: gestão democrática

A elaboração do PME 2009-2019 é um marco pela busca de autonomia municipal e da gestão democrática. A II Conferência Municipal de Educação, promovida pela Semed em parceria com 12ª URE, realizada em julho de 2009, mobilizou a comunidade de Itaituba para a construção coletiva do mais importante documento de gestão da educação escolar municipal. Tendo em vista que a mobilização é vital para garantir a democracia, entende-se que a Semed deu um importante passo nessa gestão e podemos ainda constatar, a partir dos dados coletados, que mais ações foram realizadas com este fim.

Observa-se nesta gestão o convite à participação por meio da criação de comissões, conselhos escolares, elaboração de planos das escolas, das modalidades de ensino, a partir de discussão com os pares. Um destaque para a realização da I Conferência Municipal de Educação Escolar Indígena com objetivo de discutir políticas públicas para essa modalidade. A conferência contou com a participação das lideranças indígenas e de profissionais da educação com o objetivo de pensar uma educação escolar indígena de acordo com a realidade de cada comunidade, com respeito e valorização dos aspectos culturais.

Desde sua fundação no município, em 2005, a educação indígena precisava de um olhar especial. Nesse sentido o PME determinava que:

De modo geral, as ações voltadas para à educação indígena devem priorizar o resgate e a valorização dos costumes, dos saberes, das manifestações artísticas, da língua materna, ou seja, de todos os aspectos sócio-culturais, de forma a garantir a manutenção da identidade de cada etnia. (PME/ITAITUBA 2009-2019, p. 49).

Dessa forma, era, portanto, urgente a construção de uma Proposta Política Pedagógica para as escolas indígenas, bem como pensar na formação dos professores para atuarem. Essa formação também seria bastante desafiadora, pois o docente precisaria conhecer profundamente os costumes e tradições da tribo onde iria atuar. De acordo com o relatório (2012) do setor indígena, esse início foi bem difícil pra Semed, devido à falta de profissionais capacitados para atuarem na educação escolar indígena, além de problemas de regulação das escolas, elaboração de regimentos, calendários, currículos, materiais didáticos adaptados às particularidades etno-culturais e linguísticas próprias a cada povo indígena (PME/ITAITUBA 2009-2019). A Conferência foi fundamental para dar início a essas discussões, juntamente com a comunidade indígena, no entanto, essa modalidade ainda é bastante desafiadora para a Semed de Itaituba,

uma vez que questões básicas ainda precisam de solução, tais como a falta de profissionais capacitados.

Destacamos também a criação em 2009 da Comissão Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos, com objetivos de promover estudos sobre a realidade da EJA no município e também para discutir políticas públicas para essa modalidade de ensino. A Comissão surgiu da iniciativa de alguns professores desse segmento com o apoio da Coordenação de Jovens e Adultos da Semed – COEJA, a partir das necessidades mais urgentes descritas no relatório da Coordenação, entre elas, o alto índice de evasão e reprovação, escolar, escassez de recursos didáticos para dinamizar as aulas, necessidade de adaptação do PPP de acordo com a realidade da EJA, escassez de técnicos nas escolas para acompanhamento pedagógico. Dentre estes o mais desafiador é o abandono da sala de aula dos alunos da EJA, dessa forma, era preciso pensar novas formas de motivá-los a permanecerem na escola. O cuidado com esse nível reflete diretamente no desafio do país de superar o analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais e de garantir o direito que não tiveram acesso à escola na idade regulamentar.

4.3.4.2 Programas e Projetos: formação docente

Em atendimento a CF 1988 e a LDB 9394/96 o PME/ITAITUBA (2009-2019) parte de quatro grandes aspectos para a valorização do docente e demais servidores, a saber: reconhecimento profissional, incentivo salarial, carreira e formação profissional. A partir dos dados coletados, verificamos que a formação continuada docente estava presente em todos os planos de atividades e nos planos de ações das coordenações da Semed.

De acordo com a divisão administrativa da Secretaria, cada coordenação ficava responsável pela oferta da formação continuada para os seus pares, a partir da necessidade de cada nível ou modalidade de ensino. Em todos os relatórios consultados, verificamos que os encontros de formação, tais como seminários, palestras, minicursos, oficinas eram executados com bastante frequência, permanecendo como ações contínuas no município.

A partir dos relatórios observamos que essa formação é fundamental no município, partindo do princípio de que em muitos casos é a única atualização que o docente tem como participar. A realidade de educação brasileira evidencia que o professor não dispõe de tempo ou de recursos necessários para investir em sua formação continuada, ou ainda há casos em que a desmotivação também é um fator determinante. Apesar de verificarmos a frequência de ações para este fim, não encontramos relatórios de avaliação do resultado dessa formação nas atividades diárias do professor.

4.3.4.3 Programas e Projetos: rede física

No que concerne à rede física, a Semed firmou convênio com o MEC e através de recursos do FNDE, recebeu durante a gestão um lote com seis mil mesas e cadeiras escolares para as escolas municipais. Na prestação de contas do governo (2012), apresentou também a construção de duas novas escolas: uma no distrito de Moraes Almeida e outra na Comunidade de Campo Verde e mais reformas em quatro escolas da zona urbana do município.

Encontramos ainda no plano de ações da Educação Especial, na Semed a implementação do Programa de Inclusão Escolar: Rede física, por meio da adesão do Programa Federal Escola Acessível, com objetivo de adequar as escolas públicas com construção de rampas, adequação de banheiros, barras de apoio, nivelamento de pisos, entre outros, em atendimento as normas de acessibilidade. O programa disponibiliza recursos, por meio do Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Para execução do projeto, a coordenação de educação especial realizou visitas nas escolas e por meio de levantamento fotográfico elaborou um relatório com todas as escolas municipais, com oferta de atendimento escolar especializado, apontando as reformas que deveriam ser feitas para que atendessem às normas de acessibilidade, assegurando o livre acesso a todos. A partir desse relatório, 27 escolas municipais foram contempladas com reformas voltadas para as adequações.

Ainda em educação especial, encontramos dados referentes ao Programa de Implantação da Sala de Recursos que também faz parte do Programa Federal Escola Acessível, financiados pelo PDDE. As salas visavam apoiar os sistemas de ensino na oferta do AEE.

A partir dos dados coletados, entendemos que em sintonia com a política educacional nacional, a Semed implementou ações para a educação especial no município, incluindo ações para melhoria da rede física e aquisição de recursos didáticos para auxiliar o AEE. A disponibilização de recursos específicos, pela União, para este fim foi determinante para realização dessas ações.

4.3.4.4 Programas e Projetos: didático-pedagógico-curricular

A partir do levantamento dos programas e projetos para esta categoria podemos observar uma preocupação mais evidente com a preparação dos alunos para as avaliações de desempenho. A maioria dos programas e projetos visam esse reforço escolar em língua portuguesa, com foco na leitura e em matemática. A Prova Brasil, implementada em 2005 com

o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento dos recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento da implantação de ações pedagógicas e administrativas, por outro lado pode funcionar como elemento de pressão para as secretarias, aqui representando os municípios que precisam obter resultados para composição do Ideb, principal indicador para traçar as metas a serem alcançadas pelas escolas públicas municipais e estaduais. A partir de então inicia uma concentração de esforços para se alcançar a meta estabelecida. Dessa forma, o planejamento das ações pedagógicas passa a ser elaborado com foco para este fim. É o que evidencia o quadro com a síntese dos programas e projetos desenvolvidos pela Semed de Itaituba.

Encontramos também com o levantamento dos programas e projetos a adesão ao Programa Federal Mais Educação, implantado em 2009, mas teve sua efetivação em 2010, inicialmente em 26 escolas, com um total de 11.081 alunos participando do programa, e coordenado por duas técnicas educacionais, nomeadas pela gestão, de acordo com os relatórios da Semed. O Programa traz como proposta a implantação de uma agenda da educação integral, nas redes municipais e estaduais de ensino a partir da ampliação da jornada escolar para o mínimo de 7 horas diárias,

[...] por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (PORTAL DO MEC, 2018).

De acordo com o relatório, para melhorar o atendimento do PME, em 2011, o município tomou como providência a redução do número de alunos, sendo cadastrados no SIMEC um total de 5.295 apenas e realizada a primeira formação para os professores comunitários e monitores das escolas. Em 2012 foram incluídas mais nove escolas, entre elas seis escolas da zona rural e mais três da zona urbana, com atendimento para um total de 5.315 alunos. (Relatório PME, 2018).

Apesar das dificuldades relatadas no relatório da coordenação do PME (2018), tais como, efetivação das oficinas de informática, falta de espaços adequados para funcionamento das oficinas, falta de equipamentos para as cozinhas das escolas, entre outros, o programa continua ativo no município, agora como o Novo Mais Educação.

O levantamento dos programas e projetos dessa gestão deixam mais evidentes a afinação com as políticas educacionais federais. Vale destacar que as ações do FNDE, por meio do PDDE foram fundamentais para a autonomia dos municípios na gestão da educação. O

financiamento dos programas com dinheiro direto nas escolas, permitiu decisões que antes não eram possíveis sem a atuação direta da Secretaria. Vale ressaltar que a educação integral no país ainda é bastante desafiadora, tanto pela falta de compreensão da proposta pelos profissionais da educação e educandos como pelas dificuldades de sua implementação, entende-se que ainda é uma política em construção que precisa de avaliações sérias e comprometidas a fim de implementá-la a favor de uma educação básica de qualidade, a partir de uma educação omnilateral e não apenas como ampliação da jornada escolar.

Os programas e projetos voltados para a educação especial também evidenciam essa sintonia com as políticas nacionais, com propostas de ações para melhorar o atendimento dessa modalidade, assim como a adesão ao Programa Escola ativa, voltado para a educação do campo, que visa melhorar a qualidade do ensino fundamental menor (1º ao 5º ano) em classes multiseriadas das escolas do campo.

Vale ressaltar que identificamos nesta gestão programas e projetos voltados para temas transversais, com destaque para temas voltados à educação ambiental. Os temas transversais foram constituídos pelos PCN e devem ser inclusos nos currículos das escolas, eles incluem conceitos básicos de cidadania e democracia e privilegiam uma formação para um ser humano atuante na sociedade em que está inserido. Os projetos identificados buscam a valorização das questões étnico-raciais e cuidados com o meio ambiente, incentivando práticas de cuidado com o meio ambiente.

4.3.5 Programas e Projetos: Período de 2013 a 2016

A partir do levantamento dos programas e projetos dessa gestão, observamos que as atividades da Semed foram elaboradas a partir do PME. Como já mencionado, o mesmo passou por um processo de reformulação que resultou na lei municipal nº 2.853/2015 que instituiu o novo Plano Municipal de Educação, o PME 2015-2019, tendo como referência o PNE e o PEE, corroborando com as determinações legais da CF 1988 e LDB 9394/96.

Estrategicamente o Plano contém 20 metas a serem cumpridas dentro dos cinco anos de sua vigência. Sintetizando as metas visam: universalizar até 2016 a educação infantil para crianças de 04 a 05 anos; universalizar o ensino fundamental de 9 anos; ampliar o atendimento para o ensino médio; universalizar a educação especial; alfabetizar as crianças até o 3º ano do ensino fundamental; fomentar a educação em tempo integral; melhorar a educação básica, no que se refere ao fluxo escolar e aprendizagem, elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos; elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais; aumentar o número de

matrículas na EJA; triplicar as matrículas da educação profissional; elevar a taxa bruta na educação superior; elevar a qualidade na educação superior com aumento de mestres e doutores; elevar o número de matrículas na pós-graduação stricto-sensu, garantir a vigência do PME, em regime de colaboração com União e Estado; Fomentar qualificação do professores em pós-graduação; promover valorização dos profissionais do magistério; reformulação do PCCR; Promover a gestão democrática, apoiar a ampliação do investimento em Educação.

Pelo fato das políticas educacionais serem estabelecidas a partir do PME (2015-2019), percebe-se um alinhamento destas com as políticas nacionais e por conta desse alinhamento, observamos, a partir do levantamento, uma preocupação com os indicadores de qualidade, motivada pelo sistema nacional de avaliação, identificamos um significativo número de projetos voltados para melhoria da leitura dos alunos, do desempenho em língua portuguesa e matemática, bem como uma preocupação maior com as escolas com o Ideb abaixo da média projetada pelo município, reflexo de uma política educacional cada vez mais voltada para os resultados quantitativos. O problema dessa política é o engessamento dos projetos implementados pelas secretarias que passam a focar seus objetivos para manter bons conceitos nas avaliações nacionais e limitam ações para problemas locais.

A seguir quadro síntese com o levantamento dos programas e projetos dessa gestão:

Quadro 22 – Síntese dos Programas e Projetos da Semed Itaituba– 2013-2016

DIMENSÃO	NÍVEL/ MOD.	PROGRAMAS E PROJETOS	OBJETIVOS GERAIS DA SEMED	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
1. Gestão Democrática	Ed. Infantil	1 Projeto Formação do Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres 2 Projeto de Proposta Pedagógica Efetiva: garantia dos direitos fundamentais das crianças de creche e pré-escola 3 Elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos com a participação da Comunidade Escolar.	- Incentivar os Centros de Educação Infantil a formarem os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres. - Elaborar as propostas pedagógicas dos Centros Municipais de Educação Infantil em Conjunto com os Gestores, Docentes, Profissionais de apoio e comunidade escolar.	- Centros de Educação Infantil. - 178 docentes, 15 gestores, 98 profissionais de apoio administrativo da zona urbana e 2 gestores, 10 profissionais de apoio administrativo da zona rural	
	Ens. Fund.	1 Projeto Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA	- Participar ativamente das reuniões do CMDCA.	- Membros do Departamento de temas transversais do Ensino Fundamental da Semed.	CMDCA
	Ed. Ambiental	1 Projeto Com Vida – Comissão de meio ambiente e qualidade de vida 2 IV Conferência Regional Infanto Juvenil de Meio Ambiente	- Criar a comissão nas escolas públicas municipais da Zona Urbana para orientações sobre educação ambiental e alimentação saudável e qualidade de vida. - Discutir ações de sustentabilidade com os alunos do ensino fundamental e EJA.	- Escolas da Zona Urbana. - 158 professores do 4º e 5º ano e 24 técnicos educacionais. - alunos do ensino fundamental e EJA.	SEMA
	Educação Especial	1 Reuniões para adequação das metas para a Educação Especial.	- Reelaboração e adequação das metas do Plano Municipal de Educação para a Educação Especial.	- Professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado e diretores das escolas	IFPA, Governo Municipal

				que disponibilizam esse atendimento.	
	Educação no Campo	1 Reuniões com as Comunidades e Associações Comunitárias da Zona Rural 2 Construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Zona Rural	- Refletir e discutir sobre a Educação na Comunidade, visando adequar essa educação de acordo com a realidade local. - Construir coletivamente o PPP, envolvendo servidores das escolas e comunidade escolar para possibilitar a sustentação e a legitimação da gestão democrática nas escolas do campo.	- Comunitários. - Comunidade Escolar da Zona rural.	- Sem parcerias. - Comunidades da Zona Rural.
	Ed. Indígena	1 Projeto Trocando Olhares: formação de professores e construção do Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas. 2 I Fórum de Educação Escolar Indígena	- Elaborar junto com a comunidade Indígena Munduruku o Projeto Político Pedagógico Diferenciado (PPPD) para atendimento e melhoria das ações voltadas para a educação. - Discutir políticas públicas para melhoria da Educação Escolar Indígena no Município de Itaituba/PA, envolvendo professores e lideranças indígenas.	- Professores Indígenas, professores que atuam na EJA indígena, Lideranças Indígenas, Funcionários de Apoio e Comunidade Escolar. - Professores que atuam na Ed. Indígenas, lideranças indígenas e autoridades locais.	- FUNAI - Lideranças Indígenas
	Ed. Básica	1 Conferência Municipal e Regional de Educação	- Discutir à educação municipal e definir políticas.	- Profissionais da Educação da rede municipal e da rede estadual de ensino.	Instituições de Ensino Superior, Governo do Estado
2. Formação e Qualificação Docente	Ed. Infantil	1 Projeto de Adaptação Escolar 2 Projeto de Formação continuada “Os desafios do professor e o fazer cotidiano no ciclo de alfabetização” 3 Formação continuada	- Orientar docentes quanto a elaboração do projeto de adaptação Escolar e organização das atividades desenvolvidas no início do ano letivo.	- Professores Alfabetizadores - 159 Professores e 15 gestores da Educação Infantil da zona urbana.	SINTEPP

		<p>Sobre Avaliação na Educação Infantil, Psicomotricidade, Educação Infantil e Prática Pedagógica. Palestras periódicas, seminários e minicursos.</p> <p>4 Projeto Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil</p>	<p>- Promover reflexão sobre o Processo de Avaliação, Corporeidade e Psicomotricidade na Educação Infantil.</p> <p>- Assessorar o trabalho dos professores que atuam no Ciclo de Alfabetização.</p> <p>- Refletir a respeito dos direitos assegurados em lei para ao desenvolvimento integral da criança na Creche e Pré-escola.</p>	- Professores, gestores e profissionais que atuam na Educação Infantil.	
Ens. Fund.		1 Formação Continuada para professores Oficinas pedagógicas, palestras, minicursos, encontros e seminários.	- Promover formação continuada para os professores do Ensino Fundamental.	- Professores do Ensino Fundamental.	- Secretarias Municipais. - Instituições de Ensino Superior.
EJA		1 Formação Continuada para professores Oficinas pedagógicas, palestras, minicursos, encontros e seminários.	- Promover formação continuada para professores da EJA.	- Professores da EJA.	- Secretarias Municipais - Instituições de Ensino Superior.
Educação Especial		<p>1 Projeto de Formação Continuada em Práticas Pedagógicas e tecnológicas em educação inclusiva</p> <p>2 Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial – RENAFOR.</p> <p>3 Projeto de Formação Continuada em Acessibilidade Digital</p> <p>4 Formação Continuada em Avaliação e Reelaboração do Projeto Político Pedagógico</p> <p>5 Formação sobre o uso pedagógico do Sistema FM (Frequência Modulada) na escolarização de estudante com deficiência auditiva com base na nota técnica.</p>	<p>- Qualificar professores e outros profissionais da rede pública para a compreensão e utilização das tecnologias, visando capacitá-los a atender os anseios e necessidades dos alunos em qualquer nível escolar, através da exploração de aspectos legais, conceito, tecnologias, metodologias e estratégias de ensino.</p> <p>- Capacitar os profissionais que atuam na Educação especial, por meio de cursos sobre atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 250 horas.</p>	<p>- Professores da Educação Especial e Servidores públicos interessados.</p> <p>- 60 Professores da Educação Especial de Itaituba, Trairão, Aveiro e Jacareacanga.</p> <p>- Professores da Educação Especial</p>	<p>- Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.</p> <p>- Governo Federal Universidade Federal de Santa Maria – UFMS.</p> <p>Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar profissionais em Acessibilidade para contribuir em políticas de formação e desenvolvimento de tecnologias, métodos, técnicas e estratégias que possibilitem a inclusão social de pessoas com deficiência. - Avaliar os objetivos institucionais que orientarão aos professores em suas práticas. 		
	Ed. no campo	1 Formação Continuada Palestras, minicursos, seminários, semanas pedagógicas.	- Promover formação continuada para os professores da zona rural.	- Professores da Zona Rural	
	Ed. Indígena	1 Formação Continuada Palestras, minicursos, seminários, semanas pedagógicas.	- Promover formação continuada para os professores que atuam na Educação Indígena.	- Professores da Educação Indígena.	
	Educação Básica	1 Plano de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.	- Formar docentes em licenciaturas para atuar na Educação Básica.	- Professores da Rede Pública sem graduação ou com graduação em área diferente da que está atuando.	Governo Federal Governo do Estado, UFPA, Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, UEPA, UFOPA.
	Temas Transversais	1 Minicurso de Cultura Afro-Brasileira e Indígena Dividido em 4 módulos num total de 32h/a	- Proporcionar aos professores da educação básica da rede pública do município de Itaituba formação continuada sobre as Relações Étnico-Raciais de forma a subsidiar a prática pedagógica no cotidiano escolar.	- Professores de História, Arte e Literatura.	
3 Rede Física	Ed. Infantil	Programas do Governo Federal 1 Projeto de Construção de Áreas Cobertas nos Centos de Educação Infantil 2 Projeto Pró-infância	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar espaços agradáveis a aconchegantes aos alunos e Professores da Educação Infantil. - Oferecer aos professores e alunos um acervo didático 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e Alunos da Educação Infantil. - Centros de Educação Infantil. 	Governo Federal

		<p>Construção dos Centros dos Bairros da Liberdade, Bom Jardim, Residencial Wirland Freire e Residencial Piracaná e entrega de mobiliário para os centros.</p> <p>3 Programa Brasil Carinhoso</p> <p>4 Visitas aos Centros de Educação Infantil pela coordenação do setor para verificação de estrutura dos prédios e mobílias.</p>	<p>pedagógico que contribuirão no desenvolvimento de todas as habilidades que precisam ser desenvolvidas nas crianças atendidas nas unidades de ensino.</p> <p>- Transferir recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.</p> <p>- Oferecer atendimento educacional infantil em locais adequados e com mobílias adequadas, visando a segurança e o respeito à criança.</p>		
	EJA	1 Multirão de limpeza e organização do espaço da Escola Indígena Ikon Bijatu	- Organização do espaço escolar para a oferta de EJA para os indígenas.	- Coordenação da EJA e indígenas.	FUNAI
	Educação do Campo	<p>Programas do Governo Federal</p> <p>1 PDDE Campo</p> <p>2 PDDE Água</p> <p>3 Programa Luz para todos</p> <p>3 Compra de ventiladores para as escolas da zona rural.</p>	- Destinar recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados na educação básica a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino.		Governo Federal

			<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino das escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais de ensino garantindo o abastecimento contínuo de água adequada ao consumo humano. - Melhorar a infraestrutura e mobiliários das escolas, oferecendo um atendimento mais confortável. 		
	Educação Especial	Programas do Governo Federal 1 Programa Escola Acessível	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar recursos para ações de acessibilidade nas escolas públicas, promovendo o pleno acesso e a participação das pessoas com necessidades especiais. 	11 escolas municipais com Atendimento Especializado – AEE.	Governo Federal
	Educação Indígena	1 Projeto de Revitalização das instalações elétricas das Escolas Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar a instalação de lâmpadas e fiação das escolas para melhor iluminação nas salas de aula. 	- Escolas indígenas.	
4 Didático-pedagógico-curricular	Ed. Infantil	1 Encontro Pedagógico/ Semanas Pedagógicas/ Orientações Pedagógicas 2 Entrega de Material Pedagógico 3 Projeto Música, dança, a criança e o movimento Programas do Governo Federal 1 Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC	<ul style="list-style-type: none"> - Orientar os docentes quanto a organização das atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo. - Oferecer aos professores materiais pedagógicos que contribuirão no desenvolvimento do ensino das crianças de creche e pré-escola. - Proporcionar aos educadores reflexão a respeito das mais diversas possibilidades de movimento, das expressões corporais utilizada com a criança por meio da música e da dança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e Alunos da Educação Infantil. - Centros de Educação Infantil e Creches. - Docentes e gestores da Educação Infantil da Zona Urbana e Zona Rural. 	Governo Federal

			- Alfabetizar em Língua Portuguesa e Matemática até o 3º ano do Ens. Fund. todas as crianças da rede municipal.		
	Ens. Fund.	1 Projetos Asas da Leitura 2 Projeto Copa Ouro Estudantil 3 Acompanhamento às escolas escritas na OBMEP 4 Projeto IDEB	- Estimular a prática esportiva nas escolas públicas. - Acompanhar as escolas inscritas nas Olimpíadas de matemática para garantir participação dos alunos. - Ampliar o conhecimento dos professores acerca dos descritores de Língua Portuguesa e Matemática do 4º e 5º ano para analisar criticamente sua prática pedagógica, bem como prepará-los para a participação face a avaliação Prova Brasil/ SAEB no ano de 2015.	- Alunos do Ensino Fundamental Maior. - Professores de 4º e 5º ano.	
	EJA	1 EJA Personalizado 2 Confecção de materiais pedagógicos da EJA personalizado. 3 Encontros Pedagógicos/Semanas Pedagógicas/Orientações Pedagógicas/ Avaliações Pedagógicas 4 Entrega de Kits escolares para as escolas da zona urbana e da zona rural 5 Projeto EJA em ação	- Atender a clientela que não dispõe de tempo para frequentar uma sala de aula diária, no sistema regular de ensino público. - Incentivar a prática de reciclagem em atividades pedagógicas. - Realizar acompanhamento pedagógico constante e assessoramento aos profissionais que atuam na EJA. - Oferecer instrumentos que auxiliam na EJA.	Alunos da EJA personalizado. - Coordenação da EJA. - Comunidade escolar.	

			<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos alunos momentos de interação entre os alunos, professores e servidores das escolas. 		
	Ed. do Campo	1 Encontros Pedagógicos/Semanas Pedagógicas/Orientações Pedagógicas/ Avaliações Pedagógicas 2 Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO (Entrega de computadores para as escolas da Zona Rural)	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar acompanhamento pedagógico constante e assessoramento aos profissionais da Zona Rural e áreas de garimpo. - Estruturar as escolas com laboratórios de Informática, visando auxiliar nas práticas pedagógicas. 	- Escolas da Zona Rural. - Escolas da Zona Rural.	- Sem parcerias. - Governo Federal.
	Ed. Especial	1 Encontros Pedagógicos/Semanas Pedagógicas/Orientações Pedagógicas/ Avaliações Pedagógicas/ Acompanhamentos 2 Projeto de Socialização das Práticas Pedagógicas das Escolas com AEE. 3 Atendimento Especializado Domiciliar (Decreto 6.571/2008). 4 Projeto de Parceria com outros órgãos públicos, tais como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. 5 Visitas de acompanhamento da preparação da alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar acompanhamento pedagógico constante e assessoramento aos profissionais que atuam na Educação Especial. - Promover momentos para troca de experiências, visando a melhoria do AEE no município. - Realizar atendimento especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar. - Estabelecer parcerias com áreas estratégicas com vistas a melhorar o AEE. - Oferecer uma alimentação adequada aos alunos portadores de estado ou de saúde específica. 		CAPS
	Ed. Indígena	1 Projeto Ibaorebu - Oficina de Planejamento do Ensino Médio Integrado Munduruku 2 Entrega de Materiais Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar a viabilidade da implantação do Ensino Médio em escolas indígenas. 	- Escolas Indígenas. - Alunos e professores das	FUNAI

		<p>Resma de papel, lápis, borracha, cadernos.</p> <p>3 Plano de Ação Anual das Escolas Indígenas</p> <p>4 Elaboração de Calendário Diferenciado de Acordo com a cultura Munduruku</p>	<p>- Oferecer suporte pedagógico para as escolas indígenas.</p> <p>- Acompanhar pedagogicamente os trabalhos realizados pelas escolas indígenas e atender solicitações das comunidades.</p> <p>- Valorizar e respeitar a cultura Munduruku.</p>	comunidades indígenas.	
	Ed. Básica/ Ed. em Tempo Integral	<p>Programas do Governo Federal</p> <p>1 Programa Mais Educação</p>	<p>- Fomentar atividades que ampliem tempos, espaços e oportunidades educativas via atividades no campo da Artes, do Esporte, Lazer, da Inclusão Digital, das Tecnologias de Informações e Comunicações, Tecnologias de Aprendizagem e Convênio, da Saúde.</p>	- Alunos das escolas municipais.	- Associações de Bairros, Secretarias Municipais.
	Temas Transversais	<p>1 Projeto Saúde na Escola</p> <p>2 Projeto Escolas Sustentáveis/ Projeto Horta Escolar</p> <p>3 Projeto Semana da Consciência Negra</p>	<p>- Promover atividades de Prevenção e promoção de saúde, bem como monitorar e avaliar a saúde dos estudantes.</p> <p>- Capacitar profissionais da saúde e professores sobre a saúde dos jovens e adolescentes.</p> <p>- Implementar ações preconizadas pelos MEC e Ministério da Saúde.</p> <p>- Construir Hortas nas escolas de ensino fundamental, visando utilizar os alimentos da horta na alimentação escolar.</p> <p>- Desenvolver cultura de desenvolvimento sustentável nas escolas do ensino fundamental.</p>	<p>- Diretores, Professores e alunos da rede pública de ensino, profissionais da saúde, acadêmicos de licenciaturas, Conselho Tutelar, ECA.</p> <p>- Alunos, professores e gestores das escolas.</p> <p>- Profissionais da educação e alunos de 16 escolas do ensino fundamental.</p>	Governo Federal Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Secretaria de Meio Ambiente – SEMA.

			- Fortalecer a cultura etnicorracial nas escolas, desenvolvendo atitudes de respeito a diversidade étnica e racial.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Semed, 2018
Elaborado pela autora.

4.3.5.1 Programas e Projetos: gestão democrática

Buscando o avanço rumo à gestão democrática, a Semed promoveu diversas ações de planejamento com a participação da comunidade escolar e da sociedade. Conforme observa-se no quadro síntese, houve ações, voltadas à gestão democrática em vários níveis e modalidades de ensino. Identificamos nos relatórios de planejamento e de ações das coordenações elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas com a participação dos profissionais da educação, pais e comunidade. Vale ressaltar a elaboração dos PPP das escolas indígenas com participação com os professores indígenas e lideranças das tribos, visando a elaboração de um documento diferenciado, respeitando as diferenças culturais dos indígenas e a preservação da língua Munduruku.

A partir dos planos de ação das Coordenação do campo, das águas e das florestas também houve ações direcionadas para a participação da comunidade na elaboração dos planos das escolas da zona rural, respeitando a diversidade e peculiaridades das comunidades. Assim ocorre também com as escolas das áreas de garimpo. Destaca-se como uma das ações voltadas à gestão democrática a elaboração do Projeto Político Pedagógico Unificado das Escolas do Campo (PPP), no ano de 2015, com a participação de representantes de 56 escolas da zona rural e 28 servidores da Semed, como técnicos educacionais, auxiliares de secretarias escolares e professores. O documento visava oferecer ferramentas pedagógicas para as escolas do campo, a partir da realidade local dessas comunidades, construído a partir de discussões e troca de experiências bem como o levantamento das necessidades mais urgentes das escolas do campo.

4.3.5.2 Programas e Projetos: formação docente

Sem se diferenciar muito das demais gestões, encontramos nos relatórios das coordenações da Semed informações sobre diversas ações voltadas para a formação continuada, em todos os níveis e modalidades de ensino em forma de encontros, seminários, minicursos, oficinas, palestras. A partir dos relatórios e das fichas de frequência também observamos que sempre houve uma participação expressiva dos docentes nessas formações. O desafio da secretaria ainda é a participação dos professores das escolas da zona rural, devido à distância de algumas comunidades o que dificulta a deslocamento para participar dos encontros. Mesmo com esse problema, a secretaria, por meio da coordenação do campo, das águas e da floresta, promove encontros específicos para esses professores e procura compensar com visitas frequentes às escolas para orientações e acompanhamento pedagógico.

As temáticas são diversas, visando manter o professor sempre atualizado às questões educacionais e para melhorar a prática da sala de aula. Observamos ainda que a Semed, por meio das coordenações, busca diversificar os encontros e como forma de incentivo e atração dos profissionais, convida profissionais de outras cidades, como de Santarém e até mesmo da capital, Belém, para palestrar.

Na busca pela autonomia administrativa as parcerias para as ações de formação se dá apenas no âmbito de indicação desses profissionais para ministrar a formação, que em geral são professores das universidades públicas federais e também privadas como a Ufopa, a UEPA, UFPA, IFPA, FAI, FAT.A Semed a partir dos recursos do Fundeb, destinado para formação se responsabilizava pela organização e financiamento dos eventos.

Da mesma forma que das gestões passadas não encontramos nos arquivos da Secretaria relatórios ou mesmo pesquisas com os resultados dessas formações na prática de sala de aula, como forma de verificação dos resultados, no entanto, encontramos relatórios de avaliação das ações da Semed, a partir de encontros anuais realizados com as coordenações para avaliar os pontos positivos e os pontos negativos, visando corrigir e melhorar as ações para os anos seguintes.

4.3.5.3 Programas e Projetos: rede física

Com relação a infraestrutura física das escolas, observamos, a partir do levantamento das políticas a importância da adesão aos programas do governo federal pela Semed, pois a maioria dos programas e projetos dessa categoria foram financiados pelo FNDE. A partir do quadro síntese, verificamos que houve investimentos em quase todos os níveis e modalidades de ensino. Destacamos aqui, os Projetos do Pró-infância, em que a Semed investiu na construção de centros de educação infantil e do Programa Brasil Carinhoso que permitiu o investimento em material pedagógico adequado para esse nível de ensino e uma alimentação de acordo com a idade das crianças e sob orientação de nutricionistas, conforme consta nos relatórios da coordenação de educação infantil (2015).

Destacamos ainda a importância dos programas federais para a melhoria da infraestrutura das escolas do campo, por meio da adesão ao PDDE campo e PDDE água, com a destinação de recursos financeiros para propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino e garantia de abastecimento de água adequada ao consumo. Os relatórios da coordenação do campo, das águas e das florestas apontam que mais de 68

unidades escolares foram atendidas com recursos do FNDE para construções de poços, compra de ventiladores para melhoria do ambiente, e apontam que os programas foram de grande importância para melhoria do ambiente escolar. “Levando em conta os avanços, vale ressaltar que atualmente, cerca de 30 instituições escolares possuem unidades consumidoras de energia elétrica do Programa Luz para Todos e 68 recebem recursos creditado pelo FNDE através do PDE interativo” [...] (PPP, 2015, p. 9), no entanto, encontramos ainda no PPP das escolas do campo que ainda precisa de mais melhorias para as escolas, pois:

Muitas dessas escolas do campo ainda funcionam em prédios improvisados com infraestrutura precária e apenas uma sala de aula, um pequeno cômodo anexo que serve de cozinha, secretaria ou depósito cercado de madeiras com cobertura de telhas Brasilit das quais muitas não possuem banheiro, nem energia elétrica. (PPP, 2015, p. 8).

A Semed também aderiu ao Programa Escola Acessível e 11 escolas municipais, que realizam o AEE, foram beneficiadas com recursos para ações de acessibilidade. Encontramos, a partir do levantamento das políticas, o relatório da Coordenação de Educação Especial (2014) com registros fotográficos das 11 escolas, das áreas, banheiros, salas que precisavam de reformas para tornar o ambiente acessível a todos. A partir desse levantamento as escolas recebiam o recurso para as ações de reformas. A coordenação da Educação Especial também acompanhava o andamento das obras.

Além dos Programas do Governo Federal, a Semed realizou ações voltadas para melhoria das escolas indígenas com instalação de lâmpadas e revitalização das instalações elétricas, que na maioria das escolas eram feitas de maneiras improvisadas.

Em síntese, destacamos a importância das políticas educacionais nacionais, reafirmando o regime de colaboração, previsto na CF 1988 e LDB 9394/96 nas responsabilidades com a educação brasileira. A adesão aos programas também promoveu a autonomia administrativa das escolas, uma vez que o recurso era destinado diretamente às escolas o que também reforçou o compromisso da comunidade escolar nas tomadas de decisões administrativas da aplicação correta dos recursos, visando a melhoria do atendimento escolar.

4.3.5.4 Programas e Projetos: didático-pedagógico-curricular

Encontramos vinte e oito programas e projetos voltados para essa categoria nos relatórios das coordenações de níveis e modalidades de ensino, como pode ser observado no quadro síntese nº 22. Uma quantidade significativa em comparação aos das demais categorias.

Para a educação infantil, por exemplo, destacamos a adesão ao Programa Federal PNAIC que visa alfabetizar as crianças em Língua Portuguesa e Matemática até o 3º ano do Ensino Fundamental, que intensificaram as formações continuadas para os professores alfabetizadores e os recursos destinados para o material didático de apoio, tais como os jogos pedagógicos. O PNAIC tem uma estreita relação com a Prova Brasil, portanto, é um programa de muita importância para o município, conforme consta no relatório da Coordenação do Ensino Fundamental (2015).

Para o ensino fundamental, observamos que os projetos estão voltados para obtenção dos resultados positivos na Prova Brasil e por consequência na melhoria do Ideb do município, uma vez que a avaliação serve de referências às secretarias para elaboração de políticas, orientando a construção de propostas pedagógicas e planejamentos das escolas. Por outro lado, as avaliações geram certa pressão tanto para os gestores da Semed, que precisam estar à frente da condução das escolas em melhorarem o desempenho dos alunos, quanto por parte das escolas que precisam trabalhar os conteúdos das avaliações. Quando o processo não é bem conduzido, pode ocorrer somente uma corrida de preparação para a prova, desconsiderando outros aspectos do currículo.

Por outro lado, como observam Bonamino e Sousa (2012, p. 6):

A avaliação de políticas e programas públicos ganha, assim, um lugar de destaque como meio para mensurar seu desempenho e exercer a prestação de contas à sociedade. Nessa perspectiva, a avaliação aparece diretamente ligada ao desempenho da gestão pública, à promoção de maior transparência e à criação de mecanismos de responsabilização.

A ideia de responsabilização gera um maior comprometimento por parte das secretarias de educação e também das escolas em melhorar os indicadores educacionais, mesmo que sejam indicadores quantitativos, que por vezes, limitam a análise de uma melhoria do ensino de modo mais amplo, contemplando outros aspectos, tais como infraestrutura física, formação de professores, entre outros.

A partir dessas considerações, podemos observar o resultado desses programas e projetos nos resultados do Ideb do município que aumentou de 3.8 em 2013 para 4.3 em 2015 para as séries iniciais do ensino fundamental e de 3.5 para 3.6 nas séries finais. Vale destacar que o município, no de ano de 2017, conseguiu ultrapassar a média projetada (4.3) alcançando um índice de 4.8 para as séries iniciais. Nas séries finais, apesar de não alcançar a média projetada (4.6), o município teve um índice de 4.1, um conceito bem superior ao de 2005, o que demonstra o resultado do trabalho coletivo, conduzido pela secretaria para elevar o índice.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos, considerando o processo de descentralização da autonomia, previstos pela LDB 9394/96 e CF 1988, revelam que o município passou por um período de adaptação e aprendizagem administrativa, frente aos desafios da municipalização do ensino. A Semed passou por reestruturações tanto de sua rede física quanto de aumento do quantitativo de servidores para atender às novas demandas do ensino após a municipalização. Observamos que ao longo dos anos a secretaria foi construindo sua autonomia administrativa, tomando importantes decisões para a educação municipal, por meio da coordenação e gerenciamento de ações importantes, tais como, a realização (com parcerias) de três conferências municipais de educação que resultaram na elaboração dos PME e também do gerenciamento das ações anuais, por meio da organização administrativa que permitiu a distribuição das tarefas dentro da secretaria.

Quanto ao atendimento educacional, no início do processo de municipalização do ensino, em 1998, ocorreu um aumento no quantitativo de alunos, de 11.017 em 1997 para 26.172 e em 1999 para 34.693, exigindo da gestão, ações de reformas, ampliações e construções de novas escolas, bem como contratação de pessoal e realização de concurso público. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundef foi fundamental para esses investimentos.

Os resultados também apontam a estagnação da educação pública estadual, desproporcional ao crescimento da educação pública municipal, em termos quantitativos (número de escolas, docentes e matrículas), o que nos sugere uma falha no regime de colaboração entre o estado e o município. Apesar da tentativa da participação coletiva na elaboração das políticas educacionais, as redes municipal e estadual parecem caminhar paralelas.

A partir do registro das políticas observamos que após a municipalização do ensino a principal preocupação dos gestores municipais da Semed foi com a construção de novos prédios para comportar o número de alunos, recebidos da rede estadual de ensino. A gestão de 1997 a 2000, registrou que foram construídas mais 28 escolas na zona urbana e zona rural do município (ITAITUBA, 2000), além das 42 recebidas pelo convênio de municipalização. Outra necessidade urgente era a formação de professores, pois além de aumentar o quantitativo de docentes era preciso formar os que já estavam atuando, pois, a maioria só tinha o ensino fundamental, em alguns casos até mesmo incompleto e outros somente o segundo grau (atual ensino médio) sem formação específica em magistério, poucos possuíam graduação.

Conforme apontamos na seção anterior, de acordo com o relatório da Semed (1999), em 1997 eram apenas 15 professores graduados, em 1998 esse número aumenta para 32 e em 1999 para 95. O número de docentes em 1997 eram 492, em 1999 são 1.038 e no final da gestão, em 2000, são 1.329 docentes. Apesar do aumento quanto ao número de docentes, observamos que o número de docentes sem graduação ainda era bastante alto, uma vez que em 1999 eram apenas 95 com graduação, ou seja, mais de 900 docentes ainda atuavam sem a graduação.

Tabela 41 – Levantamento sobre quantidade de professores ano/nível – rede pública municipal – Itaituba – 2007-2015

Ano	Com Superior		Com licenciatura		Com bacharelado com complementação pedagógica		Sem licenciatura	
2007	44,4%	327	40,2%	296			4,2%	31
2008	43,1%	313	41,7%	303			1,4%	10
2009	48,1%	345	44,4%	319			3,6%	26
2010	44,3%	383	41,4%	358			2,9%	25
2011	42,8%	387	35,2%	318	6,3%	57	1,3%	12
2012	55,9%	500	49,7%	445	3,4%	30	2,8%	25
2013	47,9%	510	42,4%	451	2,9%	31	2,6%	28
2014	49,1%	535	44,1%	481	2,7%	29	2,3%	25
2015	51,8%	569	47%	516	2,5%	27	2,4%	26

Fonte: Professores da Educação Básica/MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Elaboração. Observatório PNE.

Os dados do censo do MEC, do período de 2007 a 2015 revelam que o município conseguiu reduzir o número de professores que atuavam sem a licenciatura. No período apresentado em média 25 docentes ainda não possuíam o curso de licenciatura. No entanto, os dados são apenas de professores com curso superior, o que nos leva concluir que em 2015, em média 40% dos docentes ainda estão atuando somente com o ensino médio. Um número bastante elevado, portanto, justificando a preocupação da secretaria com as formações continuadas. Outra hipótese pode ser a falta de atualização dos dados no censo.

As políticas educacionais eram pensadas a partir dessas necessidades do município, em cumprimento a LDB 9394/96 e CF 1988, portanto, muito dos recursos do Fundef, das primeiras gestões, após municipalização foram investidos em construções, reformas e ampliação de escolas e formação de professores. Parcerias como a da UFPA, UVA e UFRA foram fundamentais nesse período. O resultado dessas políticas hoje é observado no aumento de docentes com graduação e até mesmo com pós-graduação no município. Vale mencionar a instalação de Instituições Superiores Particulares, como a FAI, FAT, entre outras, aumentando a possibilidade de cursos de formação específicos, facilitando ainda mais, uma vez que não era

necessário mais o deslocamento dos profissionais para outros municípios como Santarém ou Belém em busca dessa formação.

Entendemos que a construção da gestão democrática ainda está em andamento no município, apesar das ações de estímulo promovidas pelos gestores municipais, tais como a formação de conselhos escolares, eleição para diretores, conferências municipais de educação. O envolvimento da comunidade nas decisões dos rumos da educação ainda é uma tarefa complexa no país e no município de Itaituba não é diferente. A maioria das pessoas ainda veem a educação como responsabilidade unicamente do Estado, ou somente dos profissionais da educação, contrariando ao que prevê o Art. 205 da CF 1988 que diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Fica claro o entendimento que sociedade deve colaborar. A responsabilidade pela melhoria da educação é de todos. A Semed, como órgão gestor deve continuar exercendo seu papel de estimular cada vez mais a participação de todos nas decisões pertinentes à educação pública do município de Itaituba e promover mais ações que envolvam a sociedade. Ressaltamos a importância dos Conselhos instalados no município, tais como de acompanhamento como o Fundef e Fundeb, o de merenda escolar, mas o município ainda não possui ativo um Conselho Municipal de Educação (CME), mesmo passando por várias tentativas de constituição. Os conselhos são representações majoritárias da comunidade nas decisões das políticas educacionais e o CME é o principal nessa busca por uma gestão democrática.

Observamos que em todas as gestões a formação de professores estava entre as prioridades nas políticas educacionais do município. Nas duas primeiras gestões havia uma preocupação maior com a formação inicial. Nas três últimas gestões, percebeu-se que o foco foi para a formação continuada, uma vez que o município já havia diminuído consideravelmente o número de professores “leigos”, no entanto, não encontramos nos arquivos da Semed, relatórios ou quaisquer documentos para verificar em quais aspectos essas formações foram significativas para melhoria das práticas em sala de aula. A verificação dos resultados das ações é fundamental para que as mesmas não sejam apenas para cumprir uma agenda, mas acima de tudo, se os objetivos foram alcançados.

Pelo levantamento dos programas e projetos, percebemos que a Semed manteve o diálogo com o governo federal, ao considerar as políticas nacionais na elaboração dos Planos municipais de educação e também por meio à adesão aos programas do governo. Na gestão de 1997 a 2000, conforme relato do entrevistado A, os programas implementados pela secretaria

eram, em sua maioria, aderidos do governo federal, uma vez que a secretaria ainda estava construindo sua autonomia administrativa. Destacamos o programa Brasil Alfabetizado como o principal, desta gestão, levando em consideração a política nacional de redução ao número de analfabetos no país.

A partir da gestão de 2001 a 2004 percebemos que o número de programas e projetos implementados pela própria secretaria foram mais dos que os aderidos, demonstrando que a secretaria já buscava mais autonomia e partia das necessidades do município. Programas tais como os do PDDE, identificados na última gestão do recorte, revelam que o diálogo com o governo federal trouxe benefícios ao município e favoreceu à autonomia das escolas, uma vez que destinava recursos diretamente. Ainda nesta gestão o Programa Escola Acessível destinou recursos para promoção de ações de acessibilidade. Em Itaituba onze escolas municipais foram beneficiadas com reformas. A adesão ao Programa Pró-infância foi essencial para o aumento no número de creches no município. Em 2014 eram 38, em 2015 eram 50 e em 2016 esse número aumentou para 62 creches.

De modo geral, apesar de estar em busca de sua autonomia, a secretaria fez valer o direito assegurado pela CF de 1998 que prevê o regime de colaboração na oferta da educação escolar pública. A adesão aos programas do governo federal demonstra que manter o diálogo com a política nacional é necessário e traz benefícios, além de reforçar o regime de colaboração entre a União e o município.

É importante ressaltar, a partir dos dados apresentados, que o município veio gradativamente aumentando o Ideb e esse resultado foi alcançado devido a um conjunto de ações realizadas para este fim. Dos programas e projetos levantados, consideramos que alguns deles foram fundamentais para elevar o índice. Destacamos primeiramente a formação para os professores de 1º ao 9º ano, voltadas para o incentivo à leitura, interpretação de textos e interpretação e resolução de problemas matemáticos. O projeto Asas da Leitura, com ações voltadas para o incentivo à leitura e a produção textual, de acordo com o diagnóstico da Semed foi um projeto bem desenvolvido que deu bons resultados para o município, refletindo no aumento do Ideb.

O projeto de acompanhamento das escolas e dos alunos que participam da OBMEP também, de acordo com o Semed, contribuiu para a elevação do Ideb, pois com o incentivo da equipe pedagógica aumentou o número de escolas e alunos participantes, inclusive alunos das escolas do campo já participaram das olimpíadas. A equipe avalia que os alunos se esforçam e se prepararam para participar e buscam a premiação, resultando em melhoria no desempenho nas aulas de matemática.

As formações do PNAIC para professores alfabetizadores levaram a um trabalho com a leitura e a escrita desde a base, melhorando gradativamente o desempenho dos alunos ao longo do ensino fundamental. Destacamos também o projeto Ideb, com formações para gestores, técnicos e professores do 5º ao 9º anos sobre a importância da avaliação.

Além do trabalho pedagógico, a diretoria de ensino menciona que o trabalho técnico também foi importante para elevação do índice. A Secretaria vem realizando junto às secretarias das escolas orientações aos secretários para atualização dos dados no censo escolar, atentando para os dados de matrícula, aprovação e fluxo, bem como, o registro dos projetos realizados pela escola, corpo docente, entre outros. Foram analisados todos os casos de alunos para atualização do status no censo, o que colabora no cálculo do índice.

Ao considerar os dados apresentados e o levantamento do contexto educacional de Itaituba, no que se refere ao atendimento escolar público, observamos que houve muitos avanços, entre eles, a evolução da organização administrativa da Semed, a elevação do Ideb no município, o compromisso dos gestores em melhorar a qualidade da educação, o atendimento à educação infantil ser assumida pela secretaria de educação, no entanto, a educação ainda é muito desafiadora e precisa continuar melhorando.

As escolas do campo são muito distantes e em alguns casos, de difícil acesso, prejudicando o acompanhamento pedagógico e a participação dos professores nos encontros de formação continuada. A educação indígena ainda precisa melhorar, principalmente na capacitação de professores para que possam aprender a língua munduruku e assim desenvolver um atendimento escolar que valorize e respeite os costumes das comunidades indígenas. A educação infantil deve permanecer como prioridade na política educacional do município, com professores capacitados e com infraestrutura adequada para esse nível de ensino. As formações para professores precisam continuar sendo realizadas com frequência, mas é importante que sejam avaliadas para verificar o resultado na prática de sala de aula e continuar incentivando a participação dos professores, pois não encontramos relatório avaliativos dessas formações.

Partindo dessas considerações, sugerimos que a secretaria continue priorizando programas e projetos voltados para essas questões. Outro ponto a ser destacado é o compromisso por parte dos gestores municipais quanto ao repasse correto dos recursos destinados à educação e dos secretários em administrar, aplicando nas principais necessidades, pois entendemos que apesar dos avanços a educação no país ainda não é tratada como prioridade e muito ainda precisa melhorar para a oferta de uma educação verdadeiramente de qualidade, com uma formação *omnilateral* e escolas com infraestrutura que apresente conforto necessário para um aprendizado prazeroso.

No decorrer da pesquisa, percebemos a necessidade de informações sistematizadas de forma orgânica e deixamos como contribuição aos atuais gestores da Semed a importância desses registros para pensar o processo educativo do município e refletir questões que foram decisivas para o aprimoramento ou mesmo para o fracasso da educação em determinados momentos. O registro sistematizado e continuado também favorece o desenvolvimento de novas pesquisas que enriquecem as reflexões sobre questões relevantes para o município.

É importante para as gestões a compreensão de que são as análises do passado que colaboram para construção de um futuro melhor e que é necessário deixar de lado apenas a visão partidária, assumindo-se de fato como prestador de serviço à população e não a um gestor. A sistematização contínua das informações de um setor público demonstra o comprometimento com a sociedade e não apenas com uma gestão que será passageira. É preciso de fato construir gestões democráticas.

Quanto ao arquivo da Semed, com dados a partir do ano de 2005, vale ressaltar que atualmente está localizado junto ao almoxarifado. As pastas se encontravam bastante empoeiradas, sem arquivamento adequado e de difícil acesso, pois estavam juntas com vários materiais, além do espaço ser pequeno para a quantidade de utensílios armazenados. Não foram encontrados nos arquivos relatórios gerais de gestão da Semed, somente relatórios das coordenações o que resultou em uma coleta de dados mais lenta e limitada. Apesar das dificuldades mencionadas conseguimos levantar mais de 150 programas e projetos nos arquivos e com auxílio de outras fontes secundárias, tais como, entrevista semiestruturadas, que vieram complementar na construção da síntese de cada gestão.

Entendemos que, a partir deste estudo de levantamento das políticas educacionais implementadas pela Semed, podemos pensar no caminho percorrido pelo município de Itaituba em busca de uma educação municipal de mais qualidade e levantamos algumas questões para reflexão: Quais foram os avanços na educação pública escolar, a partir dos programas e projetos implementados? Quais os aspectos ainda precisam avançar? Qual projeto educativo está sendo almejado para Itaituba? Encerramos nossas considerações com esses questionamentos e compreendendo que a melhoria da educação se faz com participação de todos, seja na gestão ou como cidadão ativo que participa do processo de construção de uma educação pública de mais qualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. et. al. **Efeitos do PDE-Escola nos resultados escolares**. Itaú BBA e Fundação Lemman: 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 77, p. 53-61, maio 1991.

ARRETCHE, M. T. S. **Políticas sociais no Brasil**: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 14, nº 40, p. 111-141, junho de 1999.

_____. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

ALMEIDA, D. S. **História do Município de Itaituba**: importância econômica e geopolítica na Amazônia legal, na mesorregião do Tapajós e no Estado do Pará. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

ANDRÉ, Marli. **Estudo de caso** – seu potencial na educação. Cadernos de Pesquisa, n. 49, p. 51-54, maio 1984;

ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Ranking IDH 2010**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 16 de nov. 2017.

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. S. **A Produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 77c, p. 49-70, 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7045.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

AZEVEDO, J. M. L. de. **Implicações na nova lógica de ação do Estado para a educação municipal**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 35º ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEF de Itaituba. **Atas de reuniões do Conselho no período de 1999-2000**. Livro nº 1.; 100 fls. Itaituba, 1999.

_____. **Atas de reuniões do Conselho no período de 2001-2005**. Livro nº 2.; 100 fls. Itaituba, 2001.

_____. **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Manual de orientação. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso: 24 fev. 2018.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 fev. 2018.

_____. IBGE. **Brasil em síntese: educação**. Disponível em: <brasilemsintese.ibge.gov.br>. Acesso em 16 fev. 2018.

_____. IBGE. **PNAD Contínua 2016**: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. **Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e Legislação Congênere**. 2ª ed. Vitória, 2014.

_____. **Lei Kandir**. Disponível em: <www12.senado.leg.br>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Compromisso Todos pela educação**. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. **O que é o PDE Escola?**. pdeescola.mec.gov.br. Acesso em 05 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Brasília, DF: Secretaria Executiva, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Brasília, DF: Secretaria Executiva, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Publicado em 01/07/2015. Disponível em: <mds.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. Inep. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997-2016**. Disponível em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).**

_____. **PNATE** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnate>>. Acesso em: 26 de out. 2017.

_____. **Sinopses Estatísticas.** Portal do Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 06 de nov. 2017.

_____. **Transferências Constitucionais e Legais.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. R. P. **O Rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha no Rio de Janeiro.** Itaituba, 1913.

BRITO, M. T. A. et. al. **Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Itaituba,** pará-amazônia-brasil. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-itaituba.html>>. Acesso: 22 nov. 2017.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil:** interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, Ahead of print, fev., 2012

BOTH, I. J. **Municipalização da educação:** uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Papirus: Campinas, 1997.

CASTRO, M. H. G. O impacto da implementação do Fundef nos Estados e municípios: primeiras observações. In COSTA, V. L. C. (org). **Descentralização da Educação:** novas formas de coordenação e financiamento. 2ª ed. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 2001.

CHARLOT, B. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas:** especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação, 11, n. 31, 2006.

COLARES, A. A. **História da educação na Amazônia.** Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas/SP. Número especial, p. 187-202, Out. 2011.

COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. **Diversidade cultural:** desafios educacionais no contexto amazônico. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0068.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

COLARES, M. L. I. S. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém** (1989-2002). 183 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Campinas - Unicamp, 2005. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso 04 abr. 2017.

CORRÊA, S. R. M.; HAGE, S. A. M. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais** In: Revista NERA, ano 14, n. 18, jan-jun/2011. Pp. 79-105.

CUNHA, D. F. **Convênios entre Administração Pública e Entidades Privadas: A eficácia da prestação de contas como instrumento de avaliação e controle.** Pág. 27. Monografia acadêmica. Curso de Ciências Contábeis. Brasília: UniCEUB, 2007.

CUNHA, M. C. **A Descentralização da Gestão da Educação e a Municipalização do Ensino,** como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPAE, 29, 2009. Anais do Simpósio ANPAE. Grupo de Trabalho 05 - Estado e Política Educacional. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT05-2059>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CURY, C. R. J. **Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios.** RBPAE. v. 18, n. 2. Jul/dez, 2002.

DIAS, W. **Relatório de acompanhamento das escolas Itaituba EJA, 2008.** Itaituba: Secretaria Municipal de Educação e Desporto e Cultura SEMECD. Itaituba: 2009.

FARIA, L. C. M, SOUZA, D. B. **Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: a gestão política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

FERREIRA, J. N. S. (Editor). **Amazônia em revista. Linhão de Tucuruí: utopia que tornou-se realidade para Itaituba.** Edição Especial. Itaituba, 1999.

FRIGOTTO. G; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 93. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FRIGOTTO. G. **Educação Básica no Brasil: entre o direito social e subjetivo e o negócio.** Publicado em 23 de setembro de 2014. Disponível: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/37724>>. Acesso: 02 fev. 2018.

GUTIERRES, D. V. G. **A Política de Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará e suas relações com a reforma do Estado.** 2005. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

GUIA DAS ARTES. **Museu Municipal de Itaituba Aracy Paraguaçu.** Disponível em: <www.guiadasartes.com.br/para/itaituba/museus/museu-municipal-de-itaituba-aracy-paraguacu>. Acesso em: 16 jan. 2018.

HOFLING, E. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/ 2001 [p. 30-41].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo Cidades:** Itaituba. 2010. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo Cidades:** Santarém. 2010. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular.** 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

ITAITUBA (Município). Site da Prefeitura. Disponível em <http://itaituba.pa.gov.br/portal/?page_id=2734>. Acesso em: 24 de out. 2017.

_____. **Lei Municipal nº 2.853/2015.** Revoga a Lei Municipal nº 1.961/2009 e institui o novo **Plano Municipal de Educação** – PME e dá outras providências, conforme o Art. da lei 13.005 de junho de 2014.

_____. **Lei Orgânica Municipal nº 0001 de 04 de abril de 1990.** Itaituba, 1990.

_____. **Relatório das atividades desenvolvida pela COOEJA 2005-2007.** Itaituba: Secretaria Municipal de Educação e Desporto e Cultura SEMECD. Itaituba: 2008.

_____. **Relatório da EJA Personalizada 2007.** Itaituba: Secretaria Municipal de Educação e Desporto e Cultura SEMECD. Itaituba: 2008.

_____. Amazônia em Revista. **Linhão de Tucuruí:** utopia que tornou-se realidade para Itaituba. Edição Especial Itaituba: Itaituba, 1999.

_____. Assessoria de Comunicação (ASCOM). Prefeitura Municipal de Itaituba. **Relatório de Ações do Prefeito.** Itaituba, 2005.

_____. Assessoria de Comunicação (ASCOM). Prefeitura Municipal de Itaituba. **Governo do Trabalho.** Itaituba, 2012.

_____. Correio do Povo: um jornal a serviço da comunidade. **Justiça pode afastar Botelho.** Ano 01 nº 08 de novembro de 1999.

_____. **CPI:** relatório final investigativo. Câmara Municipal de Itaituba, 2015.

_____. Governo do Desenvolvimento e Cidadania. **Ame Itaituba:** pague IPTU. E tudo limpo. Itaituba, 1997.

_____. Itaituba Hoje. **A qualidade acima de tudo na valorização do magistério.** Prefeitura Municipal de Itaituba: Itaituba, 2000.

_____. Itaituba Hoje. **Oportunidades para todos.** Prefeitura Municipal de Itaituba: Itaituba, 2000.

_____. Itaituba Hoje. **Vagas de Sobra com investimento histórico.** Prefeitura Municipal de Itaituba: Itaituba, 2000.

_____. Itaituba no caminho certo. **Informativo publicitário**: secretarias. Prefeitura Municipal de Itaituba, Ascom, 2016.

_____. Jornal A Tribuna. **Professor Felipe Melo**: continuo prestigiado no cargo. 2ª quinzena de junho. Nº VI. Itaituba, 2001.

_____. Jornal Tribuna. **Prefeito entrega casa para artesãos de Itaituba**. Itaituba, fevereiro de 2008, p. 9.

_____. Educação e Resistência. **Estímulo à Reflexão**. Informativo do Sintepp/Subsede de Itaituba. Ano 1, nº 2. Itaituba: outubro de 2012.

_____. Jornal Tribuna. **Tudo pelo social**: prefeito inaugura farmácia popular que vai beneficiar população carente. Itaituba, fevereiro de 2008, p. 9.

_____. **Município de Itaituba**. Site oficial da Prefeitura de Itaituba. Disponível em: <<http://www.itaituba.pa.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. O Itaitubense. **População é beneficiada com asfalto**. Nº 9. 15 de dezembro. Itaituba, 2003.

_____. **Plano anual de gestão educacional do município**. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Itaituba, 2005.

_____. O Popular. **Creche do Km 5 está fechada**: mais de 150 crianças estão sem assistência. Nº 2. 1ª quinzena de maio. Itaituba: 2001.

_____. O Popular. **Fraude na lotação**. Nº 2. 1ª quinzena de maio. Itaituba: 2001.

_____. **Projeto Político Pedagógico 2015-2017** da Coordenação da Educação do Campo, das Águas e da Floresta – Samed. Itaituba, 2015.

_____. Província do Tapajós. **Itaituba**: banco do cidadão comemora um ano de atividade. De 25 a 31 de maio de 2007. Itaituba, 2007.

LEAL, J. W. L. (et al). **Programa de Integração Mineral no Município de Itaituba**. Ministério de Minas e energias: Itaituba, 1996.

LIBANEO, J. C. **Políticas educacionais no Brasil**: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016.

LOUREIRO, J. J. P. Descentralização, Municipalização e FUNDEF no Pará. In COSTA, V. L. C. **Descentralização da Educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP, 2001.

MARTINS, A. M. **A descentralização como eixo das reformas do ensino**: uma discussão da literatura. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 22, n. 77, p. 28- 48, dez. 2001.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.** In: 29º Reunião Anual da ANPED, 2006. Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos, 2006. v. 1.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009

OLIVEIRA, R. L.M. **Registro das atividades desenvolvidas na administração de Edilson Dias Botelho 1997 a 2000.** Álbum de registro com recortes de jornais. Museu Aracy Paraguaçu. Itaituba, 2013.

_____. **Retrospectiva da Educação de Itaituba.** Documento do Word digitado. Itaituba, 2012.

OLIVEIRA, C. TEIXEIRA, L. H. G. **Municipalização e Gestão Municipal.** In. WITTMANN, L. C, GRACINDO, R. V. (Coords). O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil 1991 a 1997. Brasília: ANPAE, Campinas, 2001, p. 133-150.

_____. **História do Município de Itaituba.** Documento digitado. Itaituba, 2014.

PARÁ (Estado). Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social do Pará (IDESP). **Diagnóstico do Município de Itaituba.** Belém, 1977.

_____. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social do Pará (IDESP), Social do Pará. **Itaituba.** Belém, 1997.

PAXIUBA, H. **Educação Itaitubense:** contexto histórico. Documento no Word digitado e arquivado no museu Aracy Paraguaçu: Itaituba, s/d.

PEREZ, J. R. R. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06 set. 2017.

ROMERO, C. Governo amplia ensino técnico, mas avança pouco na educação básica. Publicado em 28 dez. 2011. In NASSIF, L. blog. **Os rumos da política educacional de Dilma.** Disponível em: <jornalggn.com.br>. Acesso em: 09 fev. 2018.

SANFELICE, J. L. A conjuntura educacional atual: para onde caminha a educação. In. SANFELICE, J. L; SIQUELLI, S. A. (orgs). **Desafios à democratização da educação no Brasil contemporâneo.** 1ª ed. Eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

SANTARÉM. A notícia. **Impasse Educacional.** Setembro de 2003. Santarém: 2003.

SANTOS, A. R. **As Políticas Educacionais implementadas pelo município de Belterra/PA no período de 1997-2012**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

SANTOS. N. **Itaituba/PA: MPE acata denúncias da CPI contra prefeita Eliene Nunes**. Disponível em blog Norton Sussuarana <<http://www.nortonsussuarana.com.br>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Itaituba – SEMECD. **Relatório sobre a Conjuntura atual da Secretaria**. Documento digitado não publicado cedido pela Semed. 26 páginas, numeradas manualmente pela autora do trabalho. Itaituba, 1999.

Secretaria Municipal de Educação de Itaituba – **Relatório geral de prestação de contas**. Itaituba, 2000.

_____. Semed. **Projeto Político Pedagógico Unificado: escolas do campo, das águas e das florestas**. Triênio 2015-2017. Itaituba, 2015.

_____. **Relatório de Ações ano 2013**. Itaituba, 2013.

_____. **Relatório de Ações ano 2014**. Itaituba, 2014.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – 2005. Itaituba, 2005.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – 2007. Itaituba, 2007.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – 2008. Itaituba, 2008.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – 2012. Itaituba, 2012.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – 2013. Itaituba, 2013.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – janeiro a julho de 2015. Itaituba, 2015.

_____. **Relatório da Ações realizadas pela Coordenação de Educação Infantil** – agosto a setembro de 2015. Itaituba, 2015.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2005**. Itaituba, 2005.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2007**. Itaituba, 2007.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2009**. Itaituba, 2009.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2012**. Itaituba, 2012.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2013.** Itaituba, 2013.

_____. **Relatório da Ações da Coordenação de Ensino Fundamental 2015.** Itaituba, 2015.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2005.** Itaituba, 2005.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2007.** Itaituba, 2007.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2008.** Itaituba, 2008.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2012.** Itaituba, 2012.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2013.** Itaituba, 2013.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2014.** Itaituba, 2014.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação de Jovens e Adultos – COEJA 2015.** Itaituba, 2015.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação do Campo, das Águas e das Florestas 2010.** Itaituba, 2010.

_____. **Relatório de Ações da Coordenação do Campo, das Águas e das Florestas 2013.** Itaituba, 2013.

_____. **Relatório do Programa Mais Educação.** Itaituba, 2018.

SILVA, C. M.; FILHO, N. A. M.; KOMATSU, B. K. **Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira.** Centro de Políticas Públicas – INSPER. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Abordagem-sobre-Setor-Servicos-Economia-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SILVA, F. C. S. **Realidades da educação de jovens e adultos no ensino fundamental-presencial no município de Itaituba (PA):** desafios da gestão, do planejamento e das políticas educacionais na efetivação do direito à educação em escolas da cidade e do campo. Tese de Doutorado. Orientadora: Profª Doutora Sônia Giubilei. 342 p. Faculdade de Educação da Unicamp: Campinas, 2012.

SINTEPP. Coordenação Estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará. **Municipalização do Ensino Fundamental no Pará.** Modismo Neoliberal. Cartilha explicativa. Tiragem 5.000 exemplares. Belém, 1996.

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas:** uma revisão de literatura. Revista Sociologias, Ano VIII, n. 16, jul/dez 2006. Porto Alegre: UFRGS.

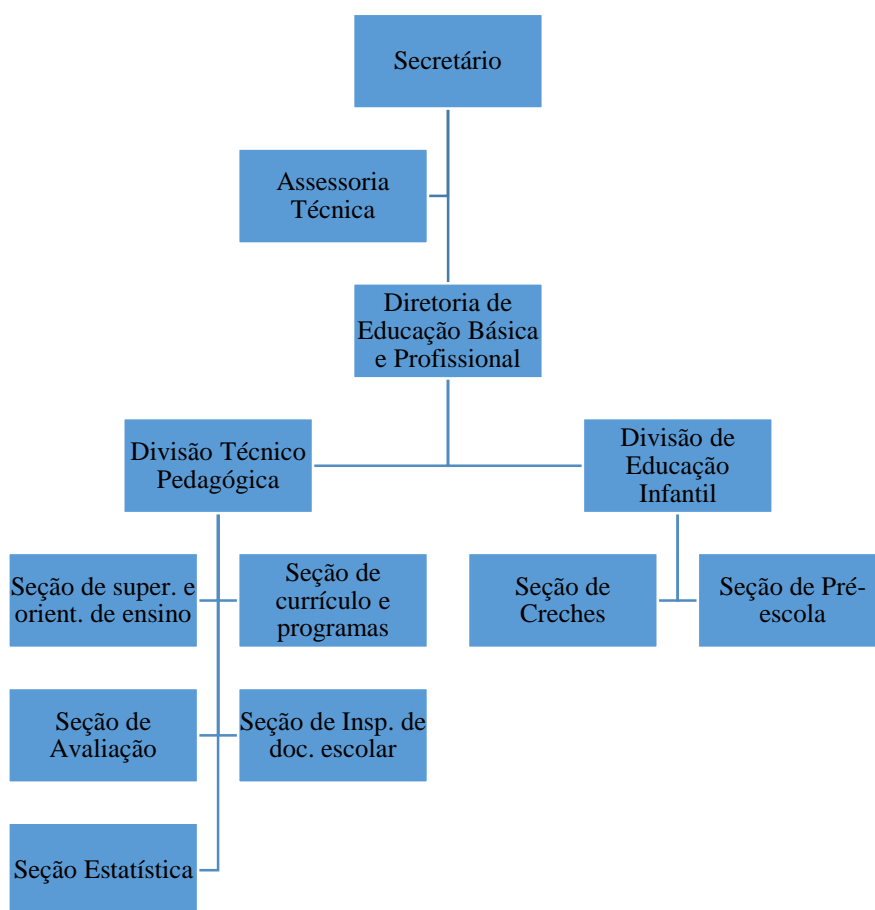
SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M, **Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil**: a gestão política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

TEIXEIRA, F. C. **A crise mundial e o papel do Brasil**. Escrito em 08/02/2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-mundial-e-o-papel-do-Brasil/27513>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Organograma 1: Organização da Semed de Itaituba/PA – Gestão 1997-2000

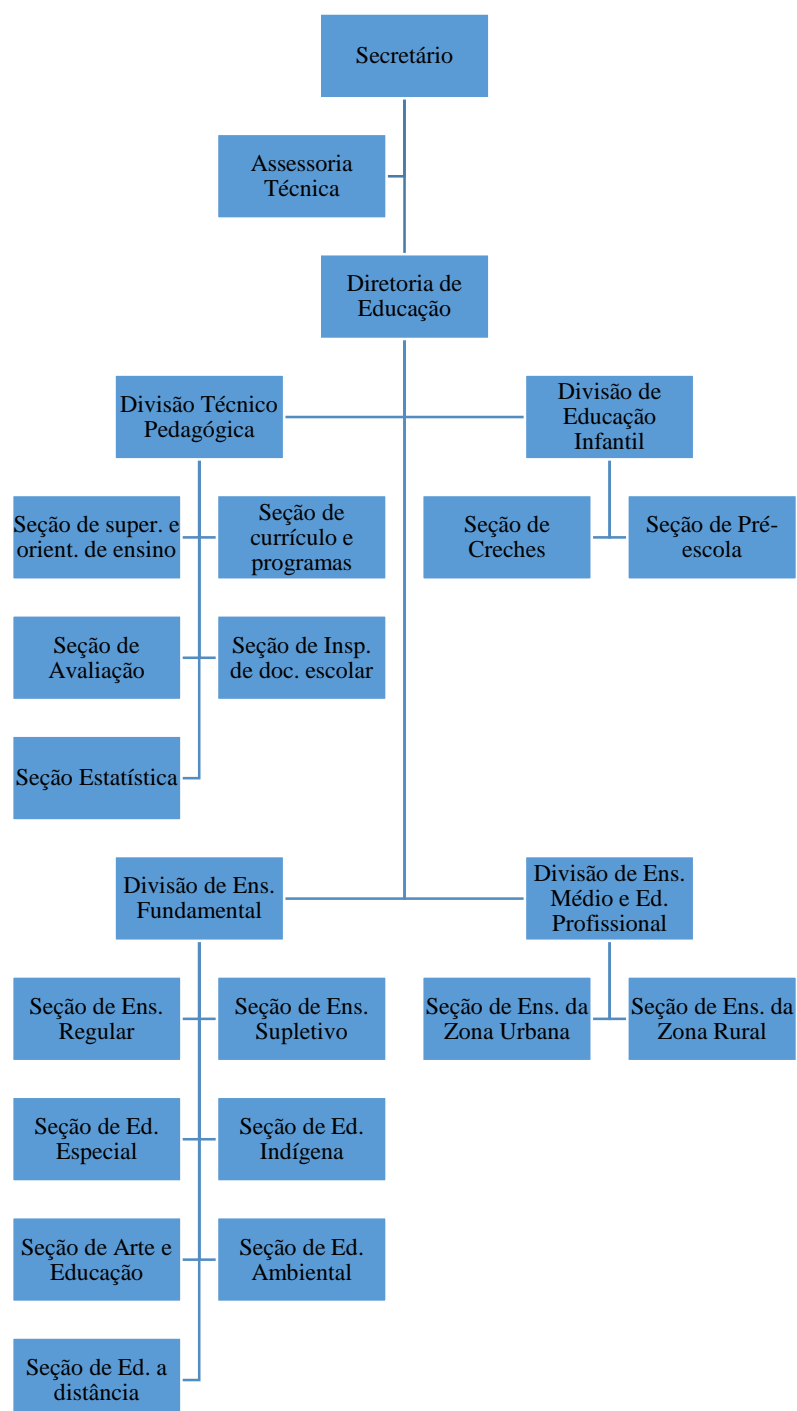


Fonte: Semed

Elaborado pela autora, 1997.

APÊNDICE B

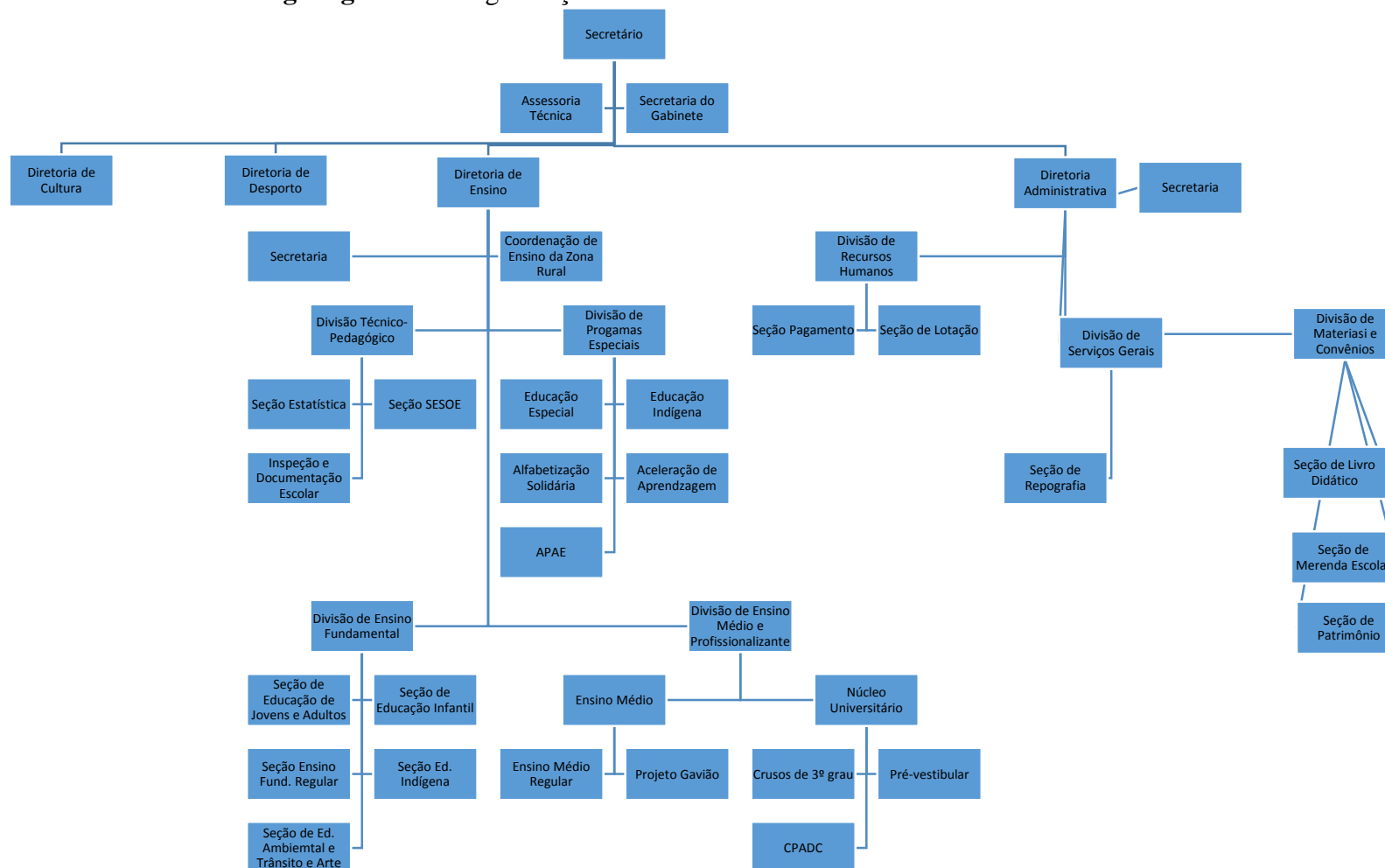
Organograma 2: Organização da Semed de Itaituba/PA – Gestão 1997-2000 (2º organograma)



Fonte: Itaituba do Passado ao presente, 2000.
Elaborado pela autora, 2017.

APÊNDICE C

Organograma 3: Organização da Semed de Itaituba/PA – Gestão 2001-2004

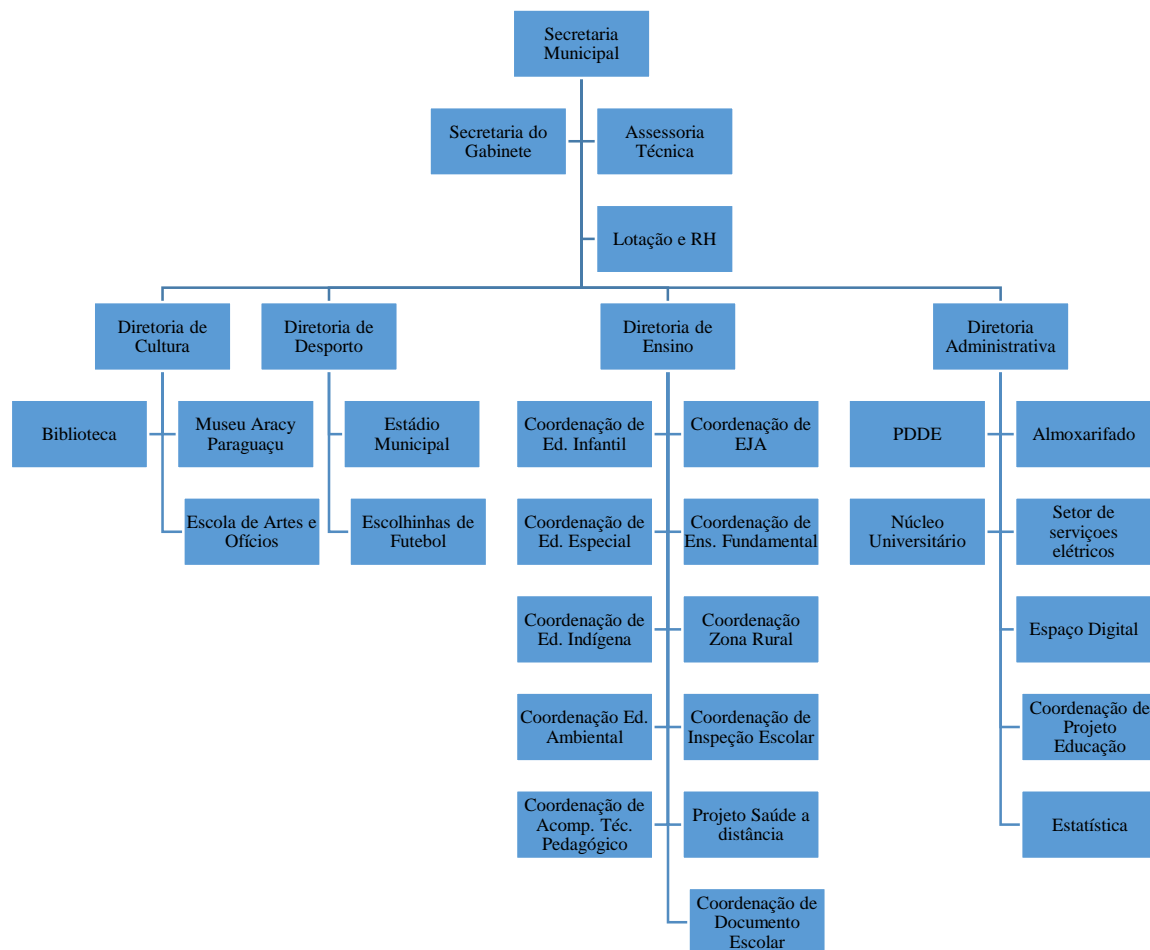


Fonte: Ex-secretário municipal, 2018.

Elaborado pela autora, 2018.

APÊNDICE D

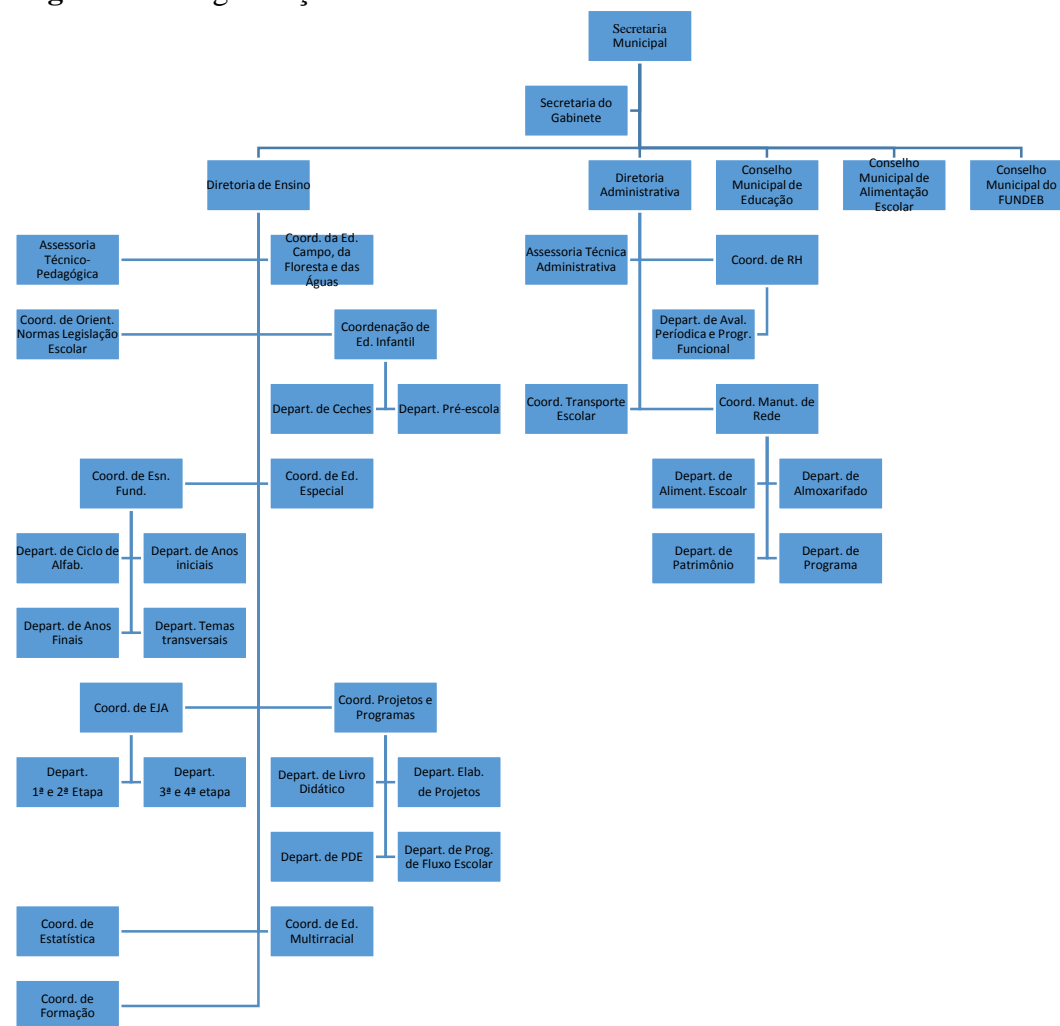
Organograma 4: Organização da Semed de Itaituba/PA – Gestão 2005-2008



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Programa de Transparência 2007.
Elaborado pela autora, 2017.

APÊNDICE E

Organograma 5: Organização da Semed de Itaituba/PA – Gestão 2009-2012 e Gestão 2013-2016



Fonte: Semed, 2017.

Elaborado pela autora 2017.

APÊNDICE F

Art 2º da Lei Municipal Nº 2.189 que dispõe sobre estruturação e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, define o seu organograma e dá outras providências:

- I – Elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Educação, com a participação dos órgãos municipais de educação, das comunidades envolvidas e das entidades representativas da educação formal e não formal, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo e pelo Conselho Municipal e em consonância com o Plano Nacional de Educação;
- II – Elaborar, em coordenação com os órgãos municipais competentes, a proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas de responsabilidade da SEMED, constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Município;
- III – Elaborar normas e instruções relacionadas com as atividades educacionais e o funcionamento das escolas municipais, nos níveis fundamental e de educação infantil, respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação aplicável, em harmonia com as normas de procedimentos federais e estaduais, bem como relacionados aos programas de erradicação do analfabetismo e de apoio aos portadores de deficiência;
- IV – Conduzir a política de gestão dos profissionais do magistério como política pública e o planejamento da rede física dos equipamentos da educação, de acordo com a previsão de demanda;
- V – Planejar, de forma coordenada com o Estado a acomodação e oferta da demanda escolar de educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, do ensino fundamental;
- VI – Ofertar outros níveis de ensino, desde que atendidas plenamente às necessidades de sua área de competência;
- VII – Prestar atendimento específico aos alunos portadores de necessidades especiais.
- VIII – Atender os alunos da educação infantil e do ensino fundamental, matriculados na rede municipal, com programas suplementares de alimentação e material didático escolar;
- IX – Ofertar cursos de qualificação profissional aos alunos matriculados na rede municipal;
- X – Ofertar programas de ações culturais vinculados ao currículo escolar;
- XI – Criar condições para a realização de pesquisas e estudos tecnológicos e definir diretrizes pedagógicas e sociais e padrões de qualidade para o Sistema Municipal de Ensino;
- XII – Planejar, controlar e avaliar o Sistema Municipal de Ensino e a matrícula escolar;
- XIII – Administrar o Sistema de Creches e Pré-Escolas para crianças de zero a seis anos e estabelecer padrões de qualidade para o atendimento;
- XIV – Dar apoio técnico e administrativo aos órgãos colegiados vinculados à SEMED;
- XV – Gerir os recursos destinados à educação, através do FUNDEB, tendo como referência a Política Municipal de Educação e os Planos Nacional e Municipal de Educação;
- XVI – Estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade da gestão fiscal;
- XVII – Estabelecer as diretrizes básicas para adequação na metodologia para a promoção de ações preventivas e educativas sobre drogas psicoativas lícitas e ilícitas, bem como sobre as doenças sexualmente transmissíveis na rede pública municipal de ensino, em parceria com os órgãos competentes;
- XVIII – Controlar e avaliar os relatórios e documentos referentes às ações do inciso anterior, elaborados pelas escolas municipais e encaminhados a SEMED, realimentando novas estratégias e diretrizes de ação; e
- XIX – Supervisionar e controlar as atividades e programas de modernização e desenvolvimento tecnológico de âmbito municipal, bem como a expansão do ensino universitário no Município.